

MARIA LÚCIA GONÇALVES DE CARVALHO

A AGROINDÚSTRIA MAGUARY E SUA INFLUÊNCIA SÓCIO-ECONÔMICA NA PRODUÇÃO DE ABACAXI, NO MUNICÍPIO DE SAPÉ

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Economia Rural

Elbio Troccoli Pakman
Orientador

Campina Grande
Fevereiro de 1984



C331a Carvalho, Maria Lucia Goncalves de
A agroindustria maguary e sua influencia socio-economica na producao de abacaxi, no municipio de Sape / Maria Lucia Goncalves de Carvalho. - Campina Grande, 1984.
148 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Economia - 2. Agroindustria - 3. Abacaxi - 4. Dissertacao I. Pakman, Elbio Troccoli II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 631.14(043)

A AGROINDÚSTRIA MAGUARY E SUA INFLUÊNCIA SÓCIO-ECONÔMICA NA PRODUÇÃO DE ABACAXI, NO MUNICÍPIO DE SAPÉ

MARIA LÚCIA GONÇALVES DE CARVALHO

TESE APROVADA EM 04.05.84



ELBIO TROCCOLI PAKMAN

Orientador



MANOEL CORREIA DE ANDRADE

Componente da Banca



EULÁLIA ENISE CARDOSO

Componente da Banca

Campina Grande

Fevereiro de 1984

DEDICATÓRIA

À memória de Hamilton - companheiro querido - pela im
portância que dava aos aspectos sociais da ciência,

Aos filhos Hêmilton e Fabricia pelo carinho e tempo
que lhes foram subtraídos para dedicar ao trabalho,

À mãe Santinha por ter nos encaminhado aos estudos,

Ao pai Joel pelo amor e perseverança dedicados à agri
cultura ao longo de sua vida.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	001
1.1. Considerações Iniciais sobre o Tema	002
1.2. Objeto de Estudo	014
1.3. Objetivos	015
1.4. Metodologia	016
2. AGROINDÚSTRIA E MODERNIZAÇÃO	021
2.1. Conceito de Agroindústria	022
2.2. A Evolução Econômica e os Modelos Teóricos <u>Ex</u> plicativos	025
2.2.1. Os "Modelos de Acumulação" na América Latina	025
2.2.2. Agricultura, Indústria, Agroindústria	033
2.2.3. A Modernização Concentracionista e a Subordinação do Capital	039
2.2.4. As "explicações" tecnicistas e institu cionais	050
3. A AGROINDÚSTRIA MAGUARY	056
3.1. O Grupo Empresarial Agroindustrial Tavares de Melo e sua marca Maguary	057
3.2. "Indústrias Alimentícias Maguary S/A	065
3.3. A Unidade Industrial de Bonito	076

4. OS PRODUTORES DE ABACAXI DE SAPÉ E A INFLUÊNCIA DA FAZENDA BURACÃO DO GRUPO DA MAGUARY	086
4.1. Sapé como Produtor de Abacaxi	087
4.2. Estrutura Fundiária de Sapé e dos produtores de Abacaxi	093
4.3. Condições dos Produtores, Relações de Produção e de Trabalho	111
4.4. A Influência da Fazenda da Maguary nos Níveis Tecnológicos entre os Abacaxicultores	122
4.5. A Comercialização do Abacaxi	131
5. RESUMO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
6. BIBLIOGRAFIA CITADA	143
7. ANEXOS	149

INDICE DAS TABELAS

- TABELA 1 - Produção Física das Indústrias Alimentícias Maguary S/A, com as estimativas da participação de cada unidade produtiva e dos sucos no total da produção da indústria e das respectivas unidades processadoras (em toneladas, em porcentagem). 066
- TABELA 2 - Estrutura do Mercado Interno dos Produtos da Maguary (por Região e por Estado) nos Anos de 1981, 1982 e 1983 (em percentual). 073
- TABELA 3 - Área Colhida, Quantidade Produzida e Rendimento Médio da Produção do Abacaxi, no Brasil, na Paraíba e no município de Sapê, no período 1973-1980. 089
- TABELA 4 - Relação Nominal dos Produtores de Abacaxi, no Município de Sapê, por Tamanho Total do Imóvel, com Especificação da Área Arrendada ou Cedida, Categoria do Produtor, Área Plantada com Abacaxi e do "Tipo de Produtor de Abacaxi" (VIII/83). 094
- TABELA 5 - Relação dos Produtores de Abacaxi, entrevistados no Município de Sapê, por ordem crescente de área plantada com Abacaxi; especificação da área disponível, da área arrendada-

da, da categoria do produtor, e do "tipo de Produtor de Abacaxi" (VIII/83). 100

TABELA 6 - Distribuição dos Estabelecimentos (das Unidades Produtivas) e sua área total, em números absolutos e em percentuais, por grupo de área, no ano de 1980. 109

TABELA 7 - Condição do Produtor com relação aos Estabelecimentos Rurais, na Paraíba, na microrregião Agro-Pastoril e Sapê, no ano de 1980 (em números absolutos e em percentual sobre o total). 112

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO A - Características da Cultura do Abacaxi	01
ANEXO B - Caracterização do Processo da Cultura de Abacaxi.	06
ANEXO C - Principais Produtos Agrícolas do Estado da Paraíba, por valor, área colhida e quantidade produzida, em 1981.	11
ANEXO D - Rendimento Médio da Cultura do Abacaxi no Brasil e nos principais Estados Produtores, inclusive o município de Sapê, em 1980.	12
ANEXO E - Quantidades Exportadas de Abacaxi, no Brasil e na Paraíba, 1975, 1981 (em toneladas).	13
ANEXO F - Mapa de Localização das fábricas da Indústrias Alimentícias Manuary S/A.	14
ANEXO G - Mapa da Microrregião Agro-Pastoril do Baixo Paraíba.	15

SIGLAS UTILIZADAS

- BNB - Banco do Nordeste do Brasil.
- CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola.
- CACEX - Carteira de Comércio Exterior.
- CEPED - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento.
- DPEA - Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (foi substituído pela EMBRAPA)
- EMATER-PB - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba.
- EMEPA-PB - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A.
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- FIPLAN - Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba.
- GIASA - Gramame Industrial e Agrícola S/A.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBC - Instituto Brasileiro do Café.
- IPEA - Institut de Planejamento Econômico e Social.
- IAC - Instituto Agronômico de Campinas.
- INRAE - *Instituto Americano de Administração de Empresas.*
- IFAC - Institut Français de Recherches Fruitières Outre-Mer.
- MRH - Microrregião Homogênea.
- MVR - Maior Valor de Referência.
- PLANTES - Planejamento Técnico de Serviços Agropecuários.
- PDAN - Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste.
- PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.
- PRO-ALCOOL - Programa Nacional do Alcool.
- SICCT-SP - Secretaria de Indústria e Comércio Ciência e Tecnologia - São Paulo.
- SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
- SAELPA - Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba.
- SUPLAN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República.
- SORVANE - Sorvetes e Produtos Alimentícios do Nordeste S/A.
- VTI - Valor da Transformação Industrial.
- VRR - Valor de Referência Regional.

AGRADECIMENTOS

Segundo nosso entendimento, deveremos comêçar ressaltando a valiosa contribuição dos vários autores que se dedicaram a pesquisar o assunto - objeto desta dissertação -, cujos conhecimentos nos permitiram embasar teoricamente a nossa análise.

Mesmo contando com tais estudos, devemos reconhecer , também, que a concretização deste trabalho foi possível, sobretudo, a partir de um somatório de contribuições, motivo porque não ficaríamos à vontade se não rendêssemos tributo a todos que nos ajudaram e estimularam ao longo da geração do mesmo.

Portanto, agradecemos, particularmente a dedicação , perseverança e meticulosidade do prof. orientador Elbio Troccoli Pakman, cujas inúmeras críticas e sugestões muito contribuíram na elaboração do trabalho e na própria redação.

Nossos agradecimentos dirigem-se também ao pessoal administrativo das Indústrias Alimentícias Maquary S/A, bem como aos produtores de abacaxi entrevistados no município de Sapê. Muito devemos a sua amabilidade em nos fornecer as informações solicitadas.

De inestimável valor foi o incentivo do prof. Manoel Correia de Andrade, que em nenhum momento dos muitos em que o solicitamos, se furtou em prestar seguras e abalizadas sugestões.

Várias outras pessoas contribuíram, de uma forma ou de outra, para que este trabalho fosse concluído. Por isso, agradeço à prof. Ivony Lídia Saraiva, pelas incontáveis horas dedicadas à discussão de idéias, desde o início (sob nova orientação) do trabalho, até a revisão da versão final, além de nos ter facilitado o acesso a vários textos; aos profs. Nilson Araújo de Sousa, Claudeth Coelho Guedes (o interesse pelo tema surgiu quando cursávamos a disciplina Agricultura e Desenvolvimento, ministrada pela mesma), Oscar Bentazos (ex professor visitante da UFPB), José Grabois, Jurandir Antonio Xavier e ao engenheiro-agrônomo Raimundo Braga que nos indicaram/facilitaram material bibliográfico especializado; aos engenheiros-agrônomo Salim Abreu Choairy, Eliazar Felipe de Oliveira, Walberto Antônio de Araújo, Vigoberto Alves de Aquino e aos técnicos-agrícolas Jobson Luiz dos Anjos, Gilvan Jalmir de Medeiros e Francisco Denontie de Figueiredo das instituições (EMEPA-PB, EMATER-PB), e dos escritórios particulares (PLANTES e GUMERCINDO SANTOS DE CASTRO), respectivamente, pela sua dedicação e paciência em esclarecer-nos os aspectos técnicos da cultura do abacaxi e pelas valiosas informações que nos proporcionaram sobre os produtores; às Instituições, como IBGE-PB, INCRA-PB, CEPAC-PB, FIPLAN-PB, Secretaria da Indústria e Comércio-PB, IBC-PE pelas publicações e documentos fornecidos; ao prof. Cicero Ernesto Leite - ex-presidente da SAELPA - que conseguiu junto à Maguary, os primeiros contatos; ao proprietário rural Antonio Augusto Meireles, ao agrônomo José Lopes "in memoria" e ao empresário Aldo de Araújo que facilitaram nossa permanência em Sapê; à prof. Eulália Enise Cardoso por sua atitude amigável; ao geógrafo Nilson Cortez

pela sua amável contribuição na confecção dos cartogramas; à colega Dulce Maria Barbosa Cantalice pela compilação de dados, em momentos tão expressivos para nós; às companheiras Angela Maria Metri Tejo, Alunilda de Oliveira e Ivone Vital Torres Barbosa pelo período que, conjuntamente, pesquisamos em Sapê e pelas entusiastas discussões sobre nossos temas afins; aos irmãos Francisco José, José Carlos e Diana Cavalcanti Gonçalves e ao amigo José Ribeiro Fortes que nos apoiou para que esta publicação viesse à luz; aos filhos Hêmilton e Fabricia Gonçalves de Carvalho e à sogra Eclepildes Moreira de Carvalho, que nos ajudaram na ingrata e cansativa tarefa de conferência dos textos das sucessivas versões; a Leonia Leão da Nóbrega, pela qualificada e prestativa revisão lingüística do texto; a Luizalba Santos e Souza, por seu excelente trabalho de datilografia e a Crisóstomo de Araújo pelo serviço de reprodução.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é um estudo empírico-teórico de uma agroindústria específica, cujo desempenho é analisado no contexto da relação de subordinação da agricultura à indústria, bem como nos marcos do desenvolvimento do capitalismo em geral, e no campo, em particular.

Esta visão globalizante nos permitirá entender a existência de vários estágios de desenvolvimento da produção agrícola, assim como das mais variadas formas de relações de produção e trabalho.

Para nós, entre muitas, a maior dificuldade encontrada foi a de determinar e delimitar, de forma clara e precisa, o objeto de estudo e consequentes objetivos. A esse empecilho, adicionou-se a conhecida preocupação - reinante entre a maioria dos mestrandos - em definir e explicitar o *marco teórico* de análise. Surgiu então certo impasse, pois não nos sentíamos com habilidade suficiente. Por esta razão, passamos maus momentos, sentimos crises de incompetência e chegamos até a questionar a validade de tantas leituras feitas durante o Curso. São nesses momentos cruciais de incertezas e desânimos, **que mais se faz necessária a intervenção de um orientador** (passamos pela experiência de dois até encontramos um adequado) que, com sensibilidade, experiência, discernimento e disciplina, saiba encaminhar e trabalhar a matéria-prima que somos nós e nos sirva de apoio para analisar a realidade que nos propomos entender e explicar, tornando menos

tortuosa nossa tarefa. Acreditamos que a orientação assim desenvolvida infunde muito maior segurança para que, finalmente, cheguemos diante da comunidade acadêmica e apresentemos nosso trabalho, como o fazemos agora.

Naturalmente, as insuficiências e eventuais erros são a nós podem ser atribuídos. Mesmo assim, nossa finalidade foi a de tentar contribuir, de alguma forma, para a discussão científica na área de Economia Rural.

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações Iniciais sobre o Tema

A partir da década de 60, assistimos, no Brasil, ao surgimento e expansão de certos tipos de agroindústria que colocam no mercado novos produtos alimentícios processados, tais como os derivados do leite, do café, da carne, de óleos vegetais, das frutas, das hortaliças etc.

Este desenvolvimento foi acompanhado por modificação também na estrutura de comercialização dos produtos alimentícios, a partir da instalação e difusão de supermercados. Produtos como leite (pasteurizado, em pó, condensado) iogurtes, café solúvel, carnes congeladas e sucos, entre outros, são, de preferência, adquiridos nesses locais.

Os supermercados foram responsáveis em 1974, por 58,0% do volume de vendas dos alimentos no Brasil, ao passo que em 1970, a comercialização era feita, em 70,7% do volume de vendas, pelo setor tradicional, ou seja, feiras-livres, açougues, padarias (SICOT-SP, 1982, p. 269).

Além deste, outros fatores fortaleceram e incentivaram a aplicação dos capitais em ramos específicos do setor

industrial de alimentos ou agroindustrial, cuja produção é de bens de consumo de luxo.

Afora os capitais nacionais, registra-se grande participação do capital internacional na indústria de alimentos no Brasil, onde as empresas multinacionais em 1977 respondiam por 65,6%, enquanto as nacionais privadas respondiam por 34,4% do faturamento das indústrias do setor de alimentos. As empresas multinacionais possuíam 62,1% do patrimônio líquido e as nacionais privadas 37,9%. (VILELA, A. V. e W. BAER, 1980, apud SICCT - SP, 1982, p.262).¹

Esta expansão do capital estrangeiro para os países periféricos, a partir da década de 60, é, também, mostrada por Sampaio para o Brasil, com os seguintes dados: quase a metade (49,0%) das 400 maiores empresas estrangeiras ou associadas ao capital externo, surgiu no período compreendido entre 1961 e 1975, perfazendo um total de 196. Observa-se que destas 400 empresas, 60 são agroindústrias e que 30 delas foram implantadas no mesmo intervalo de tempo (SAMPAIO, S.L., S.C. p./S. d. p. 82).

Dentre outros motivos pelos quais os capitais - nacional e estrangeiro - são atraídos para o setor de alimentos, podemos citar a existência de mercado interno capaz de absor

(1) Estes dados servem apenas como indicação. Porém, são bem significativos, uma vez que os cálculos foram baseados em dados da revista Visão, que trabalha com amostra representativa das maiores empresas do País, deixando de lado alguns segmentos que são tradicionalmente nacionais.

ver parte da produção e os elevados lucros auferidos pelo se tor, dada a estrutura oligopólica de produção de diversos bens, como a dos produtos enlatados da Sadia, da Perdigão, da Nestlé etc. Esse mercado interno possui setor de elevado po der aquisitivo, consumidor de artigos suntuários e de eleva- do padrão, como também setor amplamente maioritário, consumi- dor de bens alimentícios ditos de massa, freqüentemente de duvidoso valor nutritivo.

A existência e o crescimento deste mercado interno é decorrente do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil após o término da Segunda Guerra Mundial, baseado na indus trialização geradora de concomitante processo de urbanização. O acréscimo da população exigia, obviamente, crescimento na oferta de alimentos e maior disponibilidade de produtos ali- mentícios nos centros urbanos.

Mesmo que estejamos assistindo no Brasil, ao desenvol- vimento do processo denominado de agroindustrialização, sabe- mos, ainda, que a maior parte da produção agrícola destina- se ao mercado consumidor sem passar por nenhuma transforma- ção.²

A industrialização de alimentos, apresenta-se como al- ternativa de suprimento à população urbana que cresce, pelo fato de os alimentos processados não terem, no abastecimento,

(2) No Brasil, em 1969, 65,1% dos produtos rurais destinavam-se ao con sumo final, enquanto em 1967 na Alemanha Federal e nos EEUU apenas 28,1 e 12,2%, respectivamente, eram consumidos "in natura". Mas na França em 1970, o percentual era de 26,2. (LAUSCHNER, 1977,p.15).

os problemas dos alimentos "in natura" como: distância de sua fonte de produção à fonte de consumo, perecibilidade, transporte e armazenagem.

Embora observe-se a necessidade da industrialização de alimentos, as indústrias dinâmicas, entre 1942/1972, apresentaram participação ascendente, no valor da transformação³ industrial em detrimento da participação dos gêneros tradicionais, entre os quais estão os das indústrias de alimentos.⁴ Registrou-se, também, para estas, na década de 70, taxas médias de crescimento sempre inferiores às das indústrias de transformação como um todo. (SICCT-SP, 1982, Tabela 5 e 6)

Apesar de as indústrias de alimentos não contribuírem de forma decisiva no valor da transformação industrial, têm, contudo, apresentado crescimento razoável no número de estabelecimentos, conforme apontam os dados: 14.905 em 1940; 32.795 em 1950; 33.534 em 1960; 46.815 em 1970; 48.205 em 1975. Para 1980, as estatísticas indicam 24.916, porém não se pode fazer comparações já que é um índice de diferente natureza que os outros, em virtude de haver mudado o critério

(3) "Valor da Transformação Industrial" (VTI) é aquele que o trabalho industrial incorpora ao valor das matérias-primas e materiais consumidos na produção.

(4) Segundo o IBGE as indústrias de transformação são classificadas em dinâmicas e tradicionais. As tradicionais são as seguintes: madeira, mobiliário, couro e peles, têxtil, vestuário, produtos alimentares, bebidas, fumo, editorial e gráfico e diversos. As dinâmicas são as de: minerais não metálicos, papel e papelão, borracha, química, farmacêutica, perfumaria, plástico, metalúrgica, mecânica, materiais elétricos e de comunicação, material de transporte.

aplicado em sua elaboração. Convém ressaltar que vem diminuindo essa participação no total dos estabelecimentos industriais, sendo de 30,2% em 1960; 28,4% em 1970; 25,7% em 1975. Quanto aos estabelecimentos industriais, apresentaram crescimento, passando de 110.771 em 1960 para 164.793 em 1970, chegando a atingir 187.237 em 1975. (IBGE: 1950, 1960, 1970 e 1975 a; 1950, 1960, 1970 e 1975 b). Conforme o novo critério que foi utilizado para determinar o número de estabelecimentos de produtos alimentícios, o de estabelecimentos industriais, foi de 95.602 em 1975, passando para 120.600 em 1980.⁵ (IBGE, 1980, c).

Vimos, então, que as agroindústrias aumentaram quantitativamente e, diversificaram-se dentro do quadro das unidades produtivas industriais. Entretanto, não se disseminaram homogeneamente por todo o espaço nacional, mas predominaram nas regiões Sudeste e Sul do País,⁶ confirmando modificação na composição do setor dinâmico da economia, isto é: o industrial.

Esta modificação ao nível da indústria brasileira de

-
- (5) O critério adotado em 1980 para pesquisa era o de considerar, apenas, as empresas com mais de 5 operários. Nessa oportunidade não levaram em conta as empresas com até 5 operários, mesmo quando o valor da produção era maior do que 640 vezes, o maior salário mínimo, como tinha sido considerado anteriormente, por exemplo: nos anos 1970 e 1975.
- (6) Os estabelecimentos das indústrias de alimentos para o ano de 1980, estão, assim, distribuídos: Ne = 4.185; Sul = 3.543; Sudeste=10.279. (IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Industrial 1980). Para o ano de 1970, a situação era idêntica, embora tenha sido utilizado outro critério no levantamento. Mesmo assim, registra-se a concentração no Sudeste, conforme os dados: Ne = 10.038; Sul = 10.674; Sudeste = 22.331; Brasil = 46.815. (IBGE - Censo Industrial de 1970).

alimentos, verificou-se, especificamente, no que se refere ao tipo de setor predominante, sendo que até fins dos anos 60, destacavam-se os tradicionais (beneficiamento de cereais, abate de animais) respondendo com mais de 50,0% do valor de transformação. No entanto, na década de 70 ocorreu a diversificação no setor e deslocamento para os produtos com maior grau de elaboração, tais como: laticínios, conservas, sucos de frutas, legumes, condimentos e alimentos diversos (SICCT-SP, 1982, p.254, 267, 441). Uma pesquisa feita e publicada em 1980, pela revista "Brasil em Exame" junto a empresários, mostra que nos últimos anos, a produção de alimentos mais sofisticados cresceu 20,0% ao ano, enquanto a de produtos tradicionais teve aumento anual de 2,0% (SICCT - SP, 1982).

Entretanto, nosso objetivo originário era o de tentar detectar, dentro dos produtos alimentícios mais elaborados, a tendência indicativa do desenvolvimento da produção da indústria de sucos no Brasil. Grandes dificuldades colocaram-se no caminho, devido à inexistência de dados desagregados nos documentos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, assim como a não-continuidade dos itens nos cadastros industriais, dando resultados nem sempre comparáveis entre si, como mostr^{o IBGE}avam em exame minucioso dos Cadastros Industriais das diversas décadas, notadamente, 1950, 1960, 1970 e a Sinopse Preliminar de 1980, ~~o IBGE~~.

Porém, a grosso modo, no item "Produção de Refeições Preparadas Industrialmente", onde está incluída a produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais, verifica-

se que houve crescimento no número de estabelecimentos, pois em 1970 era de 1.312, enquanto em 1975 atingia os 2.286, sendo que, em 1980 já com a mudança de critério, registraram-se 1.155. Mas, mesmo assim, podemos afirmar que houve acrêscimo, pois para os anos 1970 e 1975 o número de estabelecimentos com mais de 5 operários era de 653 e 880 respectivamente, critério este similar ao do ano de 1980, quando indicam 1.155 estabelecimentos.

Especificamente, a produção de conserva de frutas, legumes e outros vegetais - inclusive sucos e concentrados⁷, em 1950 contava somente com 517 estabelecimentos, sendo que em 1975 o total passou para 1.218 (IBGE, 1970 e 1975 b).⁸

Percebe-se, facilmente, a falta de condições, idôneas e mesmo favoráveis para se poder fazer afirmações categóricas sobre a evolução da indústria de sucos, respaldadas em parâmetros quantitativos, com base nos dados oficiais, agregados a nível do País.

Outrossim, foi na década de 60 que se deu o desenvolvimento da indústria de sucos no Brasil, baseado, principal-

(7) Produção de Conservas de Frutas é um item no qual entram frutas em calda, compotas, frutas conservadas em álcool, secas, cristalizadas e desidratadas, polpas conservadas em álcool, geléias de frutas, purês e semelhantes. Produção de Conserva de Legumes e ou tros Vegetais inclui os de palmito, ervilhas, aspargo, pimentão, ce bola, pepino, cogumelo, azeitona, "picles" semelhantes em conserva. A Produção de sucos e concentrados inclui, além dos sucos de frutas, os concentrados naturais de legumes e vegetais - exclusive re frescos.

(8) Esta mesma classificação não se encontra para os anos de 1970 e 1980, o que dificulta nosso trabalho de comparação.

mente, no da laranja. Isto, devido à implantação de empresas norte-americanas no Brasil, em virtude de forte geada ocorrida na Flórida (EUA) no ano de 1962. Em São Paulo, a primeira fábrica foi instalada em 1963, a segunda em 1965, a terceira e a quarta em 1967, seguindo-se outras, com tecnologia muito sofisticada.

A indústria de suco de laranja, bem como, em geral, a de "citrus" (laranja, tangerina, limão, pomela e outros) encontrou no Brasil e, em particular, em São Paulo, condições favoráveis para sua ascensão, pois já havia citricultura bastante desenvolvida, bons níveis tecnológicos, mão-de-obra capacitada e características edafoclimáticas vantajosas para a cultura de "citrus"⁹. A industrialização está voltada, basicamente, para o mercado externo, sendo o Brasil um dos maiores exportadores do mundo de sucos cítricos concentrados.¹⁰

O setor caracteriza-se pela presença de pequeno número de grandes empresas - em 1976, havia 7 apenas - fato este estimulado por típico processo de centralização de capitais, através da compra de uma empresa por outra, bem como por associação.¹¹ Afora a centralização do setor, evidencia-se ,

(9) Em 1970, havia no Brasil 207 mil hectares com laranjeiras e em 1980, 572 mil ha. O acréscimo foi de 176,0%, isto é, quase que triplicou. (IBGE, 1980a Apud SICCT - SP, 1982, p.77-80).

(10) Para o Brasil, a exportação de sucos cítricos foi de: 3.800 toneladas em 1964; 30.000 toneladas em 1968; e de 338.717 toneladas em 1980. (SICCT - SP, 1982).

(11) Por ex., a Cargil Agrícola comprou a Citrobrasil e a Citrosuco Paulista à Avante S.A. de Limeira. Houve, também, incorporação da Suco-corrico, Citral e Trop-Suco para formar uma Holding.

também, a presença de capital estrangeiro, por intermédio da associação com a Coca-Cola, além da Citrosuco, que tem capital alemão, e da Citromogiana, instalada em 1981, também associada à Coca-Cola.

O fornecimento das matérias-primas à agroindústria é feito, na maior parte, através de plantações próprias, ou pelo sistema de contratos - iniciado a partir de 1976 - feito entre o produtor agrícola e a indústria, a qual estabelece o preço e as condições de pagamento. No entanto, em 1980 foi iniciado o primeiro plano integrado de comercialização nacional da laranja e do suco concentrado da fruta, possibilitando, assim, a participação dos produtores nas receitas de exportação.

No Nordeste, a indústria de sucos foi praticamente instalada após o ano de 1960, em decorrência, principalmente, dos incentivos dados pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Não obstante o esforço deste órgão para promover a industrialização da região, em 1969, só havia 6 indústrias de sucos, sendo 4 em Pernambuco, 1 em Alagoas e 1 na Paraíba, ao passo que no Piauí e Maranhão não se registrava nenhuma. (SUDENE, 1972, p. 9).¹² O Rio Grande do Norte também passou a produzir suco, mas tardiamente (em 1975) ficando, portanto, esta produção com os

(12) Sobre este assunto consta na publicação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento - CEPED (1978) que o Piauí produziu 6 ton. de suco em 1966, não existindo, porém, dados sobre produção posterior. Ademais, no momento em que o CEPED realizou a pesquisa a única fábrica que existia tinha suas atividades encerradas.

Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Bahia.

Uma das particularidades do setor é a heterogeneidade das unidades produtivas, em função das disparidades dos níveis técnicos e econômicos, prevalentes nas unidades de produção,¹³ assim como sua distribuição espacial.

Outro ponto característico de setor, levantado pelos pesquisadores do CEPED é o da não utilização de toda a capacidade instalada na indústria de suco, sendo que os principais motivos são: a escassez de matéria-prima, a inexistência de mercado capaz de absorver a produção e a dificuldade em se obter embalagens adequadas.

A linha de produção da indústria de frutas, - especificamente a de sucos - é bastante diversificada, sendo possível obter-se o produto, a partir de diferentes matérias-primas, assim como vários produtos, utilizando-se um só tipo de matéria-prima. As alternativas preferidas são marcadas pela sazonalidade e o alto grau de perecibilidade.

O suco de frutas processadas, não é consumido habitualmente pelos brasileiros e, muito menos, pelos nordestinos. Seu consumo é deveras influenciado pelo nível de renda, bem como pela concorrência feita pelo refrigerante e pelo su

(13) O trabalho do CEPED-1978 dividiu as empresas produtoras de doces e sucos em 3 tipos: Industriais, Semi-industriais e Artesanais, segundo alguns critérios, como o do número de operários, volume de produção, equipamentos utilizados, abrangência do mercado atingido etc.

co natural, contando, porém, com grande disponibilidade de frutas naturais no mercado.

No Nordeste, os Estados que mais se destacam pela produção de sucos, são: Ceará e Pernambuco, chegando a participar com 85,7% da produção regional em 1975. (CEPED, 1978, p. 98). Os sucos de cajú, maracujá e abacaxi são os mais produzidos.

A concentração por Estado também se verifica em outras regiões do Brasil, sendo São Paulo, no Sudeste, detentor de expressiva produção de suco de laranja e o Rio Grande do Sul, de suco de uva, na região Sul. Isto se justifica em função da abundância da matéria-prima, pois estes Estados são grandes produtores dos frutos que são processados em suas respectivas unidades produtivas.

Contudo, o suco, até mesmo no Centro-Sul não é considerado pelos consumidores - de maneira geral - como alimento básico, mas, apenas, como complemento das refeições (CEPED, 1976, p. 80). Sua produção pode se dar de várias formas, salientando-se que, a do tipo integral é predominante.¹⁴

A produção de sucos de frutas no Nordeste, experimentou, na década de 70, aumento vertiginoso, chegando a dupli

(14) A produção de suco pode ser de vários tipos: suco simples é aquele no qual se adiciona água; suco integral é o próprio suco da fruta; o suco concentrado é o que não contém água, nem da própria fruta, a qual é extraída por processo tecnológico. (BNB, 1977, p. 62).

car sua produção, entre 1974-75, ao passar de 5,7 mil toneladas para 14,7 mil toneladas. Deste total, o suco de cajú representou, aproximadamente 40,0% da produção de sucos da região. (BNB, 1977, p. 10).

O suco produzido no Nordeste, utiliza fundamentalmente, como matéria-prima, o abacaxi, o caju e o maracujã de uso tradicional no processo industrial - embora haja enorme variedade de frutas tropicais nativas, como goiaba, mangaba, jaca, tamarindo, buriti, manga, graviola e outras.

O mercado principal do suco produzido no Nordeste é o Centro-Sul e, em menor escala, o próprio Nordeste e o Exterior. Mesmo que o mercado externo não seja representativo para os sucos produzidos no Nordeste, no período 1969-74, o suco de abacaxi, foi - entre outros - um dos que participaram com mais de 10,0% no volume exportado pelo Brasil. (BNB, 1977, p. 12).¹⁵

No mercado nacional - notadamente no Centro-Sul - os produtos industrializados, a partir de determinadas frutas como: abacaxi, manga, mamão, maracujã e goiaba, são reconhecidos através de marcas bem definidas que se identificam com os produtos.

(15) As exportações de sucos de frutas tropicais representam pequena parcela nas exportações brasileiras, sendo que o principal representante é o suco de laranja, que coloca o Brasil como o 49 exportador mundial. Mesmo assim, excetuando-se o suco de laranja, observa-se vertiginoso crescimento nas exportações de suco, uma vez que, aumentaram de 665 toneladas em 1969 para 9.065 toneladas em 1974. (BNB, 1977, p. 12).

E, segundo pesquisa realizada pela CEPED em 1976, no Centro-Sul, a preferência para os sucos de goiaba, de maracujã e de abacaxi, recai sobre a marca Maguary, a qual desempenha importante papel no quadro das unidades industriais do setor, no Nordeste, e de cuja empresa vamos nos ocupar em detalhes, oportunamente.

1.2. Objeto de Estudo

Em função das considerações anteriores, podemos contribuir com o estudo de alguns aspectos, principalmente sócio-econômicos, da agroindústria nordestina de Doces e Sucos. Daremos cumprimento à tarefa, através de acompanhamento da dinâmica do comportamento de uma agroindústria específica e de suas relações com a produção de abacaxi, produto relevante.

Dedicaremos, conjuntamente, nossa atenção e interesse, tanto ao papel ocupado pela agroindústria escolhida, no caso as "Indústrias Alimentícias Maguary S/A" - daqui para frente chamada simplesmente Maguary - como a sua influência junto aos produtores de abacaxi, de Sapê.

A escolha da Maguary foi motivada pelo fato de ela (ao lado de suas congêneres pernambucanas: Palmeiron, Peixe e Cica-Norte) destacar-se por seu desempenho na economia de Pernambuco e da região nordestina em geral, através do volume produzido e do número de empregos diretos e indiretos gera

dos, assim como por adquirir suas matérias-primas no Nordeste, notadamente.

No entanto, a mesma foi escolhida para estudo, não só por industrializar frutas tropicais em maior escala que as demais, mas, e principalmente, por processar expressivamente, o abacaxi produzido na Paraíba. Este produto, como teremos oportunidade de ver mais de perto, é de grande importância na agricultura paraibana, tendo ocupado o 5º lugar, quanto à contribuição na formação do valor da produção, no ano de 1981. No Estado, o município de Sapê, apresenta-se como o tradicional produtor do fruto.

1.3. Objetivos

Com o objeto de estudo assim delimitado, procederemos em conformidade com os seguintes objetivos:

- 1) mostrar o crescimento da empresa agroindustrial, assim como a expansão do grupo ao qual pertence: o Tavares de Melo; sua importância nas articulações que mantêm com o setor agrícola e suas relações eventuais com outros capitais nacionais ou estrangeiros;
- 2) procurar caracterizar o produtor de abacaxi, a partir, principalmente, do estudo de sua estrutura fundiária e compará-la, posteriormente, com a dominante no município, assim como especificar os tipos de relação social de produção e de trabalho existentes.

- 3) procurar detectar a influência da Maguary na cultura do abacaxi, mediante o levantamento de possíveis indícios, diretos ou indiretos, de estímulos à produção e à introdução de práticas modernas na mesma, no município de Sapê, na medida em que este é fornecedor de matéria-prima daquela;
- 4) constatar os vínculos existentes entre os produtores de abacaxi, com os vários agentes - comercialização, assistência técnica, instituição bancária, indústria de insumos - e tentar investigar se houve aprofundamento após a implantação da fazenda da Maguary.

1.4. Metodologia

Buscando atingir os objetivos propostos neste trabalho, nosso estudo desdobrou-se em dois níveis: levantamento bibliográfico e pesquisa de campo.

Nossa primeira iniciativa foi a de tentar situar o desenvolvimento do setor agroindustrial no Brasil, enfatizando o setor alimentar e, destacando, particularmente, o ramo de doces e sucos.

Com relação à agroindústria alimentar no Nordeste, direcionamos nossa atenção objetivamente, a fim de verificar o crescimento da indústria de doces e sucos, notadamente o desempenho da Maguary.

Na indústria Maguary e, junto aos produtores agrícolas de abacaxi, os dados foram levantados através de questionários e entrevistas abertas.

Na Maguary, unidade industrial de Pernambuco, localizada na cidade de Bonito e, em seu escritório de Recife (PE) colhemos informações referentes a sua implantação e expansão, assim como também relativos a sua produção - volume e diversificação - estrutura de fornecimento das matérias-primas e seus requisitos técnicos, no que diz respeito às características exigidas para os insumos de produção.

Na medida em que desejamos investigar sobre a influência desta agroindústria na produção agrícola do abacaxi, através da introdução de práticas modernizantes, é necessário fazermos a análise de um caso concreto. Achamos de suma importância para podermos concluir com mais exatidão, determo-nos na dinâmica da produção, captando as várias mudanças tecnológicas havidas nas diversas etapas do processo e suas causas gerais e particulares.

Para isto extraímos, a partir das informações contidas no Cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do ano de 1978, a relação dos proprietários de imóveis com abacaxi, para posteriormente determinarmos o Universo dos produtores e elegermos nossa amostra.

A relação estabelecida de 43 proprietários foi submetida - em nosso estudo - a árduo e delicado trabalho de atua

lização, procurando aproximá-la ao máximo possível da realidade existente no município, no período de nossa pesquisa. Portanto, a primeira tarefa prática que se nos colocou, foi a de concretizar o Universo dos produtores, para depois proceder a análise, através de uma amostra.

Contudo, sabíamos que não seria possível estabelecer com precisão o Universo em toda sua extensão e detalhamento, uma vez que não existem registros completos nem atualizados sobre os produtores.¹⁶

De imediato, apresentou-se o grande inconveniente de não existir nenhuma fonte que nos fornecesse a listagem dos arrendatários ou outras formas de relação de produção (como parceiros e ocupantes) atuando na área de estudo. Para superar a deficiência, fomos listando os diversos tipos de produtores detectados em 1983, durante a pesquisa, através de levantamentos efetuados em escritórios de assistência técnica (como EMATER e PLANTES) e de consultas diretas aos produtores, administradores e trabalhadores rurais do município.

Mesmo assim, após excluir uns (por terem abandonado totalmente a cultura do abacaxi) e incluir outros, chegamos à listagem final de 39 produtores (veja Tabela 4, p. 94-96) que sabemos, ser apenas uma expressão aproximada da realidade

(16) Os Cadastros do INCRA, embora ofereçam valiosíssimas informações são incompletos e respondem a critérios específicos, nem sempre atendendo às necessidades do pesquisador. Por exemplo, trabalham com a categoria dos proprietários, pois seu levantamento privilegia o imóvel rural.

de, face a nossa impossibilidade¹⁷ de mapear correta e intre
galmente todos os produtores.

Conseqüentemente, isto repercutiu de certa forma em
nosso procedimento posterior, levando-nos a ser mais caute-
losos na pesquisa e na análise dos dados. À luz da experiên-
cia que adquirimos, acreditamos que tais fatos, não chegaram
a prejudicar, substancialmente, os resultados e conclusões
tiradas.

Tais circunstâncias levaram-nos ao aprofundamento
maior do objeto de estudo, a fim de que, dispondo de melhor
conhecimento, pudéssemos definir como tratá-lo mais adequada-
mente. Este exame de fatos e critérios, permitirá, depois,
selecionar os componentes da amostra. Cabe destacar que do
Universo, composto de 39 produtores, determinamos a amostra
de 19 produtores - 48,7%, aproximadamente metade, a qual julga-
mos ser suficientemente representativa e expressiva do Uni-
verso em questão. A amostra foi escolhida intencionalmente
dos sub-grupos e, estes, criteriosamente delimitados, levan-
do-se em conta outros elementos que assegurariam maior repre-
sentatividade à amostra, como: a área com abacaxi.

Estes sub-grupos foram estabelecidos, com base na me-
todologia que será explicada adiante, correntemente utiliza-
da pelo Banco Central do Brasil para discriminar os produto

(17) Esta impossibilidade refere-se às condições de que dispúnhamos, qual
sejam: tempo exíguo e poucos recursos financeiros, isto é: as ca-
racterísticas mais comuns da grande massa de pesquisadores.

res em pequenos, médios e grandes, o que responde à necessidade de melhor sistematização e rigorosidade de análise.

Apuramos que, dentre os 39 produtores, 5 são classificados como pequenos, 14 como médios e 20 como grandes; e dos 19 produtores escolhidos para conformar a amostra, incluem-se 2 (40,0% da categoria) pequenos produtores, 6 (42,9%) médios e 11 (55,0%) grandes.

Achamos possível considerar a amostra perfeitamente representativa, devido à amplitude e à localização, dentro do espaço geográfico estudado, assim como pelo fato de não se tratar de um universo com características muito heterogêneas (como podemos apreciar em nossa pesquisa prévia e nas sondagens com especialistas e técnicos da área) se bem que a divisão - à primeira vista - não revele diferenças, generalizadas e substanciais, nem por isso pode deixar de ser usada como instrumento operativo de análise.

Com isto tentamos comprovar os possíveis comportamentos díspares dos diferentes estratos em alguns aspectos, da maneira como sentimos - intuitivamente - em nossa pesquisa preliminar.

Isto posto, cremos que explicitamos a operacionalização do estudo em apreço.

CAPÍTULO II

AGROINDÚSTRIA E MODERNIZAÇÃO

2. AGROINDÚSTRIA E MODERNIZAÇÃO

2.1. O Conceito de Agroindústria

Nosso objeto de estudo é a agroindústria, e, para sua análise, achamos imprescindível tentar preliminarmente, compreender sua significação.

É fácil concluir que a agroindústria possui conceito amplo que está intrinsecamente relacionado - por sua própria etimologia, à agricultura e à indústria. Porém, algumas considerações são necessárias para que se desfaçam certos entendimentos errôneos.

O conceito surgiu na década de 50 no mundo anglo-saxônico e foi apresentado em 1957 no livro "A Concept of Agribusiness", de John H. Davis e Ray Goldberg (Apud PASSOS GUIMARÃES, Alberto, 1975, p. 4). Estes economistas norte-americanos, e professores da Universidade de Harvard, estudando a relação existente entre agricultura e indústria - apoiada nas matrizes de relação intersetorial de insumo-produto criada por Leontief - concluíram que a agricultura capitalista de nossos dias está submetida à pressão exercida pela indústria.

Tal pressão estaria se efetivando em dois sentidos: de

um lado, à montante da produção agropecuária, encontra-se a indústria fornecedora de insumos (adubos, tratores e equipamentos agrícolas, rações para animais etc); e do outro, à jusante desta, localiza-se a indústria que processa matérias-primas, oriundas da agricultura e da pecuária (frigoríficos, laticínios, usinas de açúcar, moinhos de trigo, fábricas de cigarros etc) (id, ibid, p. 4).

Em decorrência das articulações existentes, o conceito de "agribusiness", denominado além de agroindústria também agro-empresa, agro-negócio, agro-complexo ou complexo agrícola, é definido como *"a soma de todas as operações que abrangem a manufatura e a distribuição de insumos para a unidade agrícola; as operações produtivas na unidade agrícola em si; e o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e de sub-produtos."* (DAVIS, J. H. e GOLDBERG, Ray, 1975, apud LAUSCHNER., 1974, p. 7).

Esta idéia foi difundida na América Latina pelo Instituto Centro-americano de Administração de Empresas - INCAE - Nicarágua, a qual recebeu diferentes traduções nos vários países, sendo que, no Brasil, o termo comumente adotado foi o de complexo agroindustrial.

Lauschner, aproveitando a idéia, usou-a em seus trabalhos e chegou a elaborar os conceitos de agroindústria no sentido amplo e no sentido estrito. (id. ibid, p.8 e 9)¹⁸.Es

(18) Lauschner foi induzido a definir estes conceitos, a partir da necessidade de caracterizar a agroindústria como unidade produtiva, a fim de que pudesse figurar como alvo dos investimentos do governo (LAUSCHNER, 1974, p. 24 e 25).

te autor entende que, em sentido amplo, agroindústria "é a unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou manufaturado para sua utilização intermediária ou final"; e, depois, continua dizendo que "em sentido estrito, é a unidade produtiva que, por um lado, transforma para a utilização intermediária ou final, o produto agropecuário ou seu sub-produto não manufaturado e que, por outro lado adquire diretamente do produtor rural, um mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados" (id. ibid, p. 25).

A definição "em sentido estrito" exclui as indústrias que usam como matéria-prima o produto já transformado. Neste plano, são consideradas agroindústrias apenas aquelas que fazem a primeira transformação do produto, mesmo que este já tenha sido beneficiado¹⁹ ou não. São, portanto, as indústrias que mantêm maior relacionamento com o agricultor e não com outras indústrias, no sentido de que a produção industrial depende do fornecimento direto da matéria-prima agrícola.

Em nosso entendimento, o estudo da agroindústria em sentido estrito, possibilita observar as diversas conexões existentes com a fonte da matéria-prima. Neste sentido, julgamos importante - no cumprimento das nossas pretensões - adotar este conceito. Adiantamos, pois, que a empresa objeto de nosso estudo, é unidade produtiva do setor industrial, a

(19) Beneficiamento significa, neste contexto, segundo Lauschner, manter e melhorar todas as suas características, adaptando-as à utilização final. (LAUSCHNER, 1974, p.23).

qual utiliza matéria-prima agrícola que não tenha sofrido antes nenhuma transformação em suas propriedades físicas e químicas.

2.2. A Evolução Econômica e os Modelos Teóricos Explicativos

2.2.1. Os "Modelos de Acumulação" na América Latina

No decorrer do presente século, as relações entre os setores agrícola e industrial no Brasil, apresentaram algumas mudanças, além de que novos setores começaram a predominar na economia. A concentração e centralização de capitais foram se verificando de maneira mais intensiva, como parte do avanço do processo de acumulação e reprodução ampliada do capital.

Como assinala o autor Gonzalo Arrovo (1979 b, p. 25) a agricultura e a indústria tiveram desempenhos diversos nas fases históricas do desenvolvimento capitalista no Brasil, as quais abrangem 3 modelos de acumulação, geralmente aceitos pelos cientistas sociais latino-americanos. Segundo este autor, a divisão é um tanto arbitrária, pois não se verifica, sistematicamente, em todas as formações sociais da América Latina.

Mesmo com a ressalva, expomo-la por considerar que contribui para esclarecer e situar historicamente o processo

de expansão das agroindústrias no Brasil. Esses 3 modelos de acumulação correspondem a 3 grandes períodos históricos.

O primeiro período predominou até os anos 30 do presente século e é conhecido como o "agro-mineiro-exportador"; o segundo, o de "substituição de importações e desenvolvimento urbano-industrial", prospera logo após a 2ª Guerra Mundial, e o terceiro, ou "novo modelo de acumulação", impõe-se em certos países, a partir dos anos 60, em momentos onde o capitalismo mundial começou a apresentar sinais de esgotamento. (id. *ibid*, p. 25).

O "modelo agro-mineiro-exportador" tem suas raízes no sistema de colônias, quando a divisão internacional do trabalho, definia que os países latino-americanos exportassem matérias-primas agrícolas e minerais, importando em contrapartida, bens manufaturados para os diversos setores urbanos e artigos de luxo para as oligarquias locais.

Na agricultura eram bastante evidentes as diferenças entre os setores exportadores e os tradicionais. Nos primeiros, prevalecia o crescimento relativamente dinâmico, embora bastante vulnerável às flutuações do mercado internacional, enquanto nos tradicionais, havia o estancamento relativo. (ARROYO, 1979 a, p. 129-130).

Neste período registra-se a implantação na América Latina de poderosas agroindústrias dos países imperialistas²⁰.

(20) Desta época tem-se a Swift-Esmark (1885); a United Fruit (1899) que

Controlavam diretamente a exploração da terra, processavam as matérias-primas agrícolas para serem exportadas para as metrópoles do hemisfério norte e produziam alimentos básicos para o mercado interno dos países, onde estavam localizadas.

Mas, este modelo voltado "para fora" sofreu rutura em sua continuidade, desde o momento em que as crises, depresões e guerras, começaram a ocorrer, com suas consequências sendo sentidas pelos países da América Latina, principalmente entre 1914 e 1945.

Para o Brasil, a década de 30 foi um marco bastante significativo, à medida em que se vê abalada a teoria nêo-clássica do liberalismo econômico e, se lançam as bases para um outro modelo de desenvolvimento: o denominado de substi-tuição de importações que vigorou até a década de 60.

A orientação à substituição de importações e ao desenvolvimento urbano-industrial, surge como a alternativa ao isolamento provocado pelo conflito bélico mundial das economias latino-americanas com respeito às dos Estados Unidos e Europa Ocidental. Diante das restrições às importações que foram em torno de 50,0% nos países da América Latina (inclusive o Brasil) a única saída foi recorrer à produção interna dos bens manufaturados, devido ao fato de que já não era possível importar, devido aos problemas nos países produtores e

depois fundiu-se com a John Morrel (carne) dando origem à United Brands; Castle and Cook (1894); Bunge Born (1898); Anderson Clay - ton (1904) e Nestlé (1905) entre outras. (ARROYO, 1979 b)

pela diminuição das exportações totais brasileiras. (TAVARES, 1979, p. 32-33).

Este modelo privilegiou a realização interna do valor, como também permitiu modificação na estrutura do poder da classe dominante: a emergente burguesia industrial sobrepujou definitivamente a oligarquia agrária. Segundo Arroyo (1979 a, p. 131) o Estado passou a desempenhar função importante, a medida em que - através de mecanismos fiscais, monetários e creditícios - facilitou e estimulou o desenvolvimento industrial e urbano.²¹

O padrão de industrialização adotado repercutiu largamente nos vários países da América. A formação de uma classe operária vinculada à estrutura industrial criada, lançou as bases para o mercado de consumo interno que, apesar de ainda pequeno, revelava-se crescente. A consolidação da indústria favoreceu o crescimento dos centros urbanos que, juntamente com as demais condições criadas, atraiu ao Brasil investimentos de empresas monopolistas de outros países, os quais aos poucos foram assumindo o controle de muitas indústrias e setores dinâmicos. Esta situação concreta em muito contribuiu para fortalecer a base material do capitalismo no campo, ao lado da existência da rede nacional de transporte, do sistema bancário e creditício e das instituições de pesquisa. (BURBACH, 1982, p. 101)

(21) Mais detalhes sobre o papel do Estado na industrialização do Brasil, ver por exemplo: IANNI, Octavio: Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S/A, 1977.

Após a Segunda Guerra, em muitos países da América Latina o Estado passou a exercer posição de destaque na tarefa de modernização da agricultura, através de execução de serviços de infra-estrutura e apoio, da criação de instituições para administrar e financiar a pesquisa agrícola, voltada para as culturas comerciais²² e da liberação de crédito para investimento.

No pós-guerra os capitais americanos ociosos deslocaram-se para a Europa, Japão e - depois de 1955 - também para a América Latina, em especial para a Argentina, México e Brasil, devido às maiores extensões territoriais, potencialidades e definições acerca da industrialização.

Na América Latina, as inversões estrangeiras (na maior parte, americanas) dirigem-se, principalmente, para as agroindústrias, uma vez que o mercado dos países industrializados da Europa Ocidental já contava com grande variedade de alimentos processados. Lá teriam de concorrer com os capitais locais, o que induziria à diminuição de rentabilidade e da taxa de lucro. (ARROYO, 1979 b, p. 18).

Nesse mesmo período (após 1955) nos maiores países do hemisfério Sul (Brasil, México e Argentina) as transnacionais passaram a produzir alimentos de alto valor agregado, destinado a suprir os mercados urbanos de alta renda. A vantagem

(22) A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) criada em 1972, assume as funções do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária - DPEA - e passa a coordenar e promover a investigação agropecuária em todo território nacional.

para o capital, na implantação dessa linha de produção é que a rentabilidade obtida é maior do que na produção de alimentos básicos, pois as filiais dessas poderosas empresas atuam na condição de oligopólios, impondo seus preços e concorrendo com facilidade e vantagem com as agroindústrias locais. (ARROYO, 1979 b, p. 20).

No início da década de 60, o modelo de substituição de importações começa a apresentar sintomas de esgotamento, e adota-se nos fins da década, novo modelo de acumulação. Este caracteriza-se pela internacionalização da produção e, assenta-se na indústria de bens de consumo sofisticados e na exportação de bens primários e industrializados. Em geral, os países periféricos continuam exportando matérias-primas para os países centrais, enquanto os setores da indústria que mais se desenvolvem são, progressivamente, controlados pelas filiais das multinacionais. (ARROYO, 1979 a, p. 138).

Neste contexto, a agricultura passa por intensa fase de tecnificação, tanto a nível nacional como internacional, por intermédio do crescimento da indústria agroalimentar das matrizes estrangeiras, que integram e subordinam as atividades agropecuárias no País. (SCHULZE, 1980, p. 1). Estas, que dentro do setor primário englobam os ramos agrícolas, pecuário e florestal, tanto nos países industrializados e dominantes como nos países subdesenvolvidos e dominados, sofrem transformações e tornam-se mais dependentes da indústria. Tal dependência dá-se, principalmente, em termos do poder econômico e efetiva-se, por exemplo: a nível das decisões, na me

dida em que fazem parte de uma cadeia agroindustrial, segundo assinala Arroyo.

Analisando o período iniciado no final da década de 60, Burbach e Flynn, no seu livro *Agroindústria nas Américas*, afirmam que o surto, então, verificado de investimentos estrangeiros, principalmente norte-americanos, tiveram papel importante na reorganização da produção e modernização das relações sociais de trabalho, o que não invalida a análise da presença de capital estrangeiro na América Latina desde o século passado.²³ São que, agora, registra-se o salto quantitativo e qualitativo relevante.

O capital, preponderantemente norte-americano, dirigiu-se de preferência às áreas de fertilizantes químicos, de equipamentos agrícolas mecanizados e de beneficiamento de alimentos.

As indústrias de insumos agrícolas, caracterizam-se pela alta concentração e mesmo antes de se instalarem em países da América Latina - na década de 60 - já controlavam o mercado latino-americano, através do mercado internacional. No Brasil, os principais investimentos estadunidenses em indústrias de máquinas agrícolas deram-se nas décadas de 60 e

(23) Segundo Burbach, cerca de 3/4 de todas as subsidiárias das agroindústrias dos EEUU no Terceiro Mundo estão localizadas em países latino-americanos. Em 1960-1975 os investimentos na indústria de beneficiamento de alimentos quase que triplicou. Nos últimos 10 anos, os investimentos norte-americanos na indústria de beneficiamento de soja, no Brasil, foram muito altos, assim como na indústria de tratores. (BURBACH, 1982, p. 113).

70, enquanto na de fertilizantes sã nos anos 70.²⁴

Na América, as indústrias norte-americanas beneficiadas de alimentos, encontraram condições favoráveis para sua expansão, sendo que as de enlatados tiveram papel de realce, destacando-se entre elas a Del Monte, a Heinz, Campbell e a W. R. Grace (BURBACH, 1982, p. 126).

A modernização agrícola se processou às expensas das necessidades alimentares da população local, na medida em que a produção para exportação era substancialmente assistida com facilidades creditícias, dentre outras, em detrimento daquela voltada para o mercado interno. Assim sendo, a modernização, de fato, efetivou-se no setor exportador. Já o setor produtor de alimentos básicos para o consumo nacional está, em muitos países - no caso, o Brasil - sob a responsabilidade de pequenos agricultores, que trabalham em terras menos férteis e sem acesso ao crédito, não tendo, portanto, condição de adotar inovações tecnológicas no processo de produção.

Embora ainda exista grande quantidade de mini-produtores (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros etc.) no meio rural da América Latina, observa-se que a tendência dominante nas últimas três décadas tem sido a do

(24) Interesse assinalar as datas de implantação de poderosos grupos industriais dos ramos correspondentes. No de máquinas agrícolas: Massey Ferguson (1961) - J.I. Case (1971) e Ford Motor (1974); no de fertilizantes: Williams Companies (1973) e Becker Industrias (1974) (BURBACH, 1982, p. 119-120).

crescimento do proletariado agrícola. Antes da década de 50, os habitantes da área rural da América Latina eram - em sua maioria - "camponeses" (na acepção ampla, isto é, incluindo os minifundistas, meeiros, ejidatários²⁵ etc.) Porém, registrou-se acréscimo no número dos trabalhadores rurais assalariados naquelas regiões, onde a agricultura em base capitalista, expandiu-se mais rapidamente. Contudo, esta evolução é mais acentuada em determinadas regiões dentro do mesmo país, ou em países com relação a outros (id. ibid., p. 145).

2.2.2. Agricultura, Indústria, Agroindústria

A expansão da agroindústria tem provocado modificações nas relações entre a agricultura e a indústria, e em consequência, na economia como um todo. Conforme Arroyo, as principais delas são: 19) que as atividades agrícolas desenvolvidas extensivamente passam a ser mais intensivas e tecnicizadas, devido à integração vertical com as agroindústrias; e 20) que os produtores podem e efetivamente passam a fazer contratos com filiais de multinacionais, ou mesmo com empresas nacionais para obterem o fornecimento de sementes selecionadas, fertilizantes, assistência técnica etc., em troca (do comprometimento) da entrega (de certos produtos) de sua produção.

A expansão das agroindústrias, além de modificar as re

(25) Ejidatários são pequenos proprietários indígenas que trabalham em terras comunais. A denominação vem dos "ejidos" do México.

lações existentes entre a agricultura e a indústria, repercute imediatamente na produção agrícola, que por intermédio da modernização, eleva a produção e a produtividade. O incremento da produção agrícola, porém, visa fornecer matéria-prima para as agroindústrias, ao invés de estar destinada ao consumo popular. Esta nova função da agricultura gera três necessidades, quais sejam: as de importar insumos, equipamentos e alimentos deficitários no País. (ARROYO, 1979 b, p.28)

Efeito paralelo da agroindustrialização tem sido o de modificar as formas organizacionais da produção. Em certas regiões onde existia predominância de pequenas e médias propriedades de exploração familiar, dedicadas a produzir para o auto-consumo (são comercializando um pequeno excedente ou, trocando diretamente nos mercados locais) a implantação da agroindústria tem significado a substituição da produção de subsistência por uma que seja de seu interesse. Deste modo as agroindústrias têm concorrido para a desintegração da pequena agricultura.²⁶ (ARROYO, 1979 b, p. 23).

Com esta reestruturação, efetivam-se transformações nas relações sociais de produção e, como consequência tem-se, principalmente, a ruína de pequenos proprietários, que por motivos diversos, vêem-se obrigados a alienar ou deixar a terra, emigrando para as cidades ou aumentando a força de trabalho rural volante.²⁷

(26) Esta desintegração ocorreu com a implantação do Leite Glória, Nestlé e muitas outras e em muitos países.

(27) A degradação a que são expostos os assalariados rurais deve-se, en

Os produtores médios e grandes (conquanto também acabem se submetendo às agroindústrias) não sofrem conseqüências similares, embora mudem as relações de produção, por exemplo organizando-se em cooperativas para facilitar o uso de equipamentos pelos produtores.

Para Alberto Passos Guimarães (1978, p. 16) a modernização da agricultura através de progressiva industrialização (maior emprego de máquinas e de processos produtivos usados na indústria) foi uma alternativa à exigência de maior oferta de produtos, derivada do crescimento da população e do desenvolvimento industrial. Em decorrência da conseqüente elevação da composição orgânica do capital na agricultura, a tendência é o declínio de sua lucratividade, o qual por sua vez é contrabalançado pela obtenção de nível mais elevado da produtividade em função das mudanças introduzidas pelo progresso técnico.

Mas, os reflexos advindos desta modificação se fizeram sentir imediatamente no interior da própria agricultura. Uns positivamente, como a elevação da produção e da produtividade, ao passo que outros repercutiram negativamente, como o aviltamento dos custos de produção ou de aquisição de terra (seja pela compra ou arrendamento) o que alija do proces-

tre outras coisas, a que, em sua maioria, são temporários, o que não lhes dá direitos, sequer, de gozar por ex.: das garantias legais estampadas na legislação. (ARROYO, 1979 a, p. 145).

Mas, no caso do Brasil, todos os trabalhadores rurais têm direito de gozar das garantias legais, mesmo sendo clandestinos - sem carteira assinada - Houve épocas que isto não ocorria por decorrência da própria interpretação da legislação, uma vez que o Estatuto do Trabalhador Rural não era claro.

so produtivo grande parcela de potenciais produtores.

A nível da divisão internacional do trabalho, os países menos desenvolvidos estão cedendo lugar, no mercado mundial, aos países mais desenvolvidos, no fornecimento de produtos alimentícios e de matérias-primas. Os países subdesenvolvidos vão, assim, se submetendo mais e mais àqueles industrialmente avançados, pois estão perdendo posição (enquanto exportadores de alimentos, ao tempo em que sua agroindustrialização é feita e dirigida pelas grandes empresas imperialistas das modernas metrópoles) para os países desenvolvidos.

Essa submissão se concretiza, então, através da formação do complexo agroindustrial, cuja característica fundamental é a de integração da agricultura e da indústria.

A formação deste complexo vem se desenvolvendo no contexto de modificação histórica, também, na própria evolução do capitalismo, onde o modelo concorrencial cede lugar ao monopolista. Neste, os capitais se concentram (atingindo graus de poder unificado antes inimagináveis) e se centralizam (sob a forma de cartéis, acordos e integrações de unidades económicas) agindo em actividades primárias, secundárias e terciárias.

No estágio em que se encontra o capitalismo, a integração entre a indústria e a agricultura - que é considerada como forma de centralização de capital que pode ser horizontal (entre produtor do mesmo setor ou na mesma actividade) ou

vertical (entre produtor de diferentes setores ou de atividades sucessivas de um processo produtivo). Desta forma, chega-se, através da integração, à maior dependência da agricultura à grande indústria, que, muitas vezes, está vinculada a empresas multinacionais.

Vários autores como Passos, Arroyo e outros, de conformidade com Davis e Goldberg, advertem que a agricultura encontra-se premiada por um lado - "à montante" - pelas indústrias processadoras de insumos básicos, e por outro - "à jusante" - pelas indústrias processadoras de alimentos e compradoras de matérias-primas agrícolas.²⁸

Nesta situação, a agricultura vê-se impelida a aumentar sua produtividade e, também seus custos, sem poder, contudo, compensá-los com aumento de lucratividade. (PASSOS GUIMARÃES, 1978, p. 114).

Grande parte dos produtos agrícolas já não é consumida em sua forma natural, mas processada pela indústria, a qual tem-se ampliado e empregado tecnologias bastante intensivas em capital. Isto, por sua vez, exige da agricultura o consumo de produtos industriais (tais como fertilizantes, máquinas e equipamentos) a fim de que haja condições de forne

(28) Segundo Passos Guimarães (1978, p. 143) no Brasil, pode-se citar "à montante" do complexo agroindustrial, 17 filiais de multinacionais, entre as quais Massey Ferguson, Valmet do Brasil S/A, Anderson Clayton S/A, Cargil Agrícola S/A e Sementes Agroceres S/A; e, "à jusante", foram listadas 77 empresas entre as quais Sanbra Algodoeira do Nordeste do Brasil, Leite Glória, Cia Sousa Cruz Ind. e Com., Gessy Lever S/A, Kibon S/A Ind. Alimentícia, Kibon do Ne S/A Produtos Alimentícios, Swift Armour S/A, Skol Caracu S/A, Grapette S/A, Coca Cola Refresco S/A.

cer produto adequado, em tempo hábil.

Assim a agricultura vai se transformando de um setor autônomo em simples elo deste complexo, e, à medida em que vai substituindo os métodos de produção tradicionais pelos modernos, também aumenta sua dependência e submissão àqueles métodos.

O relacionamento entre esta agricultura em submissão e as indústrias especialmente multinacionais que comandam o processo de agroindustrialização, permite a apropriação de uma parcela substancial do excedente gerado em suas atividades produtivas, como também condiciona o aprofundamento das desigualdades no padrão de vida do homem do campo. (PASSOS GUIMARÃES, 1978, p. 142-143).²⁹

(29) Passos Guimarães tenta elucidar estes mecanismos de submissão, apresentando os casos da Nestlé, da Sousa Cruz, da Sanbra e Anderson Clayton. Seleccionamos aqui o da Nestlé e o da Sousa Cruz. A Nestlé Alimentana tem subsidiárias em 47 países, inclusive o Brasil. Sua principal linha de produção é a de laticínios, e as fábricas localizam-se próximas às bacias leiteiras. Há vinculação significativa entre a empresa e seus fornecedores, existindo até uma organização denominada de Assistência Nestlé aos produtores de Leite, cuja principal função é a de dar assistência técnica e financeira aos produtores. Esta associação não espera que o produtor a procure, ela mesma orienta seus técnicos para visitá-los. (PASSOS GUIMARÃES, 1978, p. 138) Assim, vai criando a relação que acaba envolvendo os produtores. Outro caso que demonstra total submissão dos produtores agrícolas à indústria é o da Cia. Sousa Cruz, a qual adquire sua principal matéria-prima - o fumo - de milhares de produtores. Estes, para conseguir empréstimos junto a instituições financeiras, necessitam do aval da Companhia, ocasião em que ela se compromete a adquirir toda a matéria-prima, determinando, porém, todas as condições (preços, quantidades e prazos). Para completar este quadro, a Cia mantém instrutores que, junto aos produtores, orientam o tipo de semente que devem plantar, chegando ao ponto de determinar o local onde devem instalar os viveiros para as mudas. (Id. ibid., p. 138-139).

2.2.3. A Modernização Concentracionista e a Subordinação ao Capital

A opção feita na década de 70, no Brasil, pelo desenvolvimento rural, baseado na modernização capitalista dos latifúndios tradicionais, sem que haja uma mudança substancial nas relações arcaicas de trabalho e na estrutura anacrônica da propriedade (segundo Passos Guimarães) desviou a estratégia, antes centrada nas políticas de reforma agrária, que predominou na década de 60. (PASSOS GUIMARÃES, 1978, p. 18, 23)³⁰

Esta política "de modernização" estimulou a concentração da propriedade, e trouxe benefícios unilaterais para alguns setores, em detrimento do conjunto da agricultura e da economia como um todo, pois, o Estado colocou à disposição dos segmentos privilegiados, principalmente ligados ao setor externo, subsídios e incentivos que, em definitivo, ajudaram a desequilibrar as finanças públicas e prejudicaram a produção alimentar para o mercado interno. (id. ibid, p.23)

Jã Graziano lembra que a questão da modernização da agricultura brasileira aparece como saída para solucionar o impasse existente no nível de emprego e de renda no meio rural brasileiro e não no da produção.

(30) Passos Guimarães bem assinala que as multinacionais controlam no mundo ocidental a fabricação dos principais insumos, como equipamentos agrícolas, defensivos, fertilizantes, sendo, portanto, a modernização da agricultura uma de suas estratégias políticas.

Estudos demonstram que, após 1969, o comportamento do setor agrícola tem sido favorável, pois, a taxa média anual de crescimento da produção agrícola era suficiente para atender ao acréscimo da demanda efetiva, pelo menos no período de 1960-1970. Este incremento da produção, garantiu o aumento das exportações brasileiras que quatriplicaram no período de 1967-75, sem, contudo, ter havido elevação dos preços a nível dos produtores. Além disto os produtos industriais, empregados como insumos agrícolas básicos, encontraram na agricultura amplo mercado, que, inclusive, pode ser ainda mais dilatado. Não obstante este desempenho favorável, a renda manteve-se baixa para a maioria dos agricultores e a oferta de emprego continuou sem satisfazer a demanda por parte dos trabalhadores.

Diante desse quadro, apresentava-se a modernização como a solução possível para aumentar a produtividade, a produção e a renda, sendo que a última deveria possibilitar o pagamento de melhores salários e o oferecimento de maior número de empregos à população rural.

Mas, no caso brasileiro, os estímulos à modernização não atingiram os pequenos produtores, principalmente aqueles que se dedicam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, cujos preços devem ser manter baixos. Isto, para não criar obstáculos ao desenvolvimento urbano-industrial do tipo concentrador pois, a maior parte da renda estava nas mãos de exígua minoria do setor urbano. A grande parcela da população urbana possui baixo poder aquisitivo, que não tole

ra - sem convulsões sociais - elevação nos preços dos gêneros básicos sem que aumentem, paralelamente, os níveis reais de seus salários, premissa que não é interessante para o capital industrial. Este processo não podia deixar de ter influência na agricultura.

Partindo desta visão, Graziano (1983, p. 21, 31) analisa as principais implicações desta modernização na pequena produção. A política tecnológica adotada na agricultura afeta diretamente a economia camponesa, concorrendo, em última instância, para a subordinação dos pequenos produtores ao sistema. Como reflexo, a economia camponesa pode se desintegrar, levando os produtores à proletarização, ou a se manterem - embora sob forma modernizada - ou, ainda, a se capitalizarem, a exemplo dos "farmers" norte-americanos. Outrosim, Graziano adverte que há limitação para que o setor camponês adote a modernização, que consiste nas escalas de produção a serem observadas, cujos parâmetros são mais ou menos opostos, face aos recursos produtivos e financeiros requeridos e disponíveis no mesmo. (id. ibid. p. 23).

A pequena produção - entendida nos limites da produção camponesa - caracteriza-se pela posse dos meios de produção e pelo trabalho familiar. Mesmo assim, suas diversas formas (morador, colono, agregado, posseiro, meeiro, pequeno arrendatário, camponês-proprietário etc.)³¹ também subordina-

(31) Para Graziano, a produção camponesa no Brasil não é facilmente conhecida pelo menos delimitada, pois não se localiza em regiões de terminadas nem se dedica com exclusividade a produtos específicos, o que coloca obstáculos a sua identificação. Outra dificuldade é

se ao circuito do capital, através de suas relações com o proprietário fundiário, com o capital comercial e com as agroindústrias e cooperativas/capitalistas.

Para nós, o mais relevante é sua vinculação crescente com a agroindústria, que se verifica à medida em que dela depende para conseguir o financiamento de insumos e a consequente prestação de assistência técnica, colocando-se na posição de única compradora das matérias-primas agrícolas.

Na situação em que a agroindústria se coloca como mercado monopsônico para a produção agrícola, o produto principal mostra-se insuficiente em sua capacidade de proporcionar rendimento líquido satisfatório para os produtores, sendo necessário que estes recorram à produção de outros a fim de complementar sua renda. Isso já ocorreu nos casos de uva, cana de açúcar, fumo e avicultura.³²

que ela assume várias formas e funções que permeiam os vários setores produtivos agrícolas, nas diversas regiões do País. Ele coloca, também, que esta produção está consoante com o capitalismo, e que as transformações ocorridas na agricultura brasileira impelidas pelas do capital, tornam-na mais dependente da estrutura do mercado. Do lado da compra, quando adquire os meios para seu próprio consumo (insumos, instrumentos de trabalho etc.) como também do lado da venda de suas mercadorias e do mercado de trabalho. (GRAZIANO, 1983, p. 23, 25)

- (32) A produção avícola em Sta. Catarina dá-se de forma totalmente integrada com a Sadia. Esta integração se estabelece no momento em que a agroindústria fornece insumos (pintinhos, medicamentos, concentrados) e assistência técnica intensiva, controlando a comercialização e o processo industrial. Os produtores, que são muitos e estão organizados com base no trabalho familiar, devem adotar as práticas difundidas pela agroindústria - que vão desde o manejo da criação até a produção da ração -. Mesmo assim, correm ainda o risco de não serem selecionados pela agroindústria, uma vez que em Sta. Catarina predomina a estrutura agrária bastante desconcentrada. A intromissão da agroindústria chega ao ponto de impor controle sobre o processo de trabalho, exigindo que o produtor seja mini

Convém detectar como se procedem as imposições da agroindústria à agricultura. Graziano, com base em vários estudos sobre a questão, tentou sistematizá-las. Segundo ele, (GRAZIANO, 1983, p. 20) por um lado, a firma compradora mantém contratos com os produtores agrícolas,³³ impondo as condições de preço e de pagamento, não chegando a interferir na produção agrícola propriamente dita; é o que ocorre com a indústria vinícola e açucareira. Por outro lado, há contratos onde as firmas compradoras além de controlar algumas condições, adquirem o direito de interferir diretamente na produção determinando, inclusive, os procedimentos a serem seguidos nas unidades produtivas. É o que foi constatado na produção de fumo e de ave.

Além destas formas de subordinação ao capital, outra

fundista e utilize mão de obra familiar, condição fundamental para tornar-se fornecedor da Sadia. (SORJ, 1982, p. 41 apud GRAZIANO da Silva, José, 1983, p. 34-35).

Outro caso em que o mercado para a compra de produtos agrícolas apresenta-se oligopsônico é o do fumo no Rio Grande do Sul. A filial da British American Tobacco, controla 75% do mercado. Sua atuação remonta à década de 40, quando introduziu nova variedade de fumo na região, denominada "Virgínia", que por ser secada exclusivamente em estufa era considerada "nobre". A empresa concede orientação técnica, distribui sementes e avaliza os financiamentos para a instalação das estufas. Sendo a cultura extremamente consumidora de mão de obra experiente e qualificada, a empresa para obter produto padronizado, resolveu orientar os produtores, adotando o seguinte sistema: manter um quadro de instrutores, os quais são recrutados entre os filhos dos produtores reconhecidamente mais experientes. Mesmo assim, o momento exato da colheita da folha, que tem muito a ver com a qualidade do fumo, fica na dependência "da habilidade e conhecimento pessoal da família camponesa" (LIEDKE, 1977, apud GRAZIANO da Silva, José, 1983, p.35).

(33) Estes contratos surgiram nos EEUU e Canadá e, no início, eram feitos, esporadicamente, passando, posteriormente, a serem adotados com maior frequência por outros setores da agricultura e da indústria. Nestes contratos, as indústrias - em geral - colocavam suas exigências quanto ao tipo do produto e ao uso de determinados insumos industriais (PASSOS GUILMARÃES, 1978, p. 119-120).

se dá, também, quando os pequenos produtores se vêem obrigados a vender diretamente sua força de trabalho aos grandes proprietários, como assalariados sazonais, a fim de complementarem sua renda. (GRAZIANO, 1983, p. 25)

Para Graziano, a modernização da agricultura brasileira foi acelerada na década de 70, embora de forma desigual, a medida em que sua adoção não era uniforme em todas as regiões, nem para todos os produtos e produtores. Isto também acontece nas diferentes fases do processo produtivo. (É mais intensa no preparo do solo e nos tratos culturais).

Os pequenos produtores adotam, em maior grau, as tecnologias de natureza físico-química, ao passo que os grandes produtores, as de índole mecânica. O resultado é que, nos pequenos estabelecimentos, a produtividade da terra é mais elevada do que nos grandes, ao passo que ocorre o oposto com a produtividade do trabalho. Considerando ainda os pequenos produtores, Graziano adverte que, para estes abre-se uma maior possibilidade de capitalização, quando o pacote tecnológico proposto, assenta-se em inovações biológicas: fertilizantes.

Para o autor, o instrumento que consolidou o processo de modernização foi o do crédito rural, instituído a nível nacional em 1965 e operacionalizado a partir de 1967. Destaca-se que, para as operações de custeio e investimento, os juros eram subsidiados.

Este mecanismo não foi aplicado igualmente, mas de forma discriminatória, privilegiando as regiões Sudeste e

Sul, os produtos ditos modernos (cana de açúcar, soja) pecuária e os grandes produtores em geral. Isto contribuiu para aumentar ainda mais a diferença nos níveis de rentabilidade entre os produtos tradicionais e os modernos, à medida em que, para os últimos, eram diminuídos seus custos de produção, elevando artificialmente a taxa de lucro.

O ritmo com que foram adotados estes novos padrões tecnológicos, intensificou-se no período 1960-75. O sentido mais amplo desta tecnificação foi o de incrementar a produção "através da aplicação crescente de capital fixo, tanto por unidade de área como por unidade de força de trabalho empregada." (GRAZIANO, 1983, p. 40).

Esta política resultou no aumento da concentração fundiária,³⁴ na proletarianização dos trabalhadores rurais (o número de trabalhadores assalariados - permanentes e temporários - superou em muito o crescimento da mão de obra familiar, parceiros e outros), no êxodo campo-cidade e no alargamento do mercado para os produtos industriais voltados para a agricultura. (PASSOS GUIMARÃES, 1983, p.30).

Além destes resultados, Graziano indica que o principal efeito social da modernização consistiu nas mudanças pro

(34) Um exemplo é dado por Graziano (1983, p.31) usando o caso da soja no Paraná. A produção, em fins da década de 60, aumentou substancialmente, em decorrência da elevação dos preços do farelo de soja no mercado internacional. Em resposta à necessidade de aumentar a oferta, foram introduzidos na cultura, pacotes tecnológicos incompatíveis com o nível de recursos da maioria dos agricultores, o que provocou intensificação na concentração das terras através da aquisição por compra e/ou arrendamento pelos grandes proprietários.

vocadas nas próprias relações de trabalho.³⁵

Outras contribuições de que dispomos em nossa literatura, sobre a influência da agroindústria no processo de modernização, são as de Bernardo Sorj, Malori Pompermayer e Odacir Coradini. Chamam a atenção sobre vários aspectos relevantes.

Para eles, a formação do complexo agroindustrial no Brasil é instrumento do processo de internacionalização do capital na agricultura, que pode ser entendido como *"a interiorização dos processos produtivos desenvolvidos nos países capitalistas avançados, veiculadas pelas grandes empresas multinacionais ligadas ao setor agroindustrial"* (SORJ et alii, 1982, p. 9-10).

Este processo de internacionalização do capital, busca, de forma mais ampla, vários mecanismos que possibilitem a valorização do capital componente, sendo que a escolha recaiu sobre a modernização dos processos agrícolas. As mudanças, porém, não ocorrem apenas nas bases técnicas da pro

(35) Graziano fez esta afirmação, exemplificando que, no sertão do Nordeste no setor pecuário tradicional e extensivo, a parceria e o arrendamento eram as relações de trabalho predominantes, até o momento em que foram introduzidas novas variedades de gramíneas e de palmas mais resistentes às secas. Antes, a parceria no algodão arbóreo em consórcio com o milho e o feijão, o arrendamento pela "pá-lha", permitiam ao grande proprietário alimentar seu gado com os restos das culturas de subsistência desses pequenos produtores. Depois, "a auto-suficiência conquistada pela pecuária com a introdução de pastos perenes plantados como a palma, possibilitou ao grande proprietário ampliar as áreas de pastagens, reduzindo drasticamente a importância das relações de parceria e arrendamento." (GRAZIANO, 1983, p. 32)

dução, mas nas relações sociais de produção existentes no campo, cujo ponto fundamental é o aprofundamento das relações entre os produtores e a indústria.

Sorj verificou isto com pormenores, ao estudar em Sta. Catarina, o setor avícola. A produção industrial de carne tem como finalidade aumentar a capacidade de converter ce reais em carne, baseado em técnicas de controle genético, con finamento e regulação alimentar. O complexo avícola indus trial possui influência determinante no controle genético das raças, na proliferação de empresas que processam rações e na geração de produtos veterinários para a avicultura. A re percussão nos setores agrópecuários, advinda do domínio do setor de transformação, é marcante, concorrendo, assim, para aprofundar as relações existentes entre cada um componente do complexo agroindustrial, razão principal de sua constituição. O tipo de repercussão que interessa destacar é o que se refere aos processos modernos que os avicultores são obrigados a adotar, por exemplo: a produção do milho, componente maissignificativo das rações, entrando na proporção de 70% do peso físico (SORJ, 1982, p. 19)³⁶.

(36) No Brasil, as empresas processadoras de carnes animais mantêm contratos verbais e/ou por escrito com seus fornecedores que são milhares (em geral pequenos) possuindo em média de 20 a 50 ha. O aspecto essencial destes contratos é o da obrigatoriedade dos produtores em adquirir insumos somente da empresa e sõ aceitar os padrões tecnológicos impostos por ela. Além disto, estes são selecionados em função do tamanho da exploração, exigindo área que varia entre 13 e 25 ha, o que dá acesso aos financiamentos bancários. Com este requisito, a empresa funciona como avalista e compromete-se a comprar-lhes a produção e fornecer-lhes insumos.

A modernização permite, por conseguinte, que o processo produtivo agrícola se integre e dependa, mais e mais, da indústria de equipamentos e insumos modernos e do processamento de alimentos, o que Graziano chama de "*industrialização da agricultura*".

Outro autor que situa a posição da agricultura no contexto de suas relações com os outros setores é Roque Lauschner. Para ele a agroindústria é a força motriz atuante no interior do complexo rural, devido ao fato de concentrar mais capital, mais capacidade técnica e financeira e, em consequência, maior poder de decisão. Diante de todas estas possibilidades, a agroindústria tem maiores condições de planejar a produção agropecuária e fornecer aos produtores muitos elementos de que necessita para seu desenvolvimento, além de dispor de condições para oferecer novos produtos ao mercado.³⁷ Destaca-se sua participação decisiva na modernização da empresa rural, fazendo com isto, também, que o empresário norteie seu empreendimento segundo a racionalidade e interesse da agroindústria. (LAUSCHNER, 1977, p.16)

Convém ressaltar que, no geral, o fornecimento para a agroindústria provém da empresa rural, ou seja, da agricultura modernizada, ao passo que a agricultura, dita de subsistência, coloca seus produtos diretamente no mercado consumidor.³⁸

(37) Por exemplo a agroindústria norte-americana produz mais de 30 tipos de batata inglesa (desidratada, cozida, semi-cozida, salgadinha etc.) (LAUSCHNER, 1977, p. 19).

(38) Na agricultura considerada de subsistência por Lauschner, o agricultor terá que produzir o conjunto de todos os bens e serviços que

Segundo Lauschner, a agroindústria pode servir de instrumento para corrigir o nível de renda e emprego rural, e chegar, assim, a viabilizar a modernização da empresa rural.

Contudo a preocupação de Lauschner é com o avanço dos setores geradores de insumos para a indústria e, com mais ênfase, dos setores responsáveis pela indústria de insumos agrícolas dentro do Brasil, uma vez que reconhece seu importante papel para o desenvolvimento do complexo rural. Em seu entendimento, não adianta modernizar a empresa rural se as determinações dos demais segmentos do complexo rural emanam de outros países, aumentando, cada vez mais, a dependência externa do Brasil. Assim, para solucionar o problema Lauschner propôs a agroindústria-cooperativa, fórmula que encontrou para enfrentar o poderio das agroindústrias multinacionais.

Para Lauschner, agroindústria é um freio para a saída do excedente agrícola para outras regiões ou países (LAUSCHNER, 1974, p. 48) a medida em que, para a economia é mais benéfica a exportação de produtos manufaturados ao invés da de produtos "in natura". (LAUSCHNER, 1974, p. 46).

Nos autores que acabamos de apresentar, observamos

são necessários a sua atividade produtiva, bem como os insumos utilizados. No próprio estabelecimento rural é feita a transformação de alguns produtos com vistas à conservação, a fim de serem levados posteriormente ao mercado. Na empresa rural as funções exercidas pelo produtor rural são quase que exclusivamente as de plantar e de colher, pois as demais atividades como produção de insumos, armazenagem, beneficiamento e industrialização, acontecem fora do estabelecimento rural, ou melhor, nas cidades (LAUSCHNER, 1977, p. 5 e 6).

preocupação e incerteza, face ao novo papel desempenhado pela agricultura em seu relacionamento com o complexo agroindustrial que, nas últimas duas décadas, vem consolidando sua posição na economia brasileira. Procuram, também, esclarecer que a agroindústria é uma forma de penetração do capitalismo no campo. Além disto, os autores como Gonzalo Arroyo, Passos Guimarães, Bernardo Sorj, Graziano da Silva, Burbach e Flynn, nos colocam a problemática advinda desta modernização, principalmente no que diz respeito à concentração fundiária, mudanças nas relações de trabalho, pauperização/proletarização dos trabalhadores, êxodo rural etc. No entanto, muito pelo contrário, outros autores analisam outros aspectos como se mostra em seguida.

2.2.4. As "Explicações" Tecnicistas e Institucionais

A seguir vamos apresentar outra tendência interpretativa. Para isso, escolhemos alguns autores e trabalhos institucionais que se assemelham em suas abordagens, as quais apresentam-se compartimentalizadas sem, contudo, tentar inserir a agroindústria e a modernização no conjunto das relações dependentes que ditos processos suscitam e dos quais são resultados. Não se trata aqui de afirmar que estejam, obrigatoriamente, errados por concentrarem-se unicamente na dimensão técnica do problema. Mostra, apenas, seu alcance e limitações. Além disso, as análises mais estreitas e apolo-géticas da modernização, geralmente se limitam a estudar aspectos técnico-materiais. Porém, a recíproca não é necessa-

riamente verdadeira.

O autor Ciro Teixeira (1966) destaca as vantagens da industrialização dos produtos agrícolas, face a determinadas características destes, tais como sua perecibilidade e sazonalidade. Consoante ao produtor rural, surgem, então, maiores alternativas de usos e racionalização de seus produtos, inclusive com o aproveitamento dos sub-produtos em novas aplicações.

Para o citado autor, a agroindústria sô traz benefícios para o setor, uma vez que assegura mercado para a produção, reduz as perdas, aumenta a produtividade do setor e transfere a eficiência do setor industrial para o setor agrícola tradicional. Para a efetivação de todas estas vantagens são impostas modificações tecnológicas ao setor rural a fim de se obter, por exemplo: fornecimento de matéria-prima constante e uniforme dentro de certos padrões técnicos pré estabelecidos.

Falta a esta análise o reconhecimento de que tais "vantagens" não se traduzem automaticamente e, quase nunca para produtores e trabalhadores em geral. A forma social o como são implementados condiciona resultados muito díspares, como veremos adiante, demonstrando que a posição das entidades oficiais padece das mesmas deficiências.

A visão governamental sobre a agroindústria e a modernização, pode ser acompanhada, por exemplo: através da ver

são apresentada pelos técnicos de organismos oficiais, tais como: Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e EMBRAPA. Estes enfocam apenas alguns aspectos superficiais e imediatos.

Estas análises enfatizam que a agroindústria, ao instalar-se na área rural, tem a finalidade de transformar os produtos agrícolas, aumentando a geração de emprego na zona rural, colaborando, assim, para a diminuição da migração campo-cidade. Nesse esquema cabe aos empresários modificar a estrutura administrativa e gerencial das unidades agrícolas (SOUZA, 1977, p. 6).

É com esse intuito que o desenvolvimento da agroindústria foi apoiado pelo governo,³⁹ na expectativa de estimular a expansão econômica, tanto no setor agrícola como no industrial, baseada na modernização tecnológica⁴⁰ (BNB, 1975, p.37).

(39) O governo brasileiro através do IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social) vinculado à SEPLAN (Secretaria de Planejamento da Presidência da República) elaborou o PDAN - Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste - que foi aprovado em maio de 1974 pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico. Este programa é coordenado pelos Ministérios da Agricultura, do Planejamento e do Interior, e sua execução está sob a responsabilidade da SUDENE e do BNB. Os recursos provêm do Orçamento da União - em maior quantidade - do PROTERRA e do BNB. Neste programa, logo em sua fase inicial, foram elaborados estudos de viabilidades, os quais identificaram as principais oportunidades para investimentos agroindustriais na região Nordeste. Os produtos selecionados em primeira etapa foram abacaxi, caju, maracujá, tomate, mandioca, mamona e algodão, para os quais foram elaborados 17 projetos. Como segunda opção aparecem: banana, laranja, amendoim, babaçu, coco, dendê e soja, e em terceiro lugar, abacate, goiaba, limão, manga, uva, cebola (BNB, 1975, p. 37).

(40) O Banco do Nordeste do Brasil define a agroindústria dizendo que: "*pode ser, alternativamente, caracterizada como agricultura organizada em termos industriais ou, como indústria fundamentada em base de matérias-primas agrícolas.*" (BNB, 1975)

A modernização, na acepção do Banco do Nordeste do Brasil, é entendida como meio que servirá de apoio à expansão da agroindústria, expresso como um dos objetivos da política econômica.

Pelo contrário a EMBRAPA já tem compreensão um pouco diferente. Entende, portanto, que a mecanização da agricultura, sendo uma faceta da modernização, se impõe em consequência da redução da oferta de mão-de-obra na agricultura e, como decorrência da necessidade simultânea de expandir a produção a fim de atender à demanda que se expande a ritmos elevados. Na visão da citada instituição, esta mesma mecanização - após ampla adoção - poderia ter efeito colateral nefasto, funcionando como causa a mais na expulsão de mão-de-obra. E, tentando explicar a diminuição da oferta de mão-de-obra na agricultura, considera fator relevante, principalmente as alternativas e vantagens criadas pelo emprego urbano, devido ao processo da industrialização. (ANDRADE ALVES, 1981, p. 8 e 9).

Necessário assinalarmos aqui, o grande contraste entre esta perspectiva teórica e a dos autores antes analisados.

Estas análises deixam muito a desejar pois seu pragmatismo operacional, ligado à filosofia/ideologia de não comprometimento, ou, de engajamento mais ou menos disfarçado, não visualizam as modificações mais profundas que podem ocorrer, por exemplo: na estrutura fundiária e nas relações de produção. Limitam-se, apenas, a sublinhar alguns aspectos fenômeno

nicos e/ou parciais, como os relativos a resultados positivos quanto ao melhor aproveitamento de certos produtos. Des conhecem, também, o relacionamento e as trocas desiguais que se irão processar entre os setores. Não mencionam que mui tos produtos essenciais à subsistência podem ter a produção substancialmente diminuída, ou mesmo deixar de serem produzidos, diante da decisão do setor industrial. Portanto, essas novas alternativas oferecidas ao produtor rural, revestem-se de caráter contraditório, nos marcos da subordinação da agricultura à indústria, o que não é, sequer, ventilado por estes autores.

Sabemos que - como já foi analisado - a subordinação dos produtores de matéria-prima ocorre, em maior escala, atr vés da fixação dos preços e de muitas outras imposições além da transferência de prejuízos para os produt ores, em momentos de crise, não se verificando o mesmo com os lucros.

Os autores como Gonzalo Arroyo, Passos Guimarães, Burbach, Graziano da Silva, Bernardo Sorj e outros, analisam a problemática da agroindustrialização em sua complexidade, es forçando-se por penetrar em sua essência e fornecer explicações que levem em conta as condicionantes históricas. Estes, tentaram demonstrar que a agroindústria gera mudanças estru turais na agricultura, chegando, inclusive, a alterar as ba ses materiais de produção. Afora isto, mostraram exaustivamente as modificações nas diversas relações sociais de produção. O enfoque histórico característico destes autores tam bém é, para nós, de fundamental e suma relevância, porque en

fatiza as determinações impostas pela dinâmica do capitalismo, em várias frentes e níveis variados. Permite-nos, igualmente, refletir sobre o momento do surgimento e desenvolvimento do complexo agroindustrial e nos leva a pensar sobre as causas da expansão de alguns setores em detrimento dos outros e de seu desenvolvimento desigual.

Por outro lado observamos que outros autores tais como: Ciro Teixeira e os técnicos do governo em seus discursos oficiais, utilizaram outros métodos de análise para estudar a mesma questão. Isto, não permitiu ir além de uma visão estática e funcionalista, incapaz de conseguir apreender a realidade concreta como um todo, nem de captar as vinculações entre os agentes envolvidos, e de vislumbrar os efeitos - de qualquer ordem e magnitude - de um setor sobre os demais.

CAPÍTULO III

A AGROINDUSTRIA MAGUARY

3. A AGROINDÚSTRIA MAGUARY

3.1. O Grupo Empresarial Agroindustrial Tavares de Melo e sua marca Maguary⁴¹

Foi em 1920, no engenho Banguê Olho D'Água⁴² no município de Camutanga, no interior de Pernambuco (vide Anexo F, p. 14) que se originou o grupo Tavares de Melo. À frente estava o empresário Arthur Tavares de Mello - falecido em 2 de junho de 1981 - que, começando com um pequeno engenho movido por uma caldeira a lenha - que pertencera antes a seu avô - chegou a formar um dos mais importantes grupos agroindustriais do Nordeste, tanto pela diversidade de suas linhas de produção e faturamento, como pela geração direta e indireta de emprego a nível regional.

Se bem que o grupo Tavares de Melo haja iniciado suas

-
- (41) A designação de Maguary foi motivada pela presença na região (por ocasião da implantação da fábrica) de um pássaro assim denominado e que, hoje, está quase em extinção, conforme nos contou o economista Nelson Baptista França, Diretor Administrativo da Empresa.
- (42) A usina Central Olho D'Água, originada daquele engenho, detém, hoje, posição privilegiada no meio de suas congêneres - que são em número de 35 - no Estado de Pernambuco. Na safra 1983-1984 atingiu o segundo lugar na produção de açúcar, com o total de 69.661.000Kg, sendo que o primeiro lugar coube à Usina Petribu, com a produção de 75.627.550 Kg. Mesmo com este resultado, sua colocação, com relação ao rendimento industrial, não é das melhores, ocupando o 119 lugar. A citada Usina também conta com destilãria anexa, para a produção de álcool carburante, com capacidade para 9.720m³ (IAA - Recife-Pe, 1984).

atividades no setor da produção do açúcar e do álcool, posteriormente passou para a da fabricação de sucos e conservas de frutas, assim como de sorvetes. Seus empreendimentos dirigiram-se logo para a agricultura, de forma tal que promoveram a integração vertical entre a indústria e a agricultura, através do fornecimento direto de matérias-primas. Isto, em última instância, significa perda da autonomia da agricultura, figurando, daqui em diante, como elo a mais de uma cadeia de integração entre vários setores.

A continuidade e expansão dos empreendimentos de Arthur Tavares de Mello, foi possibilitada pela colaboração dos sete filhos, assim como de alguns de seus netos⁴³. Assim sendo, observa-se que já vêm atuando três gerações da família Tavares de Melo.

Após a implantação, em 1928, da Usina Olho D'Água, foi criada em Pedras de Fogo (Paraíba) em 1952, a AGROINDUSTRIAL LIVRAMENTO LTDA, mudando a razão social, em 1953, para Indústrias ALIMENTÍCIAS MAGUARY LTDA e, transformando-se em 1964 em uma S/A (que será tratada, daqui para frente, como já dissemos, apenas por Maguary, como é, habitualmente, conhecida). Sua finalidade era industrializar as frutas tropicais do Nordeste; nesta oportunidade, o grupo Tavares de Melo, proprietário da marca Maguary, entra no ramo das frutas.

(43) Os filhos são: Vinício, Virgílio, Murilo, Marcílio, Sílvio, Romildo e José; os netos envolvidos são: Carlos, Maurício Arthur e Guilherme.

No entanto, neste ínterim, foi criada também em Bonito (por ser uma região produtora de caju) uma unidade industrial denominada MAGUARY LTDA PRODUTOS ALIMENTARES que produzia suco de caju. Mas, teve vida efêmera, vindo a se fundir em 1966 com as INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS MAGUARY S/A.

Contudo, a Maguary continuou sua marcha expansionista com a instalação de novas fábricas na cidade de Araguari (Minas Gerais) em 1974⁴⁴, na cidade de Aracati (Ceará) em 1978 e a ampliação da fábrica localizada em Bonito, também em 1978, cuja produção no período imediato anterior era de 10-12 mil ton. por ano.

Em 1969, o grupo Tavares de Melo comprou a Usina Estivas, situada no Município de Arêz (Rio Grande do Norte) e a converteu em uma das maiores do Estado; nessa usina há grandes plantios de cana, pertencentes ao grupo e, também, uma destilaria anexa para produzir álcool carburante. (TENDÊNCIA, 1980, p. 42).

A Maguary, na perspectiva de diversificar sua linha de produção e, contando na época, com financiamento da SUDENE, instalou em 1970, em Recife (Pernambuco) uma fábrica de sorvetes e picolês de frutas regionais. De imediato, liderou todo o mercado do Nordeste, que era suprido, até então, pelos produtos da Kibon S/A Indústrias Alimentícias (tratada daqui

(44) A denominação de fábrica localizada em Araguari, instalada com recursos próprios, era Maguary SUL LTDA, e foi incorporada pelas Indústrias Alimentícias Maguary S/A, em 1976.

em diante como Kibon) vindos de sua fábrica em São Paulo. Mas, a Kibon, como a Maguary, pleiteou, quase ao mesmo tempo, junto à SUDENE, financiamento para instalação de sua unidade industrial. Esta, foi implantada em 1970, em Jaboatão, cidade vizinha a Recife com a denominação Kibon do Nordeste S/A Produtos Alimentícios (daqui em diante denominada Kibon do Nordeste).

O grupo investiu, paralelamente, na destilação de álcool, fundando em 1974 a primeira destilaria autônoma de álcool carburante do Brasil. Sua localização é em Pedras de Fogo (Paraíba) e denomina-se GRAMAME INDUSTRIAL E AGRÍCOLA S/A - GIASA.

Como as atividades estavam ampliando-se rapidamente foi necessária a criação de uma empresa que atuasse no controle das demais. Então o grupo criou, em 1975, a MAGUARY PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA, sediada em Recife, cuja finalidade é centralizar as informações contábeis, de forma mais ágil e respaldar as decisões a serem tomadas.

Com a finalidade de garantir o fornecimento adequado de matéria-prima agrícola para suas fábricas, o grupo Tavares de Melo passou a aumentar seus investimentos existentes no setor. A cana moída nas usinas era em parte proveniente de suas propriedades e, em 1958, foi comprada a fazenda Buracão (em Sapê, Paraíba) para plantar abacaxi, destinado a ser processado em sua fábrica de Pedras de Fogo. Mas, essa fazenda que é considerada a maior produtora nacional de abaca

xi da variedade "Smooth Cayenne" - incorporou-se juridicamente em 1977, a FRUTAS TROPICAIS LTDA, do mesmo grupo. (id. ibid, p. 43).

Proseguindo a expansão de seus investimentos na agricultura, fundou em 1980, a MAGUARY AGRÍCOLA LTDA, com a finalidade de implantar o projeto agrícola de coqueiros, no Vale do Mangereba, na praia de Lucena (Paraíba). Este projeto, financiado pela SUDENE, apresenta alto nível tecnológico, devido à implantação de sementes híbridas - do tipo PB 121 - da Costa do Marfim, onde existe um "Know-how" para a cultura do coco considerado o melhor do mundo.

Além da importação de sementes híbridas⁴⁵, outro item foi adicionado, por sugestão dos técnicos do Institut Français de Recherches Fruitières Outre Mer - IFAC. Trata-se de algumas leguminosas que servem para manter a fertilidade do solo⁴⁶. Porém, atualmente, a Maguary não precisa importar as leguminosas, pois já produz as próprias mudas, tendo inclusive, realizado vendas para São Paulo.

Em Araguari (Minas Gerais) o grupo possui, também, a Fazenda Sta. Helena, que é uma sociedade limitada que foi adquirida em 1981, a qual fornece maracujã para fábrica local⁴⁷.

(45) É pretensão da Maguary produzir estas sementes no Brasil, com a participação do Instituto de Pesquisa da França.

(46) As leguminosas são conhecidas vulgarmente como mucuna, calopogoni, pueraria, kudizu, citrozema etc.

(47) A produção de maracujã da fazenda Sta. Helena, em 1983, foi de aproximadamente 1.000 ton.

Esta produz suco de maracujã em maior quantidade, em função da facilidade da matéria-prima na localidade, e, a partir de 1984, vai começar a produzir suco de abacaxi. A previsão é de 600 ton., para o primeiro ano, quantidade esta, considerada muito pequena, se comparada com a da fábrica do Bonitoque, em 1983, produziu 5.899 ton. de suco de abacaxi⁴⁸. O abacaxi utilizado na unidade industrial de Araquari é proveniente do próprio Estado e do de Goiás.

O crescente desenvolvimento das atividades econômicas do grupo Tavares de Melo, através de uma série ininterrupta da ampliação dos velhos empreendimentos industriais e agrícolas e criação de novos, caracteriza amplo processo de acumulação de capital, cuja peculiaridade é a de ser nacional. Porém, em 1976, registrou-se a primeira fusão de uma das empresas do grupo, com outra de capital estrangeiro em claro exemplo de centralização de capital. A fábrica de sorvetes da Maguary, embora dispondo de sólida experiência na fabricação de sorvetes de frutas, começou a apresentar prejuízos face à concorrência feita pelos produtos da empresa KIBON do NORDESTE - especializada na linha de sorvetes cremosos - que atuava na região desde a década de 60.

A concorrência foi de natureza mercadológica, uma vez que a capacidade instalada de cada fábrica era, anualmente, de 11 milhões de litros de sorvete, quando a demanda era muito inferior (8 a 9 milhões de litros) por ano. Ao invés de

(48) Este dado foi extraído do documento: Produção Física de Sucos, Frutas da Fábrica de Bonito - exercício 1983.

trabalharem com a maior parte das instalações das duas fábricas ociosas e com oferta muito superior à demanda efetiva a saída seria diminuir esta capacidade.

A solução encontrada foi a de formação de uma "joint-venture" entre a Maguary e a Kibon do Nordeste. As instalações foram cedidas pela Kibon e os equipamentos pela Maguary - entrando cada uma com 50,0% do capital social da nova indústria, a SORVETES E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DO NORDESTE S/A, SORVANE, localizada em Jaboatão (Pernambuco)⁴⁹.

A partir de então (1976) abre-se maior espaço à penetração do capital estrangeiro no setor, através de sua participação no grupo Tavares de Melo, pois a Kibon pertence à General Foods, empresa norte-americana com ampla penetração na América Latina e, especializada na fabricação de alimentos.

O grupo Tavares de Melo, ao longo de 63 anos tem apresentado desempenho de inequívoco e raro sucesso, para uma empresa nordestina. Mesmo assim não conseguiu superar as dificuldades impostas pelo capital estrangeiro na concorrência e, para não ser eliminado e ter que recuar, terminou associando-se à KIBON no empreendimento pleiteado também pelo poderoso concorrente.

Vejamos de forma esquematizada, a evolução do grupo Tavares de Melo.

(49) A capacidade atual - 1983 - é de 12 milhões de litros de sorvetes /ano.

3.2. Indústrias Alimentícias Maguary S/A

A Indústria Alimentícia Maguary S/A, que faz parte do complexo agroindustrial do grupo empresarial Tavares de Melo, abrange 3 grandes fábricas processadoras de frutas: as duas mais novas, no Ceará (1978) e em Minas Gerais (1976) e a primeira em Pernambuco (1965) antes (1953) situada na Paraíba.⁵⁰ Além da produção efetuada nas suas próprias fábricas, a Maguary compra o suco de uva em Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul e coloca sua marca. Vejamos, na Tabela 1 na página seguinte, a produção da indústria como um todo, e do seu principal ramo:

Em conjunto, a produção física foi de 25.796 ton, 28.167 ton, 31408 ton, 34590 ton e 33.785 ton, nos anos de 1979, 1980, 1981, 1982 e 1983, respectivamente. As vendas, em quantidades físicas, para o quadriênio 1979-1982 foram de 28.634 ton, 32.734 ton, 30.052 ton, e 31.339 ton⁵¹. As diferenças que há entre o total produzido e o volume vendido - para mais e para menos - representa o "stock" de produto acabado. O volume de vendas, em termos monetários, para o ano de 1983 foi de 20 bilhões de cruzeiros⁵².

(50) As indústrias de suco tiveram a alíquota do IPI reduzida a zero, a partir do Decreto-Lei nº 1.199/71.

(51) Dados fornecidos pelo Diretor Administrativo da empresa, presumivelmente extraídos do Relatório Gerencial da Maguary, nos anos 1979-1982. Recife - Fevereiro de 1983.

(52) Entrevista efetuada com o Diretor Administrativo da Maguary, Recife, Janeiro, 1984.

TABELA 1

PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS MAGUARY S/A,
COM AS ESTIMATIVAS DA PARTICIPAÇÃO DE CADA UNIDADE PRO-
DUTIVA E DOS SUCOS NO TOTAL DA PRODUÇÃO DA EMPRESA
E DAS RESPECTIVAS UNIDADES PROCESSADORAS (EM TONELADAS;
EM PORCENTAGEM)

	ANO	1979	1980	1981	1982	1983
UNIDADE DE PRODUÇÃO						
<u>Ind. Alim. Maguary</u>		25.796	28.167	31.408	34.590	33.785*
Produção de Suco		20.636	23.319	21.541	26.602	27.398
% do Suco no Total		(80,0)	(82,8)	(68,6)	(76,9)	(81,1)
<u>Bonito (Total)</u>		14.543	15.434	17.182	19.995	16.947*
% no Total da Maguary		(56,4)	(54,8)	(54,7)	(57,8)	(50,2)
Produção de Suco		10.346	11.626	8.102	12.908	11.564
% do Suco no Total de Bonito		(71,1)	(75,3)	(47,2)	(64,5)	(68,2)
<u>Aracati (Total)</u>		5.651	8.233	10.783	10.578	9.726*
% no Total da Maguary		(21,9)	(29,2)	(34,4)	(30,6)	(28,8)
Produção de Suco		4.688	7.193	9.996	9.677	8.722
% do Suco no Total de Aracati		(83,0)	(87,4)	(92,7)	(91,5)	(89,7)
<u>Araguari (Total)</u>		4.254	3.119	2.455	2.785	5.678
% no Total da Maguary		(16,5)	(11,1)	(7,8)	((8,0)	(16,8)
Produção de Suco		4.254	3.119	2.455	2.785	5.678
% do Suco no Total de Aragua ri		(100)	(100)	(100)	(100)	(100)

<u>Bento Gonçalves (Total)</u>	1.348	1.381	988	1.232	1.434
% no Total da Maguary	(5,2)	(4,9)	(3,1)	(3,6)	(4,2)
Produção de Suco	1.348	1.381	988	1.232	1.434
% do Suco no Total de Bento Gonçalves	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)

FONTE: Cálculos feitos com base no documento fornecido pela Maguary: "Resumo da Produção".

Anos: 1979 e 1980 e no Relatório Gerencial da Maguary para os anos 1981, 1982 e 1983.

Observação: * A diminuição destas quantidades físicas, com relação ao ano anterior, não significa decréscimo de produção, mas é devido à alternativa escolhida pela empresa, a partir de 1983, de produzir em maior escala o suco concentrado, no lugar do diluído.

A indústria mantinha, no período de nossa pesquisa (VIII/1983) em seu quadro fixo, um contingente de 1.340 funcionários, entre operários e técnicos.

Como personalidade jurídica, surgiu desde o dia 10 de junho de 1952, inicialmente sob a denominação de AGRO-INDUSTRIAL LIVRAMENTO LTDA, transformando-se, depois, em 7 de maio de 1953, na INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS MAGUARY LTDA. Em março de 1964 mudou seu estatuto, passando a ser sociedade anônima: INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS MAGUARY S/A, nome com que atua até hoje.

Sendo empresa aberta, mas não de capital aberto, isto é: suas ações não são negociadas em pregão, mas no balcão da Bolsa de Valores, com o devido registro das operações. Porém, desde o início, o controle da empresa sempre esteve nas mãos de membros do grupo Tavares de Melo: por exemplo, em 1981, 85% das ações pertenciam a Arthur Tavares de Mello e seus filhos.⁵³ Em 1983, isto é, após a morte do fundador, o grupo continuou a possuir a maioria das ações.

A atividade principal da Maguary sempre foi a de industrialização de frutas tropicais, sendo que sua linha de produção inicial foi de abacaxi, na forma de fatias e em conserva. Na segunda metade da década de 50 já eram produzidos os sucos de abacaxi, maracujá e caju, e, no começo da década de 60, abriu-se aos produtos derivados do coco.

(53) Dados retirados do Relatório da Diretoria - anexo C - 1981.

Ao lado da atividade industrial, desenvolveu-se, concomitantemente, a agrícola, e este entrosamento entre os setores (agrícola e industrial) marcou, desde o início, o carãter agroindustrial da empresa, que, desde então, sõ se vem intensificando, ampliando-se e sofisticando-se.

A produção do complexo agroindustrial Maguary, apresenta-se bastante variada e diversificada⁵⁴. Assim produz sucos (de abacaxi, caju, maracujã, graviola, manga, tamarindo) e engarrafa o suco de uva, polpas (de abacaxi, caju, maracujã) fatias (de abacaxi: "chunks" "crushed")⁵⁵, doces cristalizados (de cajú e goiaba)⁵⁶ castanha (de caju, de vários tamanhos) e derivados do coco (óleo, leite, coco ralado puro, extra e integral).

O suco de uva é produzido na Cooperativa Vinícola Aurora, de Bento Gonçalves - R.G.S. - e é comercializado pela Maguary. No entanto, sendo a Maguary, em primeiro plano, produzora de sucos e querendo oferecer linha de produção mais completa possível, fez nos primeiros anos da década de 70, convênio com a citada cooperativa. Esta, produz o suco e a Maguary responsabiliza-se pelo engarrafamento, rotulação e embalagem.

(54) A diversidade da produção é possibilitada pelo fato de que os equipamentos instalados permitem a transformação de várias matérias primas com vistas à obtenção de diversos produtos finais, característica esta comum às indústrias processadoras de sucos e doces.

(55) "Crushed" são pedaços menores de abacaxi, usãdo para "cocktail". Este tipo sõ é produzido sob encomenda, na maioria do exterior. Os "chunks" são pedaços maiores.

(56) A MAGUARY já produziu o doce em calda, tendo deixado em 1980, por ser muito artesanal.

No entanto, cada unidade industrial se especializa em determinados produtos em função da racionalidade econômica, dadas as fontes de matérias-primas e a estrutura da demanda. Assim sendo, a fábrica de Aracati produz doces em calda e cristalizados e sucos de caju, manga, maracujã e (eventualmente) tamarindo.

Esta fábrica foi instalada neste local devido à significativa produção de caju e contou, também, em parte com os incentivos fiscais e creditícios da SUDENE.

Quanto à fábrica de Araguari - que é a menor delas - foi implantada com recursos próprios e em decorrência da abundância de maracujã na região, principal matéria-prima, insumida no processo produtivo. Porém, esta situação pode modificar-se devido a que em janeiro de 1984, foram instaladas as máquinas para produzir o suco de abacaxi, até então só fabricado pela unidade industrial de Bonito⁵⁷.

Antes porém de nos determos na fábrica de Bonito, que é a que se especializou na produção do suco e de outros derivados do abacaxi, apresentamos um quadro geral e sucinto da evolução da produção e da estrutura do mercado consumidor para os produtos fabricados pela Maguary, em suas 3 fábricas, entre os anos 1979-1983, isto é: a partir da substancial am-

(57) As perspectivas da empresa são as seguintes: se a experiência der bons resultados, o suco do abacaxi que é comercializado no Centro-Sul deverá ser produzido em Araguari, devido à maior proximidade do principal centro consumidor, enquanto que em Bonito será feita a produção destinada ao exterior, em virtude de ser mais próximo do porto de Recife.

pliação/modernização que experimentou a Maquary nos finais dos anos 70.

A escolha do ano base (1979) foi feita em função de dois motivos: 1º) a grande expansão da produção de sucos experimentada pela Maquary com abertura de novas fábricas e ampliação da existente;⁵⁸ 2º) a impossibilidade de levantarmos as quantidades produzidas em anos anteriores, pois a empresa não dispunha de mapas anuais de controle. Por outra parte, não compensava o esforço de construir tais indicadores, já que nos interessava, em maior grau, a situação após os anos setenta, quando se deu a expansão maior da empresa. Por conta disto, dispondo de uma série de apenas 5 anos - seria temerário e improcedente pretender extrair ou detectar tendência.

Na produção em conjunto da Indústria Alimentícias Maquary S/A, destaca-se a participação da fábrica de Bonito que varia entre 1/2 e 2/3 do total do volume físico produzido entre os anos de 1979-1983.

Uma avaliação da produção de sucos, com relação aos demais produtos, nas 3 fábricas, mostra que, realmente, a Maquary pode ser considerada eminentemente como indústria de sucos, pois no período 1979-1983, respondeu por 68,6% - 80,0% do volume total produzido. (Tabela 1)

(58) A ampliação em 1978 da fábrica de Bonito, foi condição imposta pela SUDENE, para que ela tivesse acesso ao financiamento. Assim sua produção que era de apenas 10 a 12 mil ton/ano, passou para 16.947 ton em 1983.

Quanto às vendas dos produtos da Maguary, registraram comportamento ascendente, no período 1979-1982, no qual a participação dos sucos de frutas girou em torno de 85,4 - 86,1% no total das vendas.

A estrutura do mercado consumidor dos produtos da Maguary está bastante definida e esgota-se praticamente no mercado interno, conforme indica observação sumária dos anos 1981, 1982 e 1983, na Tabela 2, da página seguinte.

Segundo a Tabela 2 o mercado para os produtos da Maguary é bastante diferenciado por região, sendo que a região Sudeste sobressai com participação de quase 2/3 do consumo, seguida pela região Nordeste, com algo mais de 1/5. Os Estados da Bahia e Pernambuco são responsáveis por quase 3/4 partes. As demais regiões (Norte e Centro-Oeste, Sul) apresentam pequena aceitação dos produtos em análise, uma vez que participam só com 1/8 do consumo.

Alguns dados estimados para 1983 pelo próprio Diretor Administrativo da Maguary, dão uma idéia que consideramos por demais otimista, sobre a posição desta empresa no mercado nacional, segundo os tipos de suco. Segundo ele, a Maguary possui a liderança para muitos dos sucos que produz, controlando 70,0% do mercado do suco de abacaxi; 50,0% do mercado de suco de maracujã e 47,0% do suco de caju.

Quanto ao mercado externo, existem grandes possibilidades a serem exploradas devido à existência de demanda po

TABELA 2

ESTRUTURA DO MERCADO INTERNO DOS PRODUTOS DA MAGUARY, POR REGIÃO E POR ESTADO, NOS ANOS DE 1981, 1982 e 1983. (em %)

REGIÃO/ESTADO	ANOS		
	1981	1982	1983
NORDESTE	19,11	18,28	15,37
Alagoas	0,34	0,34	0,34
Bahia	7,79	6,74	6,20
Ceará	0,61	0,78	0,75
Maranhão	0,78	0,77	0,80
Paraíba	1,48	1,30	0,85
Pernambuco	6,34	6,58	5,03
Piauí	0,44	0,47	0,49
Rio Grande do Norte	0,79	0,82	0,59
Sergipe	0,54	0,48	0,32
NORTE E CENTRO-OESTE	12,21	11,92	11,21
Amazonas	1,64	2,08	2,23
Distrito Federal	3,74	3,53	6,91
Goiás	4,11	3,83	
Mato Grosso do Sul	0,42	0,32	0,40
Mato Grosso	0,64	0,54	0,26
Pará	1,66	1,62	1,41

SUDESTE	63,04	66,85	70,27
Espírito Santo	2,30	2,73	2,30
Minas Gerais	7,74	8,92	9,29
Rio de Janeiro	20,47	21,09	17,61
São Paulo	32,53	34,11	41,07
SUL	2,15	1,98	2,93
Paraná	1,28	1,00	1,21
Santa Catarina	0,26	0,20	0,64
Rio Grande do Sul	0,61	0,78	1,08
NORTE			0,22
Roraima, Rondônia e Acre	96,51	99,03	100,00

FONTE: Dados fornecidos pelo Diretor Administrativo da Maguary, presumivelmente extraídos do Relatório de Vendas, dos anos 1981, 1982 e 1983.
Recife, fevereiro/1983 e janeiro/1984.

tencial. Entretanto, a Maguary exporta pequenas quantidades que atingiram um limite máximo de 3,4% das vendas, nos anos 1981-1983. As receitas oriundas da exportação de 1979 a 1982, têm mostrado tendência crescente,⁵⁹ que não necessariamente expressa aumentos das quantidades físicas exportadas.

Os países que mais importam da Maguary são a República Federal da Alemanha, Espanha e Inglaterra. O suco de caju, embora se destaque como o mais produzido no total da produção física da Maguary, não goza de boa aceitação no mercado internacional, principalmente entre os revendedores da Europa - que dão preferência aos sucos de maracujã e de abacaxi.⁶⁰

A posição que a Maguary tem assumido no mercado nacional reflete o fato de que chegou a formar poderoso complexo agroindustrial na região, com grande peso e influência a nível nacional.

As fábricas de Pernambuco, Ceará e Minas Gerais, mesmo situadas em Estados diferentes, apresentam certo interrelacionamento, que é facilitado pela boa estrutura viária⁶¹ e

(59) Os valores monetários adquiridos com os produtos exportados foram: 1979 = US\$ 1.374 mil; 1980 = US\$ 3.361; 1981 = US\$ 5.224; 1982 = US\$ 4.480 mil.

Dados fornecidos pelo Diretor Administrativo da Maguary, extraídos do Relatório de Vendas da Empresa, nos respectivos anos.

(60) Conforme declaração do Diretor Administrativo da empresa, isto não ocorre somente com o suco de caju produzido pela Maguary, mas, inclusive, com o produzido em outros países.

(61) Antes mesmo da implantação das fábricas de Aracati e Araguari já havia, nestas localidades, estradas pavimentadas. No que se refe-

pelo eficiente sistema de comunicação, mantido pela empresa para o relacionamento entre elas. Estas condições técnicas proporcionaram o estabelecimento de certo fornecimento de produtos de uma fábrica para outra e visitas (mesmo que esporádicas) recíprocas entre os técnicos das várias unidades, para ganhar experiência e, em definitivo, para aprimoramento profissional. Temos certeza de que estas conexões funcionam no sentido de fortalecer todo o complexo agroindustrial Maguary e ampliar suas potencialidades no mercado, tanto nacional como internacional.

3.3. A Unidade Industrial de Bonito

Esta unidade foi instalada em 1965, como consequência da mudança da fábrica situada na Paraíba, e ampliada em 1978 com financiamento do Banco do Nordeste do Brasil. É a principal unidade processadora da indústria Maguary, cuja participação foi de 50,2% - 57,8% da produção física total nos anos de 1979 a 1983. (tabela 1). Concentramos nela nossa atenção por ser grande produtora de suco e de outros produtos

re a Bonito, a estrada que conduzia a Recife, na época da implantação da fábrica, não tinha revestimento. Mas, no governo de Nilo Coelho-quando construíram a estrada que liga Agrestina a Palmares-começaram as discussões sobre os trechos que deviam ser asfaltados. Apresentaram-se duas alternativas: o trecho que liga Bonito à estrada de Palmares, com aproximadamente 12 km ou o que liga Bonito a Bezerro e à BR 232, com 28 km (veja o Anexo F, p. 14). Consta-nos que, por intervenção da Maguary - já no Governo de Eraldo Gueiros (1973-1978) a última opção foi a escolhida, o que vem a dar exemplo a mais do poder que a empresa privada tem de influenciar as decisões governamentais, no sentido de direcionar seus investimentos.

fabricados a partir do abacaxi, e por ser a única (entre as 3 fábricas da Maquary) receptora da produção de abacaxi da localidade de Sapê - objeto direto deste estudo. Sua linha de produção principal são os derivados do abacaxi (suco, polpa e fatias) que representaram em 1983, 46,1% do total do volume de produção da fábrica, ao lado de produção secundária dos mais variados sucos, de castanha e de derivados do coco.

O funcionamento da Maquary deu-se, primeiramente, na Paraíba, na localidade de Pedras de Fogo. Esta localização explica-se pelo fato de que seu proprietário, Arthur Tavares de Mello, desenvolvia na época, atividades econômicas no município pernambucano de Camutanga, situado hoje, por estrada pavimentada, a apenas 29 km de Pedras de Fogo, e, por ser já então uma região produtora de abacaxi. Após a transferência da fábrica, a cultura do abacaxi foi decaindo, estando hoje quase que totalmente substituída pela cana de açúcar, matéria-prima utilizada pela destilaria ali existente, pertencente também ao grupo.

A transferência da fábrica, em 1965, para o município de Bonito, justifica-se tanto por razões econômicas como políticas.⁶²

O primeiro fator explicativo, dado pelo assessor jurídico da Maquary (que na época já trabalhava na empresa) se

(62) Apesar de que não conseguimos a documentação correspondente selecionamos algumas informações que julgamos procedentes e esclarecedoras.

refere ao não atendimento, pelo governo da Paraíba, de um pleito da Maguary, a qual solicitara diversas vezes, que fosse asfaltado o trecho Goiana-Pedras de Fogo, para facilitar o escoamento da produção. Este fato certamente foi um dos motivos que justificou tal transferência.

Segunda explicação que várias autoridades na matéria acreditam ter pesado mais, consiste em que o governo do Estado vizinho (Pernambuco) tenha oferecido maiores vantagens que as oferecidas pelo da Paraíba,

ção nº 83 de 1967, também do IBC, e, para isto, instituiu con
cessão da indenização, segundo Comunicado nº 39/66 do IBC.

A agricultura do Nordeste, em sua função social de ge
rar emprego, saiu um tanto prejudicada, à medida em que o ca
fê produzido em alguns Estados (Bahia e Sergipe principalmente) em proporções significativas, apresentavam rentabilidade muito inferior à conseguida nos Estados como Paraná e São Paulo.

Não obstante, a Maguary manteve sua unidade industrial em Bonito, mesmo com a diminuição da oferta local de caju. Isto provocou sensível decréscimo na produção, compensado pe
la introdução de novas linhas de produção, por exemplo: a dos derivados do coco. Além disso, a redução no nível anterior no fornecimento do caju como matéria-prima para a fábrica, foi parcialmente restabelecida pelos envios de outras localida
des.

Quanto à industrialização dos derivados de abacaxi em Bonito - o que deve ser destacado, preliminarmente - é que dentre as inúmeras variedades do abacaxi existente, são em
pregados como insumos, apenas as dos tipos Pérola, Jupy e Smooth Cayenne, que são também cultivados na Paraíba.

A diversidade dos tipos do abacaxi utilizados pela in
dústria, obedece às diferentes classes de produtos, já que cada tipo sobressai pelas suas características físicas e quí

daquele produto.⁶³

Porém, independentemente disto, a fábrica requer para o abacaxi (usado como matéria-prima) alto teor de Brix (ou teor de sólidos solúveis) e de acidez. Isto, porque representa diminuição proporcional nos gastos com açúcar e ácido cítrico, favorecendo na mesma medida a diminuição dos custos de produção.

As matérias-primas utilizadas pela unidade processadora de Bonito procedem, em sua quase totalidade, do setor agrícola do Nordeste - caju, maracujã, abacaxi, coco, goiaba, manga, umbu, cajã, tamarindo, entre as principais.

Do setor secundário, são adquiridas pequenas quantidades de insumos químicos⁶⁴, além do açúcar, que entram na fabricação de diversos produtos e outros materiais que são usados na embalagem e no acondicionamento do produto.

(63) As variedades Jupy e Pérola são preferidas para a fabricação de suco, por serem fibrosas e mais suculentas em decorrência de seu maior alveolamento. Já o Smooth Cayenne tem polpa mais amarela e fibrosa, o que o torna mais resistente e apresenta tamanho e forma, que se adaptam melhor à máquina que corta as fatias, as quais podem ser de diferentes diâmetros sem deixar de enquadrar-se dentro das especificidades exigidas pelo padrão internacional. As fatias diferem de acordo com o tamanho em que são cortadas as rodélas inteiras. Se for em pedaços partidos iguais obtêm-se o "chunks" e se for em partes menores, como para "cocktail", têm-se o "crushed". Os resíduos do Smooth Cayenne são misturados com o Jupy e o Pérola e aproveitados para a fabricação de suco. A Maguary já produziu tanto o "chunks" como o "crushed", embora tenha deixado de fabricar o primeiro; e o segundo só produza, para atender em comendas específicas.

(64) As substâncias químicas utilizadas são: o ácido cítrico, benzoato de sódio, metabissulfito de potássio, sorbato de potássio, cloreto de sódio, ácido ascórbico.

O açúcar utilizado é fornecido pela usina Olho d'Água do mesmo grupo. O material de embalagem como caixas de papelão, garrafas e latas - é adquirido em empresas especializadas com sede em Recife. De outros Estados são adquiridas as rolhas metálicas, cartuchos, rótulos para garrafas, sacos plásticos e tambores de ferro.

O fornecimento da matéria-prima é feito diretamente das unidades agrícolas do grupo da Maguary e/ou através da compra de frutas a intermediários e/ou cooperativas.

As matérias-primas são produzidas por diferentes tipos de produtores agrícolas, que organizam de várias formas a produção de acordo com muitos fatores, que não nos interessam analisar agora.

As principais matérias-primas processadas em Bonito são o abacaxi, o coco e o maracujã.

O fornecimento de abacaxi para Bonito é caracterizado como direto, pelo fato de ser proveniente, em maior escala, da produção pertencente ao grupo da própria Maguary. Isto vem mostrar integração verticalizada entre a indústria e a agricultura, permitindo maior grau de entrosamento e interdependência entre os elos envolvidos, elementos marcantes do complexo agroindustrial. A produção direta não é suficiente para atender à demanda, por isso é ainda necessário complementar o abastecimento com a produção de terceiros.

A plantação de abacaxi do grupo da Maguary, localiza-se na Fazenda Buracão (a empresa respectiva denomina-se de Frutas Tropicais Ltda.) distante 350 km da fábrica de Bonito. Nesta fazenda de 1.172 ha são explorados regularmente 600 ha com abacaxi de variedade Pérola e Smooth - tendo produzido em 1981 6.000 ton; em 1982, 6.500 ton; e em 1983, 7.200 ton.

Mesmo que a produção desta propriedade encontre-se em plena expansão, nunca foi suficiente para atender totalmente à necessidade de suprimento de matéria-prima para a indústria, ficando, em geral (conforme estimativa do Diretor Administrativo) em torno de 80,0%, garantindo, porém, plenamente a realização de sua produção própria. A parte restante que é variável, é obtida pela fábrica junto aos intermediários, no mercado de abacaxi, em Sapê.

Os intermediários de abacaxi, em Sapê, passam, ainda, por processo seletivo feito pela fábrica, que, atualmente mantêm contatos comerciais com 5 deles.

As compras destinadas à unidade de Bonito, feitas pela Fazenda Buracão aos intermediários e pelos intermediários diretamente aos produtores, atingem grandes quantidades. Esta condição de grande comprador faz com que a indústria influencie no preço das transações e no calendário do plantio dos produtores, chegando até a modificá-lo, em função de suas próprias necessidades e conveniências.

Os agentes envolvidos na comercialização não são ex-

clusivamente intermediários mas, a maioria é de simultaneamente grandes produtores de abacaxi, que desempenham também esta atividade para aumentar seus lucros.

Embora a empresa não mantenha contratos formais com estes fornecedores, empresta-lhes os "containers"⁶⁵ para acondicionar melhor o produto - no caso do Smooth Cayenne - evitando prejuízos na qualidade, no momento de serem transportados para a fábrica. Percebemos estreita vinculação entre os intermediários e a indústria, em que consegue submeter suas conveniências e disciplina, àqueles, de forma que chegam a parecer verdadeiros representantes do setor de compras da própria empresa.

Com relação ao coco (processado somente na fábrica de Bonito, desde fins da década de 50) vimos que seu principal fornecedor é a Usina Barreiros, localizada em Pernambuco, a qual tem grande plantação de coco. Outrossim, o grupo da Maquary implantou em 1980 seu próprio coqueiral (de uns 1.000 ha) na praia de Lucena (Paraíba)⁶⁶ e outro de menor porte (de 170 ha) na Fazenda Buracão em Sapê (PB). O objetivo era cobrir parte de sua demanda com produção própria, o que lhe garantiria o fornecimento da matéria-prima com as exigências feitas e maior lucratividade, diante da grande rentabilidade

(65) "Containers" são caixas de plásticos que acondicionam 12 ou 24 frutos e servem para protegê-los no momento do transporte.

(66) Este empreendimento agrícola está organizado juridicamente como Maquary Agrícola Ltda. e sua implantação foi financiada pela SUDENE. A Fazenda possui 2.300 ha, os quais serão plantados, paulatinamente, com coco.

industrial da variedade cultivada.

Mas, o fornecimento de maracujã para Bonito, embora o grupo possua plantação própria, não é dela que procede, e sim, das cooperativas de Tomé Assu (Pará) e "13" (Sergipe). Ficamos sabendo, no caso do maracujã de Sergipe, que há grande participação da Maquary no estímulo à produção. Além disto, os produtores - que são na imensa maioria pequenos - mesmo estando integrados às cooperativas, conseguem os financiamentos bancários quando a Maquary lhes fornece carta de apresentação dirigida ao banco, na qual compromete-se a adquirir a produção do solicitante do empréstimo (pequeno produtor) figurando, assim, como avalista frente à instituição financeira.

Pode-se presumir facilmente tudo o que isto significa, enquanto elemento modificador das relações estabelecidas, principalmente a nível do poder de barganha - num contexto de relações totalmente distanciadas da falaciosa livre concorrência.

Acreditamos ter caracterizado, através dos vários aspectos - histórico da fábrica, participação do Estado através de suas linhas de financiamento, tipo e quantidade de produção, fonte de matéria-prima, tipos de produtos entre outros - a unidade industrial de Bonito, assim como o importante papel do Estado, através de seus órgãos de planejamento e financiamento, como SUDENE e BNB, junto à empresa privada, fortalecendo e assegurando seu processo de acumulação de capi

tal. Mostramos, também, alguns aspectos determinantes da influência da Maguary, p. ex.: no âmbito das decisões, que deveriam ser tomadas, pelo próprio setor agrícola, caso fosse realmente autônomo e não estivesse ligado, em posição subordinada, às determinações do setor industrial da Maguary.

CAPÍTULO IV

OS PRODUTORES DE ABACAXI DE SAPE E A INFLUÊNCIA DA
FAZENDA BURACÃO - DO GRUPO DA MAGUARY

4. OS PRODUTORES DE ABACAXI DE SAPE E A INFLUÊNCIA DA FAZENDA BURACÃO - DO GRUPO DA MAGUARY

4.1. Sapê como Produtor de Abacaxi

Em termos nacionais, observa-se tendência contínua ao aumento da produção de abacaxi, apesar da leve redução na área colhida verificada no período pós-milagre econômico com respeito ao período precedente. Evidentemente, isto se explica pela substancial elevação do rendimento médio por hectares⁶⁷.

O Estado da Paraíba⁶⁸ é - guardadas as devidas proporções - um dos grandes produtores de abacaxi, com 3.215 - 6.764 ha de área colhida e 47.738 - 111.526 ton produzidas anualmente ao longo do período 1973-1980. Isto representa participação de aproximadamente 10,9% - 15,7% para o período 1973-1976 e de 20,3% - 25,4% no intervalo de 1977-1980, do total da área colhida no Brasil, e de 14,5% - 19,9% entre 1973 - 1976 e de 26,4% - 32,0% no período 1977-1980, do total da

(67) Sobre a produção de abacaxi, no Anuário Estatístico do Brasil de 1920, nada consta. Porém, no dos anos 1939/1940 tem-se que a área cultivada do Brasil era de 10.250 ha em 1939 e de 88.634.810 frutos, o que dá rendimento médio de 8.647 frutos por ha.

(68) Na Paraíba, os produtos agrícolas que mais se destacaram em 1981, no tocante ao valor, foram: a cana de açúcar, a mandioca, o sisal, o feijão e o abacaxi. (Veja Anexo C, p.11)

quantidade produzida no País conforme Tabela 3, na página seguinte.

Na Paraíba, Sapê ao lado de Mari - ambos localizados na microrregião Agro-Pastoril do Baixo Paraíba (MRH/99) são os municípios paraibanos de maior relevância na produção estadual de abacaxi⁶⁹. No biênio 1979-1980 participaram sucessivamente, com 54,7% e 55,4% do total da área com abacaxi colhido no Estado e com 55,5% e 57,4% do total da quantidade de abacaxi produzido nos respectivos anos. (IBGE - Produção Agrícola Municipal, 1979 e 1980)

O abacaxi foi introduzido em Sapê a partir dos anos 30 do presente século⁷⁰, mas só após 1960 é que começou a ser produzido com nítidos objetivos comerciais e vendido para compradores do Rio de Janeiro, de São Paulo e, posteriormente, da Argentina. Foi, também, na década de 60, que a variedade Smooth Cayenne foi introduzida no município, com finalidade de industrialização.⁷¹

Apesar de haver controvérsia sobre quem realmente in

(69) Sapê - maior município da microrregião Agro-Pastoril do Baixo Paraíba - possui 441 km² que representam 25,98% da área e 0,78% da do Estado. Na microrregião o abacaxi é produzido por outros municípios como Pilar, São Miguel de Taipú, Caldas Brandão e Juripiranga. Há ainda outras microrregiões paraibanas, tais como Litoral (MRH/93) Piemonte da Borborema (MRH/92) e Brejo Paraibano (MRH/98) que produzem abacaxi, embora em quantidades mínimas. (Fiplan: Estado da Paraíba. Estatísticas Agropecuárias 1973-1980. João Pessoa, 1982, p.16) (Veja Anexo G, p.15).

(70) Nos anos 30, no Brasil, o abacaxi era cultivado em vários Estados, sendo que com relação à área cultivada destacava-se São Paulo, seguido por Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Paraíba.

(71) Noutros países, notadamente da Europa, o Smooth Cayenne é consumido "in natura".

TABELA 3

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO DE ABACAXI NO BRASIL, NA PARAÍBA E NO MUNICÍPIO DE SAPÉ, NO PERÍODO 1973-1980.

a) ÁREA COLHIDA (ha)

LOCAL	ANOS								
	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	
Brasil*	33.921	29.498	28.200	26.180	26.220	26.686	26.645	25.185	
Paraíba**	4.583	3.215	3.575	4.117	5.335	6.045	6.764	6.029	
% do Nacional	(13,5)	(10,9)	(12,7)	(15,7)	(20,3)	(22,6)	(25,4)	(24,0)	
Sapé***	1.490	500	939	1.398	1.560	1.545	1.700	1.600	

b) QUANTIDADE PRODUZIDA (ton)

Brasil*	325.638	329.189	351.384	345.737	365.602	383.020	386.867	377.219
Paraíba**	59.330	47.738	51.183	68.787	96.600	107.686	123.627	111.526
% do Nacional	(18,2)	(14,5)	(14,6)	(19,9)	(26,4)	(28,1)	(32,0)	(29,6)
Sapé***	26.730	9.500	16.259	28.710	30.888	27.575	30.600	28.000

c) RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)

LOCAL	ANOS								
	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	
Brasil*	9.600	11.159	12.460	13.206	13.943	13.347	14.519	14.977	
Paraíba**	12.946	14.848	14.316	16.708	18.106	17.814	18.277	18.498	
Sapé***	17.940	19.000	17.315	20.536	19.800	17.847	18.000	18.000	

FONTE: * IBGE Anuário Estatístico do Brasil - anos: 1975, 1977, 1979 e 1980.
 ** FIPLAN - Estatística Agropecuária, Estado da Paraíba, 1973 - 1980.
 *** IBGE - Produção Agrícola Municipal - anos 1973 a 1980.

Observação: 1 - As fontes acima referem-se aos itens a, b e c da tabela 3.
 2 - Os percentuais foram calculados por nós.

trodeziu a Smooth Cayenne em Sapé⁷², podemos afirmar que, atualmente é na Fazenda Buracão - de propriedade do grupo Tavares de Melo - onde está concentrada a maior produção desta variedade, destinada totalmente ao aproveitamento imediato na fábrica da Maquary, em Bonito. Entretanto, não houve disseminação significativa desta variedade entre os demais produtores do município: dos 19 produtores pesquisados, constatamos que apenas 6 ainda plantam, e outros 4 que, alguma vez, plantaram-no, mas já deixaram o plantio. O motivo da pouca aceitação pelos produtores, consiste em que este tipo de abacaxi exige - em escala bem maior do que a da Jupy e da Pérola - tratamento fitossanitário, que encarece sobremaneira o custo da produção. Este fato funciona como elemento restritivo para a maioria dos produtores, que teria de investir quantias proporcionalmente maiores de dinheiro durante o ciclo de produção, sem certeza de obter retornos compensatórios do acréscimo das despesas, face ao elevado índice de perdas, se não lhe forem dispensados os devidos cuidados.

O cultivo do abacaxi, na Paraíba, especialmente nesta área, encontra solos favoráveis e clima adequado para seu de

(72) Para um agrônomo da EMEPA-PB, as primeiras mudas foram trazidas por um exportador de abacaxi, do município, que as perdeu posteriormente. Logo, em seguida, a Maguary trouxe 2 caminhões de mudas, provenientes do município de Registro (SP) e começou o plantio, que mantém até hoje. Mas, há outra versão sobre o assunto, que é apresentada por um produtor de abacaxi de Sapé. Segundo este, as primeiras mudas de abacaxi Smooth Cayenne foram por ele trazidas, da região de Bauru (SP) para sua fazenda em Sapé.

Sem pretendermos entrar na questão - aliás irrelevante - da primazia na introdução do abacaxizeiro em Sapé, assinalamos o fato - este sim importante - de ter sido a Maguary quem introduziu em termos econômicos e explora em grande escala, a citada variedade em Sapé.

envolvimento, o que explica, em grande parte, o alto rendimento médio alcançado pelo cultivo local (Veja Anexo A, p.1). Se compararmos os dados relativos ao Brasil e aos demais Estados da Federação, veremos que o rendimento do fruto por ha na Paraíba e em Sapê, sãõ ã superado pelos parãmetros dos Estados do Espãrito Santo e Sãõ Paulo (Veja anexo D, p.12).

Alãem destes fatores, particularmente, os naturais, a produãõ estadual de abacaxi conta com demanda estãvel a nãivel interno e externo. Beneficia-se, tambãem, atravães de diversos mecanismos da polãitica agrãicola, do direcionamento da polãitica econãmica nacional para os produtos de exportaãõ. Mesmo assim, observa-se que a exportaãõ do abacaxi da Paraíba tem decaãido gradualmente nos ãltimos anos (veja Anexo E, p. 13), mesmo mantendo-se o nãivel da produãõ estadual.⁷³

Acreditamos que causas internas (aumento da produãõ nos outros Estados produtores, como Minas Gerais e Espãrito Santo, com melhores condiãões para exportar) e externas (especificamente as restriãões às importaãões na Argentina) provavelmente, provocaram esta diminuiãõ.

(73) Houve, tambãem, diminuiãõ brusca no nãumero de firmas exportadoras em Sapãe, pois das 14 existentes em 1973 apenas restava 1 em 1980. Esta ã denominada de Exportadora, Importadora Tambaã sociedade formada com capital brasileiro e espanhol, e tem a Espanha como principal mercado. As quantidades exportadas, em 1983, apresentaram certo decãescimo, com relaãõ aos anos anteriores. Os dados sãõ os seguintes (em mil caixas): 1979 = 40; 1980 = 54; 1981 = 69; 1982 = 75; 1983 = 35.

4.2. A Estrutura Fundiária de Sapê e dos Produtores de Abacaxi

O estudo das unidades de produção dos abacaxicultores sapeenses deve iniciar-se, metodologicamente pela análise de sua estrutura fundiária. Em consequência, nossa primeira preocupação, como foi dito, consistiu em determinar essa relação. Partimos, inicialmente, dos 43 incluídos no Cadastro do Incra - 1978, e com as devidas correções classificatórias e atualizações feitas à luz dos dados levantados no período que passamos na área (agregamos 4 novos e eliminamos 8)⁷⁴ chegamos à listagem da tabela 4, apresentada na página seguinte.

Para a classificação dos produtores em categorias (pequenos, médios e grandes) recorreremos ao critério usado pelo Banco Central do Brasil, o qual se baseia no valor da produção auferida na exploração agrôpecuária, no ano anterior (jan/dez). Estas categorias são calculadas em função do MVR - "Maior Valor de Referência", que é um valor estabelecido pelo governo, a partir de uma série de indicadores econômicos, como índice de inflação e índice de custo de vida, dentre outros fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas. O "MVR" é reajustado pelo Banco Central do Brasil, semestralmente (em maio e novembro de cada ano) e é aplicado a nível nacional para

(74) Os incluídos são: José Candido, João Antônio Coelho, Antônio Claudino e Manoel Pereira Nunes. Os retirados são: João Henriques Pequeno, Ernandes Sousa Medeiros, Marcos Frederico Ribeiro Coutinho, Geraldo Olavo Guerra, Eurico Santiago Rangel, Cassiano Ribeiro Coutinho, Paulo Germano Ribeiro Coutinho e Carlos Ribeiro Coutinho.

TABELA 4

RELAÇÃO NOMINAL DOS PRODUTORES DE ABACAXI, NO MUNICÍPIO DE SAPÉ POR TAMANHO TOTAL DO IMÓVEL, COM ESPECIFICAÇÃO DA ÁREA ARRENDADA OU CEDIDA, CATEGORIA DE PRODUTOR, ÁREA PLANTADA COM ABACAXI E DO TIPO DE PRODUTOR DE ABACAXI (VIII/83)

1	2	3	4	5	6	7	8
Nº	NOME DO PRODUTOR	ÁREA TOTAL DO IMÓVEL (ha)	ÁREA ARRENDADA OU COLHIDA (ha)	ÁREA DISPONÍVEL (ha)	CATEGORIA DE PRODUTOR	ÁREA COM ABACAXI (ha)	TIPO DE "PRODUTOR DE ABACAXI"
1	Antônio Claudino	0	12,0	12,0	médio	12,0	médio
2	Manoel Pereira Nunes	0	121,0*	121,0	grande	86,0	grande
3	Renato João dos Santos	3,0	0	3,0	pequeno	3,0	pequeno
4	Manoel Lucas Cavalcanti	4,0	0	4,0	pequeno	1,5	pequeno
5	João Antonio Coelho	5,0	6,0	11,0	médio	5,0	pequeno
6	João Hélio Maroja	5,4	-	-	pequeno	5,0	pequeno
7	Júlio Luiz do Nascimento	6,0	-	-	pequeno	-	-
8	Severino Pereira da Silva	6,5	-	-	pequeno	3,0	pequeno
9	Antônio Pinheiro de Lima	7,0	-	-	médio	2,0	pequeno
10	Gabriel Manoel dos Santos	7,0	0	7,0	médio	6,0	médio
11	Dionízio F. dos Santos	8,0	0	8,0	médio	1,0	pequeno
12	José Alípio Ferreira	10,0	-	-	médio	3,0	pequeno

Continuação

13	João Domingos da Oliveira	12,0	2,0	14,0	médio	3,0	médio
14	José Antônio de França	15,5	-	-	médio	-	-
15	José Silvestre da Silva	16,3	-	-	médio	-	-
16	João Severino da Silva	18,0	10,0	28,0	médio	6,0	médio
17	Edvaldo Ponta Pereira	19,5	-	-	médio	16,0	médio
18	Joaquim Inácio da Silva	26,2	-	-	médio	2,0	pequeno
19	Severino Sátiro Galvão	30,0	-	-	médio	1,0	pequeno
20	Luiz Rodrigues dos Santos	25,0	-	-	médio	25,0	médio
21	José Candido	40,0	0	40,0	grande	40,0	grande
22	José Joventino Pereira	50,0	50,0	100,0	grande	100,0	grande
23	Joaquim Viegas	55,0	30,0	85,0	grande	40,0	grande
24	Vicente José da Silva	77,5	-	-	grande	10,0	médio
25	João Bernardo Semeão	87,0	-	-	grande	30,0	grande
26	João Benedito Cavalcanti	95,0	-	-	grande	15,0	médio
27	João Francisco Ramos	122,0	-	-	grande	25,0	grande
28	José Marinho da Silva	150,0	0	150,0	grande	20,0	médio
29	Germano Félix da Silva	152,0	-	-	grande	-	-
30	João Ribeiro Pedrosa	155,0	-	-	grande	40,0	grande

Continuação

31	José Gilberto Leôncio	162,0	-	-	grande	-	grande
32	João Albino Soares	180,0	80,0	260,0	grande	210,0	grande
33	Benedito Joaquim Santana	226,0	0	226,0	grande	115,0	grande
34	Franklin Maribondo Júnior	310,0	-	-	grande	-	-
35	Abel Carneiro da Cunha	386,0	0	386,0	grande	270,0	grande
36	Fernando Eduardo Rabelo	600,0	0	600,0	grande	20,0	médio
37	Fernando Antonio Baracuhy	600,0	-	-	grande	-	-
38	Frutas Tropicais Ltda	1.172,0	-	1.172,0	grande	600,0	grande
39	João Augusto Meireles	1.427,6	- 160,0	1.267,6	grande	250,0	grande

FONTE: Relação construída a partir dos dados do Cadastro do INCRA - 1978 - e atualizada na pesquisa de campo - agosto de 1983.

Observações: 1 - A legenda (-) significa dado não disponível ou não verificado.

2 - No total de arrendamento incluímos a área referente à compra de campo. Este produtor arrenda também em outro município (Mamanguape).

3 - Este produtor arrenda também em outros municípios (Mari e Itapororoca).

qualquer tipo de cultura.⁷⁵

Segundo este critério o produtor que consegue receita bruta anual de até 600 MVR é considerado pequeno produtor; o que atinge mais do que 600 MVR, sem, porém, passar dos 3.000 MVR é tido como produtor médio; e o que ultrapassa os 3.000 MVR é classificado como grande produtor.

Devido ao fato de que o MVR, em agosto de 1983 (período de nossa pesquisa de campo em que colhemos os preços que serviram de base a nossos cálculos) era de Cr\$ 17.106,90 classificamos como pequenos produtores os que auferiram, anualmente, até Cr\$ 10.264.140,00; de produtores médios os que, superando essa quantia, não ultrapassaram porém Cr\$ 51.320.700,00 e, como grandes produtores, os que tinham anualmente receitas superiores. Os cálculos foram feitos com base na estimativa da produção agropecuária total dos respectivos produtores em 1983, conforme as informações levantadas em nossa pesquisa preliminar (janeiro de 1983) e, depois na efetuada em agosto de 1983, e complementados com os dados do Cadastro do INCRA - exercício 1980. A classificação resultante desse procedimento consta da coluna 6 da tabela precedente (Tabela 4).

Por outra parte, pareceu-nos interessante aplicar a classificação também à produção exclusiva de abacaxi, para deter

(75) Além do MVR, que é usado nacionalmente, tem-se o VRR, que é o valor de referência regional, que deveria ser aplicado regionalmente, porém, recorre-se a ele só esporadicamente, e, por isso, neste trabalho não nos baseamos naquele valor.

minar os pequenos, médios e grandes "produtores de abacaxi". Os parâmetros em MVR para cada categoria de produtor evidentemente se mantêm. A tarefa consiste, agora, em verificar a quantos hectares eles correspondem.⁷⁶ Em decorrência de nos cálculos, classificamos os produtores, em função da área cultivada exclusivamente com abacaxi: pequeno $\leq 5,1$; médio $> 5,1$ e $\leq 25,7$ ha; grande $> 25,7$. Aplicando este critério ao universo de nosso objeto de estudo (que é formado por 39 produtores de abacaxi) temos 5 pequenos produtores (12,8% do total) 14 médios produtores (35,9%) e 20 grandes produtores (51,3%).

A amostra ficou fixada em 19 produtores, que representam, praticamente, a metade do universo (48,7%) sendo, sem dúvida alguma, altamente representativa, considerando também a elevada homogeneidade do universo.

Assim mesmo a participação final por categoria - derivada em parte por dificuldades técnicas e casuais para efetuar as entrevistas - é bastante adequada: 2 pequenos produtores (40,0%) da categoria; 6 médios (42,9%) e 11 grandes

(76) Partindo dos limites em MVR para a produção calculada para cada categoria e da estimativa de receita por hectare plantado com abacaxi, em terras próprias e/ou arrendadas, chega-se a determinar o número de hectares que delimita cada categoria. Para calcular a receita proveniente de 1 ha, consideramos a produtividade média e o preço médio de venda a nível do produtor vigente no período: 25.000 frutos por ha e Cr\$ 80,00 por abacaxi, respectivamente. Para convertermos os valores limites em MVR (600 e 3.000 MVR) em quantidades limites em hectares, devemos proceder da seguinte forma: de início, calcula-se a receita bruta por ha (25.000 frutos por ha x 80,00 Cr\$/fruto = 2.000.000,00 Cr\$ fruto) depois dividem-se os valores limites em cruzeiros, pela receita oriunda de 1 ha e obtêm-se as áreas correspondentes.

(55,0%); os desvios da média não são, porém, substanciais, já que a classificação geral depende da receita total, enquanto nosso objeto de estudo dirige-se à produção de abacaxi, e às séries que se estabelecem; segundo os dois critérios, não se correspondem plenamente. (Ver colunas "Categoria do Produtor" e "Tipo de Produtor" de abacaxi, da Tabela 4) Entrevistamos, dentre os "produtores de abacaxi", 4 pequenos ($4/10 = 40,0\%$ dos identificados no universo) 6 médios ($6/10 = 60,0\%$ e 9 grandes ($9/12 = 75\%$) porém, vimos que 7 produtores ficaram sem ser classificados. (Veja a precedente Tabela 4, coluna 8).

A relação final dos entrevistados, componentes da amostra foi a seguinte:

TABELA 5

RELAÇÃO DOS PRODUTORES DE ABACAXI ENTREVISTADOS NO MUNICÍPIO DE SAPÉ, POR ORDEM CRESCENTE DE ÁREA PLANTADA COM ABACAXI, COM ESPECIFICAÇÃO DA ÁREA DISPONÍVEL, DA ÁREA ARRENDADA, DA CATEGORIA DO PRODUTOR E DO "TIPO DE PRODUTOR DE ABACAXI" (VIII/1983)

Nº	NOME	ÁREA DISP. (ha)	ÁREA AR-RENDADA (ha)	CATEGORIA DO PROD.	ÁREA C/ABACAXI (ha)	TIPO DE PRODUTOR DE ABACAXI
1	Dionizio	8,0	0	Médio	1,0	Pequeno
2	Manoel	4,0	0	Pequeno	1,5	Pequeno
3	Renato	3,0	0	Pequeno	3,0	Pequeno
4	J. Coelho	11,0	6,0	Médio	5,0	Médio
5	J. Domingos	14,0	2,0	Médio	3,0	Pequeno
6	Gabriel	77,0	0	Médio	6,0	Médio
7	J. Severino	28,0	10,0	Médio	6,0	Médio
8	A. Claudino	12,0	12,0	Médio	12,0	Médio
9	J. Marinho	150,0	0	Grande	20,0	Médio
10	J. Viegas	85,0	30,0	Grande	40,0	Grande
11	F. Rabelo	600,0	0	Grande	20,0	Médio
12	J. Candido	40,0	40,0	Grande	40,0	Grande
13	M. P. Nunes*	121,0	121,0	Grande	86,0	Grande
14	J. Joventino*	100,0	50,0	Grande	100,0	Grande
15	Benedito	226,0	0	Grande	115,0	Grande
16	J. Balbino	260,0	80,0	Grande	210,0	Grande
17	J. Augusto	1.267,6	(-160,0)	Grande	250,0	Grande
18	Abel	386,0	0	Grande	270,0	Grande
19	F. Tropicais	1.172,0	0	Grande	600,0	Grande
TOTAL		4.494,6	358,0		1.788,0	

FONTE: Tabela 4

Observação: * Estes produtores também arrendam áreas em outros municípios para cultivar abacaxi e outras culturas, e, evidentemente, não estão computados aqui.

UFPB/BIBLIOTECA/PRAI

Conforme acabamos de ver (Tabela 5, p. 100) entre os produtores pesquisados, sua área com abacaxi atingiu o total de 1.788 ha, em agosto de 1983. A média é de 94,1 ha por produtor, indicador que cai para 66,0 ha se o produtor Frutas Tropicais Ltda é excluído do cálculo, por ser este pertencente à agroindústria, a mesma que consome sua produção, o que é objeto direto de nossa atuação. A área total disponível por produtor é de 236,6 ha, e de 184,6 ha se excluída a de Frutas Tropicais Ltda. O alcance destas médias para tirar conclusões é obviamente limitado mas, ao lado de exame superficial - das Tabelas 4 e 5, pode-se concluir que quem se dedica à cultura do abacaxi, são quase exclusivamente grandes produtores, e com boa dotação de recursos.

Ademais, podemos afirmar, partindo dos dados da amostra, que existe uma correlação elevada entre a categoria do produtor (grande, médio, pequeno) e a do "tipo de produtor de abacaxi" (grande, médio, pequeno), porquanto apenas 2 produtores médios aparecem como pequenos "produtores de abacaxi", e 2 dos grandes produtores aparecem como médios "produtores de abacaxi".

Acreditamos que a explicação para estes fatos seja possível de encontrar na análise de certos fatores. Sabemos que a cultura do abacaxi apresenta, comparada com outras culturas, boa lucratividade, porém é indispensável que o produtor disponha de substanciais reservas monetárias para custear as despesas durante o período de produção, o qual alcança, em média, 18 meses (Veja Anexo B, p.6). Isto para nós, é

fator que limita, selecionando o número de produtores com capacidade para envolver-se na atividade. Os altos custos de produção também fazem com que alguns produtores explorem área menor da que poderiam cultivar em outras condições.

Além destas características básicas dos produtores de nossa amostra, vamos nos deter em algumas outras por categoria.

A proporção dos pequenos produtores entre as abacaxi-culturas é relativamente baixa: 5 entre 39 (12,8%) dos quais 2 compõem nossa amostra, os quais não arrendam a terra e nem a cedem em arrendamento.

Os 2 entrevistados moram na própria unidade produtiva⁷⁷ sendo que 1 deles foi assalariado rural antes de ser proprietário⁷⁸. Estes, mantêm além do abacaxi da variedade Jupy, que é a cultura principal - e que pretendem manter-roçado onde plantam basicamente macaxeira, batata-doce, inhame, milho e feijão para atender, prioritária e quase exclusiva -

(77) Um destes, comprou a terra de um grande fazendeiro local, em 1963, que accedeu em vender, porque estava atemorizado com o movimento organizado as "Ligas Camponesas" - pelos trabalhadores rurais, iniciado em Sapê na década de 60, que reivindicava terras através da reforma agrária "na lei ou na marra", segundo Francisco Julião, advogado pernambucano, que defendia os trabalhadores rurais nas questões de terra. Sobre o assunto veja: AUED, Bernadete. A Vitória dos Vencidos, 1981 (Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba).

(78) Considero Proprietário aquele que detém o domínio da propriedade; produtor aquele que administra a terra, sem ser, necessariamente, o proprietário; assalariado rural aquele que vende sua força de trabalho.

mente ao consumo doméstico.

De grande relevância, parece-nos o fato de esses pequenos produtores terem ingresso adicional não proveniente de atividades agrícolas: um deles tem aposentadoria e o outro ocupa-se em realizar atividades comerciais não relacionadas com o abacaxi. Isto vem mostrar dupla realidade, em que, causa e efeito, superpõem-se e misturam-se: por um lado, parece que nos estratos comparativamente mais baixos, embora, na verdade, produtores de sólida situação econômica, necessitem ter renda complementar, indispensável à manutenção destes produtores como tais; enquanto, por outro lado, há fortes indícios de que precisamente por terem respaldo material ê que podem atuar como produtores de abacaxi.

Os produtores médios, diferentemente dos pequenos, têm participação superior no meio dos produtores de abacaxi, constituindo a quarta parte destes. Moram, em sua maioria (5 dos 6) em suas unidades de produção, com exceção de apenas um, que não é proprietário, mas somente arrendatário.

Todos vivem dos ingressos provenientes da exploração própria, complementando-os, em pequena medida, com os decorrentes da aposentadoria (1 dos 5 proprietários) de atividades agrícolas em terras arrendadas (3 dos 5)⁷⁹ ou empresariais (2 dos 5).

(79) Dos 6 médios, 4 arrendam terra - devido a sua capacidade produtiva - o que os diferencia dos pequenos produtores, guardando porém a semelhança entre eles no que se refere ao fato de não cederem também em arrendamento.

Os que são proprietários (5 dos 6)⁸⁰ plantam certos produtos com o fim de subsistência, o que não ocorre com o que é arrendatário.⁸¹

A atividade principal dos produtores médios não é sempre o abacaxi, como acontece no caso dos pequenos, mas varia para cada um: é em 3 dos 6 produtores⁸², ao passo que os outros 3, o têm como cultura secundária. Para estes a cultura principal é a da mandioca (2 dos 3)⁸³ e a da cana (1 dos 3)⁸⁴.

(80) Entre estes 5, observamos que houve mudança significativa no tipo de relação social que mantinham com a terra e com o trabalho: 2 já eram produtores: um na qualidade de arrendatário e o outro na de foreiro, que é uma forma especial de arrendamento; os outros, assalariados rurais, os quais tornaram-se proprietários adquirindo terra mediante pagamento, entre 1965-1968.

(81) Quanto a este, iniciou-se, trabalhando como assalariado e só depois passou a arrendar terra, na qual continuou trabalhando efetivamente. Pelo fato de pagar preço de arrendamento alto, achava que não compensava cultivar produtos considerados de primeira necessidade ou de subsistência, devido a seu baixo preço no mercado. Mas, em função do aviltamento rápido de preços nos últimos anos, o produtor/arrendatário, já está convencido de que é compensador plantar feijão em consórcio com o abacaxi.

(82) Plantar abacaxi em consórcio com feijão ou outra cultura, não era comum em Sapê, mas esta prática está sendo adotada desde 1980, quando a EMATER-PB fez trabalho de difusão desta técnica entre produtores.

(82) As perspectivas destes três com relação ao plantio do abacaxi varia para cada um, entre diminuir, manter e aumentar.

(83) Um dos dois, a partir de 1980, substituiu quase que integralmente o plantio de abacaxi pelo de mandioca, em decorrência de alguns fatores. (Elevação do preço de insumos, da mão de obra e dos juros bancários). Importa lembrar que o plantio de mandioca, tradicional na região, é bastante atrativo por ser uma cultura relativamente menos trabalhosa e onerosa. A mandioca tem ciclo produtivo de 12 meses, enquanto a do abacaxi é de 18 meses, em geral; o abacaxi necessita mais de limpas ao passo que a mandioca requer apenas 4; a cultura de abacaxi é mais exigente em adubos do que a da mandioca.

Neste caso particular, porém, trata-se de produtor que dispõe em seu imóvel de casa de farinha, na qual processa tanto sua produção como a de outros produtores, sendo que a farinha é comercializada não pelos fornecedores, mas pelo próprio proprietário dos equipamentos. Contudo, a atividade da casa de farinha - que já chegava

Quanto aos grandes produtores (11 dos 20) podemos destacar, principalmente, Frutas Tropicais Ltda, pertencente ao grupo Tavares de Melo⁸⁵ que fornece diretamente sua produção para a unidade industrial de Bonito. Este destaque pode ser explicado muito facilmente, à medida em que já havíamos afirmado em outra parte deste trabalho que, no processo de agro-industrialização, o setor industrial procura - de alguma forma - interferir, subordinando o setor agrícola, através da criação de novas necessidades com relação a matéria-prima. Sendo assim, estamos diante de um caso concreto, em que o setor industrial, indiretamente, administra e organiza a produção agrícola, determinando, inclusive, a variedade do produ-

teriormente a processar grandes quantidades - tem, declinado em virtude da escassez da matéria-prima, chegando a ponto de processar no período da pesquisa, só a mandioca produzida no seu próprio estabelecimento. O produtor em questão explica que o plantio da mandioca vem diminuindo devido à pressão feita pelo avanço da cana de açúcar. Isto aconteceu, entre outros em uma grande propriedade de Sapê, cujo dono pertence a um grupo que está implantando também uma Usina, com recursos do PRÓ-ÁLCOOL. Então, neste caso específico, o incremento da produção de mandioca deste produtor estaria destinado também a solucionar problemas referentes ao fornecimento da matéria-prima para ser beneficiada em sua casa de farinha. Sobre o assunto veja: QUEIROZ e FARIAS, Celeide. A Casa de Farinha - Realidade Sócio-Econômica do Brejo Paraibano - 1983. (Dissertação apresentada ao Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba).

- (84) Este produtor tinha o abacaxi como cultura principal e uma larga experiência, pois, em 1983, fez 18 anos que plantava o abacaxi. Mas, isto não impediu que neste ano, substituisse 18 ha de abacaxi pela cana, assumindo, assim, a preferência. Segundo este produtor, o que provocou tal mudança foram alguns fatores que lhe proporcionam retorno rentável; como mercado certo, uma vez que há 2 usinas em funcionamento no município; preço assegurado, desde que é estabelecido pelo Governo, através do IAA; e, crédito subsidiado e facilitado.
- (85) Por ser mais uma empresa do grupo, será daqui para frente tratada como a fazenda da Maguary, embora, atualmente não faça juridicamente parte das Indústrias Alimentícias Maguary S/A, o que ocorreu até 1977, e sim das Frutas Tropicais Ltda.

to a ser plantado, a época apropriada, a quantidade a ser produzida etc.

A fazenda da Maguary destaca-se, também, por estar juridicamente organizada como empresa rural e por ser a maior produtora de abacaxi do município - da variedade Smooth Cayenne - contando em agosto de 1983, com 600 ha explorados com abacaxi, sendo 200 ha em pousio e 400 ha em cultivo. Destes, 320 ha com Smooth Cayenne e 80 ha com Pérola⁸⁶. Além do abacaxi, na fazenda da Maguary, há plantio de coco (170 ha) e de mamão que se destina à industrialização. Outra atividade, paralela, desenvolvida lá é a da pecuária, que conta com condições favoráveis, em virtude do restolho da cultura do abacaxi a ser utilizado como alimento.

Adicionalmente, a fazenda da Maguary além de atividades na esfera produtiva exerce, também, funções comerciais, à medida em que compra e vende abacaxi para o mercado de frutas "in natura". Isto ocorre esporadicamente, devido ao fato de que, em certas ocasiões, a indústria necessita mais de certo tipo de abacaxi e não de outro, seja para suco ou frita. Então, a Maguary vende o excedente do abacaxi que produziu e compra de outros produtores o tipo que precisa.

Os outros 10 grandes produtores, além de orientarem

(86) Ademais, Frutas Tropicais Ltda (ou fazenda da Maguary) estão produzindo, por enquanto, 500 ha de abacaxi do tipo Smooth Cayenne, em terras arrendadas à Maguary Agrícola Ltda, na praia de Lucena - PB. São, evidentemente, transações internas do grupo Tavares de Melo, ao qual ambas pertencem.

sistematicamente seus respectivos administradores sobre o cultivo de suas terras, e residirem fora dela (9 dos 10) desempenham múltiplas funções, destacando-se a de intermediários (3 dos 10). Estes, contudo, são encontrados entre os grandes produtores, o que é expressão de seu poder econômico, aliado às suas facilidades de penetração nos mercados.

Observamos em 5 dos 10 grandes produtores, a prática de tomar terras em arrendamento⁸⁷ uma vez que as próprias terras não são suficientes para atender sua capacidade de produção. Ao lado disto, encontramos um único produtor que cede terras em arrendamento (160 ha) embora isto represente apenas 10,8% de sua área total.

A adoção do arrendamento (assunto do qual falaremos no próximo item) no estrato dos grandes produtores, demonstra que a cultura do abacaxi proporciona bons resultados econômicos. Por isto, preferem-na como principal, com exceção de um caso, em que domina a cana de açúcar. No entanto, entre os grandes produtores, a cana de açúcar é cultivada em grandes quantidades, ao lado do mamão, coco e tomate (em quantidades menores) as quais destinam-se à agroindústria. Quanto às culturas de subsistência que se encontram nas terras de 3 grandes produtores de nossa amostra são cultivadas em proporções bem inferiores.

Os grandes produtores adquiriram as terras, através

(87) Ademais, dois produtores já as deixaram de arrendar por terem adquirido terras em quantidades desejáveis.

de compra, registrando-se maior freqüência para o período compreendido entre 1975-1980 (5 dos 11) e as demais, distribuindo-se nas seguintes décadas: uma na de 30; duas na de 50 e as restantes na de 60.⁸⁸

Após termos traçado o perfil do produtor de abacaxi, vamos, agora, agrupar as unidades produtivas de nossa amostra, por estrato de área, comparando, assim, os dados fornecidos pelo IBGE "por estabelecimento"⁸⁹ com os relativos à "área disponível" levantados por nós. São séries, que, obviamente, a rigor, não podem ser assimiladas uma à outra sem ressalvas.

Sua comparação, com base na Tabela 6, mesmo que a grosso modo, trazem algumas conclusões cabíveis.

(88) O motivo das aquisições concentrarem-se neste período, (1975-1980) não o atribuímos a nenhuma causa específica, estando descartada a hipótese de que as tivessem conseguido através de recursos do Pró-álcool. Estes produtores dedicam-se, basicamente, à produção de abacaxi e são, por isto, identificados em toda a sede do município.

(89) É sabido que o IBGE trabalha com o conceito de estabelecimento. Estabelecimentos, dentre outras particularidades, são determinados por setores delimitados espacialmente pelo próprio órgão, o qual não fornece sua relação nominal por considerá-la sigilosa. Por conseguinte, foi impossível tratar as unidades produtivas de nossa amostra, em termos rigorosos de estabelecimento.

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS (DAS UNIDADES PRODUTIVAS) E SUA ÁREA TOTAL EM NÚMEROS ABSOLUTOS E EM PERCENTUAIS, POR GRUPO DE ÁREA, NO ANO DE 1980.

Localidade	TOTAL		MENOS DE 10		10 a MENOS 100		100 a MENOS 1.000		1.000 a MENOS 10.000		10.000 a MAIS		Sem Declaração	
	Estab. Nº	Área (ha)	Estab. Nº	Área (ha)	Estab. Nº	Área (ha)	Estab. Nº	Área (ha)	Estab. Nº	Área (ha)	Estab. Nº	Área (ha)	Estab. Nº	Área (ha)
Brasil *	(1) 5.167.578	(1) e (2) 369.587.872	2.603.567	8.994.778	2.015.821	64.456.452	489.303	126.936.136	45.906	105.655.585	2.410	63.545.030	10.562	
% em relação ao total			(50,4)	(2,4)	(39,0)	(17,4)	(9,5)	(34,4)	(0,9)	(28,6)	(0,04)	(2,0)	(0,2)	-
Paraíba **	167.561	4.921.755	112.037	344.971	46.333	1.353.417	8.535	2.117.226	570	1.041.780	3	64.361	83	
% em relação ao total			(66,9)	(7,0)	(27,7)	(27,5)	(5,1)	(43,0)	(0,3)	(21,2)	(0,0)	(1,3)	(0,0)	-
Agro-Pastoril do B. Paraíba **	9.715	141.595	8.679	16.488	810	21.444	204	62.947	21	40.716				
% em relação ao total			(89,3)	(11,7)	(8,4)	(15,1)	(2,1)	(44,4)	(0,2)	(28,8)	0	0	1	-
Sapê **	1.691	37.214	1.438	3.075	198	5.085	45	14.895	10	14.159	0	0	0	0
% em relação ao total			(85,0)	(8,3)	(11,7)	(13,7)	(2,7)	(40,0)	(0,6)	(38,0)				
Amostra (3)*** em rel. tot.	19	4.494,6	(21,1)	(0,5)	(31,6)	(4,2)	(36,8)	(41,0)	(10,5)	(54,3)	0	0	0	0

FONTE: * IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1980.

** IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - Pernambuco e Paraíba - 1980.

*** Pesquisa de campo para os dados da amostra.

Observações: 1 - Os dados do IBGE são preliminares tanto para o número de estabelecimentos como para a área.

2 - Para o IBGE, o traço(-) significa que o dado não existe.

3 - Para os dados da amostra, consideramos não os estabelecimentos, mas as unidades produtivas e sua "área disponível", conforme a tabela 4 deste trabalho.

4 - Os percentuais foram calculados por nós.

A leitura da Tabela 6 reforça, agora com dados comparativos, alguns fenômenos já apontados. Chama a atenção quanto é grande, no Brasil (50,4%), na Paraíba (66,9%) e muito mais no Agro-Pastoril (89,3%) e em Sapê (85,0%) a concentração dos estabelecimentos com menos de 10 ha, conquanto não se verifique tal fato com as unidades produtivas de nossa amostra, pois apenas 21,1% estão incluídas neste estrato. Isto é, pequena parcela. Mas, no estrato de 1.000 a menos de 10.000, vimos que há maior afluência de produtores de abacaxi (10,5%) se comparados com os estabelecimentos das outras localidades constantes na tabela. Para exemplificar, vimos que, na Paraíba, apenas 0,3% dos estabelecimentos estão neste intervalo. Além disto, no mesmo intervalo, o percentual da área com relação ao total, é muito maior para os produtores de nossa amostra (54,4%) embora, para o Brasil, Paraíba e, principalmente Sapê, variem de 21,2% a 38,6%.

Com estas considerações fica bastante evidente que a estrutura fundiária dos produtores de abacaxi de Sapê, situa-se em patamar de concentração muito acima da média encontrada para o Brasil, Paraíba e Sapê. Isto vem diferenciar essa cultura entre as demais e ensejar que seja incluída entre as "culturas de rico".

4.3. Condição dos Produtores: Relações de Produção e de Trabalho

A forma social de como se encontra apropriada a terra é que determina -em última instância - os tipos de relação de produção e de trabalho existentes no meio rural. Nesse sentido, a distribuição concentracionista da terra, induz os diversos produtores a recorrerem aos mais variados meios para terem acesso à terra.⁹⁰

Em Sapê, afóra a condição de proprietário - largamente predominante (como no Estado todo) existe forte participação de arrendatários e, também de ocupantes, como se pode notar na tabela 7 da página seguinte.

No entanto, a participação das diversas categorias em relação ao total da área é, substancialmente diferente. Para nós importa destacar, apenas, os dados relativos a proprietários e arrendatários, já que dentre os produtores de abacaxi - em geral produtores maiores e de recursos - não se registram as outras categorias.

Comparando-se os percentuais da área dos proprietários, que em 1980 foram de 87,4% e de 83,0% para a Paraíba e Sapê, respectivamente, com os correspondentes aos arrendatários, 3,7% e 3,6% para a Paraíba e Sapê, observamos que o fe

(90) Veja IANNI, Otavio. "Formas Sociais da Terra". Raízes, Campina Grande, UFPB, nº 2-3 (jan-dez 1983).

TABELA 7

CONDIÇÃO DO PRODUTOR COM RELAÇÃO AOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, NA PARAIBA, NA MICRO REGIÃO AGRO-PASTORIL E SAPE, NO ANO DE 1980.
(em números absolutos e em % sobre o total)

LOCAL	TOTAL		CONDIÇÃO DO PRODUTOR									
			PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		OCUPANTE		PARCEIRO		S/DECLARAÇÃO	
	Est. (nº)	Área (ha)	Est. (nº)	Área (ha)	Est. (nº)	Área (ha)	Est. (nº)	Área (ha)	Est. (nº)	Área (ha)	Est. (nº)	Área (ha)
PARAIBA	167.561	4.921.755	101.276	4.299.552	25.841	184.475	82.943	304.099	6.919	88.817	582	44.811
% em Relação ao Total		*	(60,4)	(87,4)	(15,4)	(3,7)	(19,7)	(6,2)	(4,1)	(1,8)	(0,3)	(0,9)
AGRO-PASTORIL	9.715	141.595	2.729	118.663	4.115	12.892	2.677	6.115	15	52	170	3.873
SAPÉ	1.691	37.214	975	30.896	309	1.334	230	1.211	2	19	175	3.755
		*	(57,7)	(83,0)	(18,3)	(3,6)	(13,6)	(3,3)	(0,1)	(0,05)	(10,3)	(10,0)

OBS: * para os dados de área, as diferenças mínimas apresentadas entre a soma de parcelas e seus respectivos totais são provenientes do arredondamento de dados.

FONTE: IBGE - Síntese Preliminar do Censo Agropecuario 1980; Paraíba, Pernambuco.

nômeno de arrendamento parece diluir-se e se perder em importância. Porém, estes dados escondem o fato de que dentre as terras em propriedade, há boa parcela ociosa, enquanto a arrendada é aproveitada integralmente. Pelo contrário, já os dados relativos à participação percentual no total dos estabelecimentos, mostra que, aos arrendatários, cabe parte bem mais significativa, correspondendo-lhes 15,4% e 18,3% na Paraíba e Sapê, respectivamente, no mesmo ano (os dados são de 60,4% e 57,7% para os proprietários) (Tabela 7, p.112).

Isto mostra que o fenômeno do arrendamento está relativamente mais desenvolvido em Sapê. A incidência dentre os produtores de abacaxi é ainda maior, pois verificamos em nossa amostra, que 9 (47,4%) arrendam, sendo que 2 deles arrendam toda a área em que trabalham. A área arrendada representa 20,0% do total da terra explorada com abacaxi (Tabela 5, p. 100) isto, porém, não significa necessariamente que a área arrendada seja toda dedicada à abacaxicultura. Mas, o que chama a atenção de maneira especial é o fato de um só produtor ceder terras em arrendamento, principalmente quando se sabe que são, em geral, grandes proprietários. A explicação de que a quantidade de terra cedida em arrendamento venha decaindo significativamente, parece derivar-se de que os grandes proprietários deixaram de ceder terras para o abacaxi ou outras culturas e passaram a plantar cana. Isto resulta que para manter a produção de abacaxi (pelo menos sem grandes alterações) deva-se empregar terras de outros municípios.

Em vista do fenômeno do arrendamento ter-se constituí

do em prática muito utilizada pelos produtores de abacaxi, no local em estudo, devemos tentar compreendê-lo melhor.

Acreditamos que ceder e tomar terras em arrendamento era uma atividade maior antes do que ocorre hoje, e que se impunha por algumas razões principais que passamos a analisar:

a) em primeiro lugar, sendo Sapê um município com estrutura fundiária fortemente concentrada, a grande maioria dos produtores não tinha outra forma de acesso à terra, a não ser tomá-la em arrendamento.

b) em segundo lugar, ceder terras em arrendamento apresentava-se como forma econômica para o proprietário beneficiar sua área, a qual possuía grandes partes com mata que necessitava ser derrubada para poder ser incorporada às áreas produtivas. Este fato foi largamente comprovado em nossa pesquisa, à medida em que 4 dos 11 produtores/arrendatários declararam, tacitamente, sua participação no "destocamento" das maiores propriedades do município, o que foi ratificado por um grande produtor que teve grande parte de sua gleba desmatada através de contratos de arrendamento.⁹¹

c) em terceiro lugar, ceder terras em arrendamento justifica-se pelo fato de a pecuária ser atividade amplamente de

(91) Os contratos que se faziam com esta finalidade tinham características diferentes dos atuais, pois eram cobrados preços mais baixos e os prazos podiam estender-se até 7 anos. Em Sapê existe ainda número reduzido de contratos que visam este objetivo.

sempre desenvolvida, principalmente, nas grandes propriedades. Sendo assim, os restos das culturas (palha de abacaxi, olho de cana) complementam de forma positiva a alimentação do gado.⁹²

d) em quarto lugar ceder terras em arrendamento ocasionalmente, confere ao proprietário - dependendo das cláusulas do contrato - o direito de comprar a produção do arrendatário - quase sempre a preço muito inferior ao do mercado.

Ceder terras em arrendamento é, para o proprietário, um mecanismo complementar a que recorre para aumentar seus proventos, já que recebe renda em dinheiro (o mais comum) em função da cessão temporária da utilização do solo de sua propriedade. Sendo assim, o proprietário é isento de todas as vicissitudes inerentes à produção agrícola, à medida em que esta fica sob a responsabilidade do arrendatário, único responsável por seu desempenho.

Os desentendimentos havidos entre os trabalhadores e o arrendatário são, conseqüentemente, por eles resolvidos, uma vez que o proprietário da terra, aparentemente, nada tem a ver com o relacionamento trabalhador/arrendatário.

Com respeito ao arrendamento devemos, ainda, dizer que anteriormente, o prazo habitual do contrato era de 3 a

(92) Fomos informados em nossa permanência no campo, que a palha de 100 ha de abacaxi é suficiente para sustentar quase 500 cabeças de gado, durante 4 meses.

nos⁹³ enquanto atualmente este período mudou para 2 anos. Mas, colocar marco temporal perfeitamente delimitado que indique o momento da mudança é, praticamente impossível, embora, teoricamente, possamos dizer que guarda alguma relação com certos fatos: 1) o plantio era realizado "no toco", o que significa dizer que o preparo do solo não era feito com o trator; 2) não haviam sido introduzidas, ainda, certas inovações químicas (como adubação etc.) que atuam no desenvolvimento do fruto, mesmo já se registrando há tempo o uso do carbureto, embora não de forma generalizada e uniforme.

Nestas circunstâncias, a colheita do fruto, em geral, obedecia ao ciclo natural, processando-se no segundo ano para o primeiro fruto e no terceiro para o segundo fruto, ficando o arrendatário com a muda.

Mas, estas condições objetivas (como existência de mata, pouco uso de carbureto e nenhuma utilização de adubo) foram modificando-se através da introdução e difusão gradual da mecanização e do uso de adubo. A isto aliaram-se a conveniência do proprietário da terra, de obter renda em períodos menores, e o fato de que para o arrendatário já não ser compensador esperar mais um ano para colher a segunda fruta chamada vulgarmente "soca" a qual é comercializada por preço muito inferior ao do primeiro fruto.⁹⁴

(93) Só um arrendatário dos entrevistados nos falou do contrato de 3 anos, o que leva a pensar que esta prática tenha sido abolida há muitos anos.

(94) Em agosto de 1983, em Sapé, o preço da primeira fruta (de 1,8 kg

Assim, vemos que a modernização trouxe a redução do período do processo de produção, possibilitando a respectiva diminuição do prazo do arrendamento.

Entretanto as condições estabelecidas para o arrendamento, devem ficar claras no momento do contrato que pode ser formalizado por escrito ou sô verbalmente. Neste, as exigências são especificadas no que diz respeito a vários itens-chave, que entre os abacaxicultores pesquisados eram: cultura a ser plantada: abacaxi: prazo: 2 anos: pagamento: em geral adiantado; mudas: podem ficar com o proprietário ou com o arrendatário.⁹⁵

Tanto os arrendatários como os proprietários de nossa amostra mantêm com os trabalhadores relações semelhantes: de assalariamento. A maioria dos produtores adota fundamentalmente a contratação do tipo temporário. Isto, justifica-se pelo fato de ser mais econômico para o empregador contratar trabalhadores sô nos períodos de necessidade efetiva, devido ao fato de que há fases do processo de produção do abacaxi em que a absorção da mão-de-obra é relativamente grande, e ou tras em que é praticamente nula, conforme os tempos de trabalho na agricultura que obviamente, não se igualam com o tempo de produção. Aliado a isto o avanço da mecanização tem

aproximadamente) era de Cr\$ 80,00 a unidade e o da segunda fruta (de 1,0 a 1,5 kg) era de Cr\$ 25,00 o kg.

(95) Com relação às mudas, faz-se necessário dizer bem claro a quem pertencem, na hora do contrato, pois sô podem ser retiradas 90 dias após a colheita da fruta, momento que, normalmente, ocorre após o vencimento do contrato.

feito com que o emprego de mão-de-obra diminua, substancialmente, em algumas fases.

Entre os 19 da nossa amostra, entrevistamos 2 pequenos, 6 médios e 11 grandes produtores e detectamos as seguintes relações de trabalho.

Os pequenos produtores⁹⁶ utilizam como mão-de-obra básica de suas unidades produtivas, os membros do próprio grupo familiar. Todos, porém, também empregam, em caráter complementar, trabalhadores assalariados do tipo temporário, comumente chamados de "avulsos" e/ou "clandestinos".

Existe especialização por sexo nas atividades desenvolvidas pelos assalariados, principalmente para certas tarefas: a mulher ocupa-se, em geral, do plantio e da adubação; o homem, basicamente, da limpa, da carburetagem e do trabalho mecanizado do solo. Este, só é realizado por assalariados e não foi ainda executado, em nenhum momento por mulher e, também, por nenhum outro membro da família. Diferencia-se, também, a forma de pagamento. As mulheres recebem por diária, um valor que vai aproximadamente da metade a dois terços do salário mínimo regional⁹⁷ enquanto os homens são pagos "por

(96) Entre estes encontramos um que já foi trabalhador rural, tendo começado a plantar abacaxi em 1936, trabalhando, também, de 1964 a 1981, na Fazenda Buracão, hoje pertencente à Maguary.

(97) Na época da pesquisa (VIII/83) a diária variava de Cr\$ 600,00 a Cr\$ 800,00, que representava um teto salarial mensal (1 mês = 4,25 semanas de 6 dias de trabalho) entre Cr\$ 15.300,00 a Cr\$ 20.400,00, ou seja 50,0% a 66,6% do salário mínimo regional vigente na época, que era de Cr\$ 30.600,00.

produção", recebendo de um quarto a um terço a mais do que o salário mínimo regional por mês.⁹⁸

Não se pode deixar de observar que estes "salários" são parcialmente ilusórios, já que se trata de trabalhadores temporários, o que significa: 1) que, passam períodos sem emprego ou que nessa atividade são empregados só em determinadas fases; 2) que, mesmo nesses períodos de trabalho, não são necessariamente contratados todos os dias, visto que o pagamento é feito por diária ou empreitada. Assim sendo, os salários verdadeiramente percebidos por mês são inferiores aos tetos máximos acima colocados.

Nas unidades de produção dos produtores médios a força de trabalho utilizada, em 4 dos 6 casos, é basicamente a de assalariados temporários, tendo aqui a mão-de-obra familiar caráter complementar da primeira. Dedicam-se a todas as atividades do processo produtivo, exclusive o preparo do solo, pois o tratorista é empregado, no caso em estudo, dos próprios grandes proprietários que possuem trator e o alugam (a Cr\$ 5.000,00 por hora / agosto de 1983) após realizarem o serviço em suas propriedades. Analogamente ao que acontece entre os pequenos produtores, os membros da família, quando elementos de uma comunidade, não recebem remuneração em dinheiro e nem de outra forma.

(98) 1 ha = 13 "contas" de 16 "carreiras" de 25 "braças". O preço da "conta" (em agosto de 1983) variava entre Cr\$800,00 a Cr\$1.500,00, dependendo do tipo e da densidade do mato que fica entre as carreiras do abacaxi. Assim um homem percebia, habitualmente por dia, entre Cr\$1.500,00 a Cr\$1.600,00, pois, em média, pode executar 1 conta de mato grande ou 2 de pequeno. Isto lhe dava rendimento mensal que variava de Cr\$ 38.250,00 ao valor máximo de Cr\$40.800,00 que, então, representava respectivamente, um quarto e um terço, a mais do que o salário mínimo regional.

Os 2 outros produtores médios são contam com assalaria dos temporários. Um deles é arrendatário e, por encontrar-se com idade avançada não mais participa diretamente do trabalho do campo, porém, orienta aquelas atividades. O outro, administra e reside na unidade de produção e recorre adicionalmente à força de trabalho temporária, bem como à mão de obra de um morador (o qual poderia considerar-se como um tipo de assalariado permanente) que recebe salário fixo mensal, além de habitação, água corrente e eletricidade.

A forma de pagamento aos temporários, por parte dos médios produtores, é igual à dos pequenos, ou seja, por diária e por "conta", não se registrando diferença quanto aos níveis de remuneração.

Somada a esta similitude, observamos que, tanto os produtores pequenos como os médios, não contratam diretamente crianças; não obstante, elas trabalham em suas unidades, complementando o trabalho da mãe, que é a pessoa contratada. Entretanto, não recebem - por isso - nenhuma remuneração adicional, o que significa em termos reais, rebaixamento do montante pago por unidade de trabalho dada, já que, de fato paga-se por determinada força de trabalho, obtendo-se, em contrapartida quantidade maior em troca. Este fenômeno, em sua essência, denota o desemprego existente, pois, se assim não fosse, as crianças iriam assalariar-se naquela propriedade ou em outra. Os produtores, sem dúvida, contratam, preferencialmente, aqueles trabalhadores que se apresentam (oferecem-se) com seus filhos, já que, assim, conseguem - pelo mesmo preço

/salário - uma força de trabalho maior. Isto representa mais uma forma não velada de exploração do trabalhador, especialmente de mulheres e crianças.

Nas unidades de produção dos grandes produtores, observam-se quatro características, algumas das quais os diferenciam substancialmente dos demais:

- 1) a força de trabalho utilizada é totalmente assalariada , participando os membros da família (o chefe e eventualmente os filhos) apenas na direção da unidade;
- 2) prevalece nitidamente (em 9 dos 11 casos) a força de trabalho temporária, também sem carteira assinada. Há porém duas unidades produtivas (a de Frutas Tropicais Ltda é uma delas) que funcionam com um contingente substancial de assalariados permanentes e que observam, inclusive, a legislação trabalhista. No período da pesquisa de campo (VIII /83) verificamos, nestes dois casos, que cada um dispunha de 150 assalariados permanentes e outros 150 temporários, embora esta situação se modificasse constantemente. Nestes casos, ao lado dos trabalhadores avulsos e dos moradores, encontra-se o "fichado", que é o trabalhador que tem Carteira de Trabalho assinada regularmente. O "fichado" é assalariado permanente, embora a recíproca nem sempre seja verdade;
- 3) Os trabalhadores são contratados diretamente pelo produtor, em apenas 2 dos 11 casos, enquanto no restante, os trabalhadores não são contratados isoladamente e de maneira direta, mas de forma coletiva e através de "empreiteiros" (Chefes de turma). O salário destes provém de dedução

(feita por eles) nos salários dos trabalhadores convocados pelos mesmos, ao final da tarefa;

- 4) a maior parcela dos produtores (8 dos 11) emprega força de trabalho infantil, principalmente para o plantio, pagando por tarefa.⁹⁹

No geral, constata-se que à medida em que cresce o tamanho das unidades de produção, estas vão adquirindo - cada vez mais - caráter empresarial, e, em maior medida, o trabalho assalariado substitui o familiar. Outrossim, verificase também maior participação de trabalhadores assalariados permanentes em detrimento dos temporários.

4.4 - A Influência da Fazenda da Maguary, nos Níveis Tecnológicos, entre os Abacaxicultores

Antes de nos determos na especificidade deste capítulo, é mister que falemos do padrão tecnológico adotado na Fazenda da Maguary, e que mostraremos como o nível de modernização do processo de produção apresenta diferenciação para cada categoria de produtor. À luz desses esclarecimentos, poderemos ver como se verifica a influência da Maguary entre

(99) Em média, plantam 6 carreiras por dia, e como na época percebiam à razão de Cr\$ 200,00 por carreira, perfaziam o total de Cr\$1.200,00. Caso trabalhassem durante todo o mês, receberiam, exatamente, o equivalente a um salário mínimo regional. Porém, isto não ocorre, pois as crianças são contratadas esporadicamente e em situação que se caracteriza como de "pique", época do plantio. Funcionam como força de trabalho de reserva, emergencial, à disposição dos produtores.

os produtores.

O processo produtivo do abacaxi abrange várias fases (veja Anexo B, p.6). Inicia-se com o preparo do solo (destoamento, aragem, calagem, gradagem, sulcagem, e vai até a colheita). As etapas intermediárias são: tratamento das mudas, plantio (espaçamento) e tratos culturais (capinas, herbicidas, adubos, indução floral e tratamento fitossanitário).

Na fazenda da Maquary, no plantio das variedades Smooth Cayenne e Pérola - o ciclo de produção é de 14 meses devido, especialmente - entre outros fatores - ao uso da irrigação, cuja finalidade é a de fornecer água às plantas, além de distribuir racionalmente a quantidade do líquido por unidade. Como se trata de tecnologia muito dispendiosa que requer, além dos equipamentos que formam o conjunto de irrigação, também a disponibilidade de água (que não é acessível a qualquer um) tal método - afora a fazenda da Maquary - foi adotado apenas por outro grande produtor. Mas, com relação ao tempo ^{Locato} entre o plantio e a colheita (14 meses) e ~~gasto~~ é considerado mínimo pelos produtores, assim como pelo resultado dos estudos elaborados por técnicos sobre essa cultura.

O espaçamento utilizado é diferente para as duas variedades: Pérola (70cm x 30cm) e Smooth Cayenne (70cm x 40cm). Em função disto, o número de plantas por ha é de 47.619 e 35.714, respectivamente e o rendimento médio de 35.000 e 30.000 frutos/ha.

O espaçamento mais usado para os demais produtores, não é igual ao da Maguary, pois o predominante é de 80cm x 40 cm, havendo 5 casos em que é usada, ainda, maior distância entre as carreiras. No entanto, o espaçamento constituiu um item do processo produtivo que sofreu modificação, pois este vem diminuindo, em função das observações feitas nos plantios da Maguary e de outros produtores que lhe são mais vinculados. A partir daí, começou-se a utilizar distâncias menores entre as carreiras e plantas.

A implicação mais direta desta adoção é a do aumento do rendimento por área, que, mesmo assim, é menor para todas as categorias de produtores. Para os grandes produtores, verifica-se: 20.000 frutos/ha, portanto, menos 15.000 frutos em média, em relação ao rendimento da fazenda da Maguary. Para os pequenos e médios esta diferença é ainda maior e, segundo informações prestadas por um técnico agrícola da EMATER-PB, o rendimento médio obtido deve variar entre 15.000 a 20.000 frutos por ha.

A fazenda da Maguary, assim como a maioria dos grandes produtores, utiliza técnica muito antiga, que é a do pouso ou terra em descanso. No entanto, essa técnica não é viável para os pequenos e médios produtores, por razões óbvias de insuficiência de área disponível, pelo que utilizam em pequena medida, orrodízio de outras culturas, a fim de evitar o esgotamento do solo.

O consórcio entre culturas não é adotado pela fazenda

da Maguary, por se tratar de exploração eminentemente voltada para a agroindústria. Mas alguns pequenos e médios produtores adotam-no pelo fato de visarem o mercado e, também o auto-consumo.

O preparo do solo feito pela Maguary é todo mecanizado com trator, que também é utilizado pelos pequenos, médios e grandes produtores. A diferença reside no fato de que os pequenos e médios alugam o trator dos grandes. Aparentemente, pode não fazer diferença, mas, muitas vezes, aqueles produtores não encontram tratores disponíveis no tempo certo, já que os grandes produtores são os alugam quando eles próprios não mais deles precisam. Isto traz prejuízos para a quantidade e a qualidade do fruto colhido.

Mas, o aspecto relevante é que, após a implantação da filial da Maguary em 1958 - só transformada em Frutos Tropicais Ltda em 1977 - o processo de produção do abacaxi foi alterado, com séria repercussão no nível de emprego. Isto porque, desde sua implantação adotara o uso de trator no solo e na abertura dos sulcos para plantio, métodos que se foram difundindo na área. Outros produtores foram tendo acesso à inovação através do sistema de aluguel dos tratores. Anteriormente os equipamentos utilizados no preparo do solo e no plantio eram a chibanca, a foice e o enxadeco.¹⁰⁰

(100) Chibanca, foice e enxadeco são instrumentos de trabalho, ainda hoje, amplamente utilizados na agricultura nordestina. São constituídos de duas partes distintas, sendo uma de madeira e outra de ferro, embora seu uso seja diversificado. A Chibanca para a destoca, a foice no roço e o enxadeco na cova.

Antes de a Maquary iniciar o plantio - que é feito em sulco e, ocorre com maior freqüência de janeiro a maio - procede a seleção das mudas com muito rigor e, em seguida, a preparação que compreende a ceva, a cura e o tratamento. No entanto, a Maquary adota a cura e o tratamento apenas para a muda do Smooth Cayenne que é adquirida através da multiplicação da coroa, em viveiros durante 6 meses. Assim, eleva-se o custo de produção da variedade que, mesmo elevando o rendimento e qualidade do plantio, concorre para que a cultura torne-se seletiva, e inacessível para a grande maioria dos produtores.

Para os demais produtores (como o abacaxi plantado é do tipo Jupy e Pérola) a obtenção das mudas não se constitui em problema, pois cada fruto tem em média 6 filhotes - que são utilizados como mudas - e, no momento da colheita são deixadas no campo de produção para serem cevadas, junto à planta mãe. Então, são complementarmente compram mudas e, as escolhidas são as do tipo filhote. Todos os produtores selecionam as melhores mudas, no que diz respeito ao tamanho e à sanidade. Mas com relação ao preparo, podemos afirmar que, entre os produtores pequenos e médios, o tratamento não é efetuado¹⁰¹; e, entre os grandes, apuramos o seguinte: a ceva e a cura são efetuadas por 9 produtores, sendo o tratamento efetuado por apenas 3, quando se trata do Smooth Cayenne.

(101) No preparo das mudas, não temos condições de afirmar sobre a ceva e a cura, embora suponhamos ser a ceva generalizada. Esta falha é devido a nossa pouca experiência na aplicação dos questionários.

Mesmo dizendo que antes de existir a fazenda da Maguary, já havia em Sapê plantadores que conheciam a cultura e suas peculiaridades, os produtores entrevistados reconheceram seu destacado papel na seleção e tratamento das mudas com o objetivo de uniformizar o plantio e diminuir a incidência de doenças e pragas.

Após o plantio, iniciam-se os tratos culturais, sendo o mais comum a limpa. Esta é manual, obedecendo a certa periodicidade. Na fazenda da Maguary faz-se 8 limpas durante o ciclo produtivo, devido ao fato de aplicar-se herbicida¹⁰² utilizando pulverizador costal. Exatamente por isto é que existe diferença no número de limpas entre a Maguary e outros produtores. Entre os pequenos e médios fazem-se de 12 a 18 vezes por ciclo de produção, e entre os grandes de 14 a 22, com exceção de 5 produtores, que limpam de 8 a 10 vezes porque aplicam herbicida na plantação. Vimos que a herbicida - para combater ervas daninhas - foi usada pela primeira vez no plantio de abacaxi em Sapê, na fazenda da Maguary, no início da década de 70. Mas, não se tornou prática permanente entre os demais. Os produtores explicam a não adoção do método pela impressão causada entre eles de que o uso deste produto altera, prejudicialmente as propriedades físico-químicas da terra, além de funcionar como mais um elemento que torna o processo mais dispendioso. No caso de terras arrendadas, em geral, o proprietário - por ser sempre pecuarista - não permite a aplicação, do veneno, porque o impediria de u-

(102) A aplicação da herbicida - iniciada pela Maguary em 70 - deve ser feito de março a junho, quando o solo ainda retém umidade.

sar os restos do abacaxi como alimento para o gado.

Antes, porém, de colocar o carbureto, com a finalidade de provocar a indução floral, aplica-se o adubo na planta, método que contribui para maior crescimento e amadurecimento do fruto. Tal emprego é, hoje, em número de 3 a 4 vezes (em média, devido ao esgotamento do solo) mas era de apenas uma aplicação em períodos anteriores. O uso, atualmente, é indiscriminado - e do tipo mineral - para todas as categorias de produtores, havendo, apenas, uma diferença com relação ao método adotado na fazenda da Maguary. Para esta, o adubo é preparado na própria fazenda, segundo a análise do solo, ao passo que, para os demais - 18 produtores - o adubo já é adquirido pronto para ser aplicado, isto é, misturado. A fazenda da Maguary, por dispor de assistência técnica própria, tem condições de aplicar mais corretamente a adubação, por exemplo: em quantidades e tipos mais adequados com o solo.

A assistência técnica de que dispõe a Maguary é do tipo direta - há um agrônomo permanente em seu quadro funcional - e indireta, isto é: através de convênios com renomados institutos de pesquisa do País e do exterior, como o Instituto Agronômico de Campinas - IAC e o Institut Français de Recherches Fruitières Outre-Mer -IFAC.¹⁰³

O uso do adubo, foi iniciado na fazenda da Maguary na

(103) Ligados a estes institutos e que visitam periodicamente a fazenda da Maguary, encontram-se especialistas famosos, em abacaxicultura como: Eloys Giacomelli e Claude Py.

década de 60, enquanto para os demais produtores sõ ocorreu na de 70. Para alguns, por influência indireta quer seja através do efeito-demonstração verificado pelo desenvolvimento do plantio, das indicações dadas pelo técnico da Fazenda Buração aos produtores vizinhos - no que se refere ao tipo, uso e proporções de adubos em função das características do solo - e da experiência adquirida na fazenda da Maquary pelos trabalhadores que no final de semana trabalhavam em outras unidades de produção. Para outros, o uso do adubo foi disseminado, através de vendedores e de agências bancárias.

Os bancos, por sua vez, condicionam a liberação de empréstimos à aquisição de adubos. A vinculação que existe entre empréstimo / uso de adubo é válida, também, para empréstimo / assistência técnica, pois, são assistidos apenas produtores que mantêm na época de pesquisa (VIII/83) contratos bancários de financiamento. Como exceção, encontramos apenas dois produtores - a fazenda da Maquary e outro grande produtor - que dispunham de condições financeiras para manter agrônomo particular. Sendo assim, os produtores sõ contam com a assistência técnica do órgão oficial (EMATER-PB) ou de escritórios particulares, a partir do momento em que estes elaboram os projetos para serem apresentados à instituição financeira, como uma das exigências para a aprovação do empréstimo e liberação das respectivas parcelas.

Por conseguinte, a assistência técnica é encontrada, a penas, na metade dos produtores médios, o que não acontece entre os pequenos produtores. Este fato, como já dissemos,

estã relacionado com o envolvimento dos produtores com os bancos, os quais, vêm elevando bruscamente os juros, tornando impraticãvel o pagamento imposto aos produtores com menores disponibilidades financeiras.

Em vista disso, os grandes produtores, inclusive a fazenda da Maguary, por terem atingido maior disponibilidade financeira, advinda dos bons resultados de suas explorações a-gropecuãrias - recorrem constantemente aos bancos para conseguir empréstimos de custeio e investimento, tendo como consequência assistência técnica. O técnico tem a finalidade de avaliar o desenvolvimento da cultura e acompanhar, principal-mente, a aplicação dos adubos e suas respectivas dosagens e, posteriormente, também fazer relatórios ao banco. Este, por exceleência, tem sido importante agente na difusão do uso do adubo.

Tanto quanto o adubo ẽ tambẽ generalizada a indução floral entre as diversas categorias de produtores. ẽ feita por intermẽdio da aplicaçãõ do carbureto na roseta foliar pa-ra a variedade Pẽrola, e no caso da fazenda da Maguary, o Ethrel no Smooth Cayenne. O perĩodo mais propĩcio para sua colocaçãõ ẽ de 10 a 12 meses apõs o plantio, com especialidade nas primeiras horas do dia.

Quanto ao tratamento fitossanitãrio - medida preveniva contra as doenças e pragas nas plantas - apuramos que estã inteiramente associado ã variedade Smooth Cayenne, e em consequência, aos grandes produtores, pois apenas um produ-

tor médio planta esta variedade.

Sendo assim, podemos deduzir que a influência da fazenda da Maguary entre os produtores, no processo de modernização da produção agrícola, teve grande importância, embora indiretamente. Foi em sua plantação onde ocorreu pela primeira vez a mecanização do solo, seleção e tratamento de mudas, adubação e aplicação de herbicidas processos que posteriormente, difundiram-se aos outros.

Mas, o que a fazenda da Maguary não conseguiu firmar entre os abacaxicultores de Sapê, foi a nova variedade (Smooth Cayenne) que introduziu em suas próprias terras. O motivo, para nós, é que esta variedade apresenta custo de produção muito superior às demais, em função, entre outras, da dificuldade de obtenção de mudas e de sua susceptibilidade às doenças. Aliado a isto, seu mercado apresenta-se, por enquanto, muito reduzido, uma vez que a sua utilização é a da industrialização em fatias - em primeiro plano - não sendo muito propício para ser consumido "in natura", pelo menos no mercado brasileiro.

4.5 - A Comercialização do Abacaxi

A comercialização do abacaxi (como de qualquer produto) envolve 3 agentes teoricamente bem definidos: produtor - intermediário - comprador. Em Sapê é possível especificar me

Agora os vários tipos de agentes existentes: 1) os produtores que não comercializam pessoalmente sua produção; 2) os que produzem e comercializam (parcial ou integralmente) seu produto; 3) os produtores/intermediários, que além de comercializarem sua própria produção, compram de outros, e até mesmo de intermediários menores, e a colocam no mercado; 4) os intermediários propriamente ditos que realizam puramente a comercialização da produção, quer seja para a indústria e/ou para os mercados regional e nacional; e, finalmente, 5) as empresas exportadoras que realizam a comercialização puramente com o mercado externo para o consumo "in natura" e/ou para as indústrias processadoras.

Entretanto, é típica a presença da rede de intermediários - os quais atuam independente uns dos outros - que está formada, principalmente, por produtores ou ex-produtores de abacaxi, oriundos dos estratos superiores, isto é, das fileiras dos grandes produtores. Conseguimos observar, em nossa permanência local, que o número total destes é relativamente grande (passando de 10), e dentre nossa amostra encontramos 3 deles.

A comercialização do produto, entre os pequenos e médios produtores, 8 dos 19, assume determinada particularidade: a da não existência de relação direta entre eles e o mercado de frutas "in natura" e/ou processadas. Isto, porque vendem, sem exceção, os campos de produção aos intermediários antes do desfrute. Varia o período em que isto ocorre, podendo ser: após o plantio, com apenas algumas limpas, ou próxi-

mo a etapa de colher o fruto. O motivo é a falta de disponibilidade financeira para fazer face aos dispêndios da produção propriamente dita, e para efetuar a colheita¹⁰⁴. A remuneração paga aos trabalhadores nesta fase (por ser a mais especializada) é mais alta que aquela paga na produção. Porém com a venda antecipada ao desfrute, os custos são assumidos pelo intermediário comprador que, certamente, leva isto em consideração no momento de ajustar o preço da compra. Além do custo da colheita ficam sob sua responsabilidade os custos de transporte e distribuição.

Esta realidade coloca os produtores em posição dependente, até mesmo de submissão frente aos intermediários no momento da negociação e do estabelecimento do preço. Verifica-se, então, que também aqui (através do mecanismo da comercialização) os maiores comerciantes tiram, relativamente, mais vantagens dos menores.

Já entre os grandes produtores a venda do produto é feita de forma diferente. Estabelece-se nítida diferença qualitativa entre eles e os demais produtores, é o que ocorre na fazenda da Maguary. Esta, após realizar a colheita, entrega diretamente sua produção à agroindústria do mesmo grupo, a qual determina o preço que deve ser pago, seja por unidade, seja por quilo do produto. Trata-se, na verdade, de transa-

(104) Esta operação envolve - conforme a área - mais ou menos turmas de 8 a 11 trabalhadores que se encarregam de quebrar, carregar e arrumar o abacaxi no caminhão. A colheita tem funções bem definidas e são assim classificadas: o cortador e o balaeiro, que ficam na palha ou roçado, e o arrumador e contador que ficam no caminhão.

ção "interna", na qual o preço é, sem dúvida, fixado no nível mais conveniente aos interesses gerais do grupo.

Com relação aos demais grandes produtores (7 dos 10) que dispõem de melhor situação financeira, verificamos que realizam a sua própria colheita. Dentre estes, 3 são intermediários. Em resumo, comercializam diretamente no mercado de fruta "in natura", e indiretamente, através do intermediário, adicionando a estas formas, também a da venda direta às agroindústrias.

Constatamos então, que, mesmo sendo uma cultura de ricos, manifestam-se diferenças sensíveis. Os mais poderosos realizam plenamente sua produção, auferindo os benefícios integrais que dela derivam, além de aproveitar-se parcialmente dos resultados do esforço dos menos dotados, aos quais extraem parte do produto excedente através do mecanismo de comercialização.

CAPÍTULO V

RESUMO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. RESUMO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de estudar e compreender a influência da Maguary na produção de abacaxi em Sapê, foi necessário contextualizar a agroindústria nos marcos históricos do desenvolvimento capitalista, assim como submeter a descrição e explicação da expansão da agroindústria Maguary - e das conseqüentes mudanças originadas na agricultura - ao âmbito do referencial teórico montado por diversos autores.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento da produção de abacaxi e da indústria de suco está inserida no que Arroyo denomina de "*novo modelo de acumulação*", iniciado na década de 60 e que ainda vigora. Este modelo diz que as agroindústrias, principalmente aquelas que produzem artigos sofisticados, desenvolveram-se determinando mudanças tecnológicas no processo produtivo da agricultura e nas relações entre a agricultura e a indústria.

A Maguary, que experimentou sua maior expansão em fins da década de 70, destaca-se pela implantação de técnicas modernas no seu plantio próprio, estimulando indiretamente, mesmo que de maneira restrita, a adoção de tais técnicas pelos demais produtores. Uma peculiaridade desta agroindústria é que a grande maioria de seus insumos, abacaxi em particular, provém de sua própria produção, e não de outros pro

dutores.

Para analisar a influência da Maguary nos abacaxicultores, determinamos uma amostra de 19 produtores, dentre um total de 39, universo por nós estimado para agosto/83, época de nossa pesquisa de campo, no município de Sapê. Neste contexto, o produtor de abacaxi enquadra-se, em muitas das vezes, na categoria dos grandes, pois no universo são 20(51,3%) e na amostra 11 (55,0%). Observamos que a média da área com abacaxi entre os 19 pesquisados é de 94,1 ha por produtor e a área total disponível por produtor é de 236,6 ha.

Apesar de que a estrutura fundiária seja concentrada em Sapê, como na Paraíba e no Brasil, e que a grande maioria dos estabelecimentos estejam nos estratos de área inferior, isto não ocorre entre os produtores pesquisados por nós. Nestes, a sua maior afluência (68,4%) é para os estratos de área compreendido entre 10 ha e menos de 1.000, onde detêm 45,2% da área, sendo maior (54,3% da área) no estrato compreendido entre 1.000 e menos de 10.000 ha.

Em função da estrutura fundiária encontrada na amostra vimos que predomina a condição de proprietário (89,4%) seguida pela de arrendatário (47,4%). E que proprietários e arrendatários, que produzem abacaxi de uma forma capitalista, mantêm, quase todos, com os trabalhadores a relação exclusiva do assalariamento temporário, que é por sinal a que mais coaduna-se com os objetivos desta. São dois grandes produtores tem um contingente significativo de assalariados perma -

nentes.

A fazenda da Maguary introduziu uma nova variedade de abacaxi, a "Smooth Cayenne", técnica e financeiramente mais exigente que as outras variedades comuns ("Jupy" e "Pérola"). Porém, não registra-se grande difusão dessa, pois a própria Maguary supre as necessidades de sua fábrica processadora, não precisando portanto impor sua disseminação entre os produtores, limitados quase exclusivamente às variedades tradicionais. Assim sendo, esta inovação, do tipo biológico, aconteceu por imposição das necessidades de insumos específicos da indústria, embora possamos dizer que quase não ultrapassou os limites da plantação da própria Maguary, já que esta é auto-suficiente neste item.

Quando da implantação da fazenda da Maguary em Sapé, já havia uma grande produção local de abacaxi voltada integralmente para o mercado. Isto tornou desnecessária uma modificação maior da organização da produção e da comercialização, já que a estrutura existente de fato atendia perfeitamente as poucas necessidades adicionais da auto-suficiente agroindústria Maguary.

Aqui não se verificou o fenômeno apontado por vários autores, p.ex. Arroyo e Graziano, no sentido de que a mercantilização seria um dos efeitos paralelos da agroindústria.

Constatamos igualmente que aqui não se deu um grande aprofundamento das relações entre os produtores e a indústria

- fato ao qual Sorj atribui grande importância - já que é proporcionalmente pequena a parte fornecida pelos produtores independentes à Maguary, que praticamente se auto-abastece.

No entanto, foi detectada certa influência da Maguary nesta direção. A partir de que a empresa adquiriu a Fazenda Buracão, em 1958, além de ir redirecionando a produção para as culturas interessantes a sua própria indústria, a correlação das relações sociais de produção foi modificando-se: aumentou substancialmente a proporção de assalariados, que parcialmente mudaram sua qualidade, desde que os dois principais produtores contam com um contingente importante (de aproximadamente metade, nos momentos de pique) de assalariados permanentes (e com carteira profissional assinada), além de contratar temporários, que era e é a forma mais difundida, localmente. E isto é, para alguns autores como Graziano, o principal efeito social da modernização. Este fato ressalta ainda mais, quando lembramos, que no caso em estudo as repercussões nas relações de trabalho foram patentes, desde que vimos que foi extinguindo-se a categoria de morador. Este dedicava-se às culturas de subsistência e trabalhava, concomitantemente, nas culturas comerciais exploradas pelo proprietário. Assim o assalariamento foi ganhando cada vez mais terreno.

A modernização da produção de abacaxi ocorreu, em grande medida, pelo efeito-demonstração da fazenda da Maguary, que utilizava métodos de trabalho avançados e exigentes em recursos técnicos na sua própria produção, a fim de fornecer insu

mos da melhor performance para sua indústria processadora. Isto coincide com observações genéricas de Passos Guimarães, que afirma que a modernização da agricultura se dá através de uma progressiva industrialização da mesma em decorrência do desenvolvimento do setor industrial. Para ele, a elevação da produtividade - como resposta do progresso técnico - se faz necessário para contrabalançar a tendência ao declínio da lucratividade da agricultura em função do aumento da composição orgânica do capital, exigida pela modernização. É um ciclo cujas causas e consequências se confundem e se entrelaçam, sendo estéril procurar alguma primazia causal ou prioridade no tempo.

Os resultados da modernização são sentidos, claramente, no seio da própria agricultura. No caso do abacaxi, realmente houve uma elevação substancial do rendimento por ha, embora verifiquemos que o acesso à sua produção tornou-se mais difícil. Isto devido à estrutura fundiária concentracionista reinante no município e ao fato do acréscimo nos investimentos e custos unitários de produção. Então, a má distribuição da terra e os bons resultados do cultivo de abacaxi, são fatos que concorrem para que os produtores tenham que pagar maiores alugueis (renda) aos proprietários da terra para dispor deste meio de produção. E o novo padrão tecnológico, para garantir a competitividade e lucratividade, exige investimentos proporcionalmente maiores. A modernização da cultura de abacaxi, caracterizando-se pelo grande consumo de insumos modernos, concorre assim para alijar muitos produtores, e ser considerada - com propriedade - cada vez mais como uma "cul-

tura de rico".

Outrossim, observa-se que esta modernização aparece como uma exigência do setor industrial e não da própria agricultura - conforme assinala Graziano - o que traz implicações de ordem mais ampla, qual seja a subordinação ao complexo agroindustrial.

A Maguary contribui, indiretamente, para a diminuição do prazo do contrato de arrendamento, na medida em que introduziu a mecanização do solo e o uso de adubos, práticas que se difundiram amplamente. Essa redução se deu em consequência da maior velocidade de rotação do capital no setor, derivada dessas inovações econômicas.

Na medida em que a produção da agroindústria vai ultrapassando as fronteiras, vai tornando-se, como destaca Sorj, um instrumento do processo de internacionalização do capital na agricultura, no qual vários setores se interligam na busca constante de maiores lucros, submetendo mais e mais o setor agrícola.

No caso em estudo, podemos afirmar que assistimos a um claro exemplo de acumulação de capital - estimulado pelo Estado -, através da criação de novas empresas do grupo Tavares de Melo. Esse processo de concentração levou também a um caso típico de centralização com a formação de uma "joint-venture". E nesta etapa, 1976, verificou-se a primeira fusão de uma empresa do grupo Tavares de Melo, proprietário da

marca Maquary, com uma multinacional denominada Kibon do Nordeste S/A Produtos Alimentícios. A nova empresa recebeu como razão social a denominação de SORVANE - Maquary/Kibon, e atua no ramo dos alimentos gelados.

Graziano e Passos Guimarães reconhecem que os resultados da modernização são unilaterais e discricionários em termos de benefícios e acesso, fatos comprovados na nossa pesquisa. Esta mostrou que a cultura de abacaxi apresenta altos índices de rentabilidade, o que se reflete em alguns indicadores sociais, do tipo qualitativo, tais como habitação, saúde e educação. Comparando o padrão de vida dos produtores de abacaxi, mesmo dos pequenos, com o dos assalariados rurais, o daqueles é em grande medida superior.

Concluimos pois que os resultados econômicos do plantio de abacaxi no município de Sapê, repercutiram contraditoriamente. Teve repercussões positivas entre os produtores, e a Maquary contribuiu - em parte - para que isto acontecesse, na medida em que influenciou a modernização do processo produtivo, elevando por conseguinte, o nível de rentabilidade da cultura. Por outra parte, esse mesmo processo excluiu uma parcela de produtores de abacaxi, que não conseguiram acompanhar os custos do processo de modernização, e estimulou o assalariamento, principalmente de temporários, e mesmo de permanentes, no último período.

apresentar boa drenagem, permeabilidade e pH em torno de 4,5 a 5,5.

Quanto ao clima, o abacaxi apresenta-se sensível ao frio e resistente às secas. Pode ser cultivado em faixa muito abrangente, no que tange à precipitação pluviométrica, indo de 600 a 2500mm de chuva por ano, sendo que o ideal é aquele compreendido entre 1000 a 1500 mm.

Entretanto, há fatores climáticos (geadas, sol em excesso no período da formação dos frutos, chuvas de pedras e ventos muito fortes) que podem prejudicar a plantação.

O ciclo vital do abacaxi é bastante flexível, podendo ser produzido durante todo o ano ou em épocas pré-estabelecidas, através da indução floral, que se processa por intermédio de substâncias químicas, como o carbureto de cálcio, o acetileno, o etileno e o etphon, que são introduzidos no interior da roseta foliar do abacaxizeiro, em plena fase de desenvolvimento vegetativo. Mas, além de ocorrer a antecipação da frutificação de maneira artificial como foi descrito, pode, também, verificar-se, de forma espontânea, mediante fatores ambientais, como temperatura, pluviosidade, ventos, insolação, nebulosidade e altitude.

O ciclo natural do abacaxi varia, até certo ponto, em função do tipo da muda e peso.

Depreende-se, então, que a propagação do abacaxizeiro

é feita vegetativamente, por meio de mudas, sendo três, os tipos principais: os rebentões, os filhotes e a coroa.²

A coroa é o material de plantio mais comumente usado nos locais, onde se planta a variedade Smooth Cayenne, para fins industriais. Esta muda está menos sujeita à indução floral natural e sua produção é assegurada pela própria produção de frutos, possuindo cada um, uma coroa.

As coroas do Smooth Cayenne pesam, geralmente, de 250 a 300 gramas e necessitam de 16 a 18 meses para produzir frutos, com 2 kg, aproximadamente. Se se utilizar rebentões, pesando de 500 a 700 gramas, o ciclo vital pode ser diminuído em seis meses. Todavia, apresenta dois obstáculos, quais sejam: falta de uniformidade na produção e dificuldade de manejo das referidas mudas.

Havendo escassez de mudas da variedade Smooth Cayenne no Brasil, foi introduzida em 1966, a propagação em viveiros³ pelo agrônomo Lewis C. Cooksey, através de plantios-pilotos implantados em São Paulo. Este recurso impõe multiplicações

(2) Rebentões - são mudas do talo da planta e frutificam mais rapidamente que os filhotes; Filhotes ou Rebentos - são mudas do pedúnculo do abacaxi que frutificam mais rápido do que a coroa; Coroa - são mudas do ápice do fruto, geralmente simples, podendo ser múltipla, às vezes.

(3) O viveiro deve ser feito em um canteiro de 1,20 metros com espaçamento de 10 x 10 cm, separados por um caminho de 50 cm de largura. Antes do plantio é recomendável que se incorpore ao solo, 10 gramas de uréia, 50 gramas de superfosfato simples, 10 gramas de sulfato de potássio e 2 gramas de aldrin em pó a 4,0% por m². Os viveiros devem ser irrigados por aspersão de modo que as plantas recebam pelo menos 80 milímetros de água por mês, incluindo-se as precipitações pluviais.

mais rápidas, cujo objetivo era o de atender à demanda da firma Del Monte Corporation, dos EEUU, que produz e industrializa o abacaxi.

Há inúmeras variedades de abacaxi, as quais se caracterizam pelo peso, forma, tipo de coroa, cor da casca, alveolamento, textura e sabor da polpa.

As principais variedades cultivadas no mundo são: Queen, Red Spanish, Singapore Spanish, Smooth Cayenne - a mais cultivada no mundo - Pérola, Boituva e Perolera. No Brasil, atualmente, são cultivadas três variedades: a Pérola ou Branco de Pernambuco, a Jupy e a Smooth Cayenne.

As variedades Pérola e Jupy, apresentam algumas características em comum, como: espinhos nas folhas, polpa amarela-pálida de sabor bastante doce e pouco ácida e consumidas, principalmente, "in natura" ou para a fabricação de suco. A diferença entre ambas está na forma do fruto, pois a Pérola é cônica, enquanto a da Jupy é cilíndrica.

A Smooth Cayenne começou a ser produzida comercialmente, no Brasil, na década de 30, na região de Registro, no litoral paulista. Tem suas folhas quase sem espinhos; possui polpa amarela-pálida ou amarela-firme, rica em ácidos e açúcares. No mercado externo é de grande aceitação e é a única que se presta para a industrialização em fatias. O número de filhotes por fruto varia de 0 a 10.

O abacaxi pode ser consumido "in natura" e industrializado, em forma de compota, abacaxizada, pedaços cristalizados, passa, picles, xarope, geléia, licor, vinho, vinagre, aguardente. Os usos mais comuns são, portanto, o da compota e do suco, contendo este 12,0% de açúcares, 1,0% de ácidos orgânicos, vitaminas A, B e C.

O suco de abacaxi, pode, também, ser utilizado no preparo de refrescos, sorvetes, cremes, balas e bolos.

Como sub-produtos têm-se: o álcool, os ácidos cítrico, málico e ascórbico e a bromelina, que é uma enzima componente de vários medicamentos, além de ração para animais.

Afora todas estas utilidades do fruto, a planta pode ser aproveitada industrialmente, através de sua fibra e amido.

ANEXO B - CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO DA CULTURA DO ABACAXI*

No processo produtivo destacam-se cinco fases: 1) escolha do terreno e preparo do solo; 2) preparo das mudas; 3) plantio; 4) tratos culturais e 5) colheita. Estas fases incluem várias atividades, que se indicam abaixo:

Na primeira fase tem-se a escolha do terreno, que significa fazer a seleção baseada em propriedades físicas e químicas, apropriadas à cultura do abacaxizeiro, as quais já foram enumeradas no Anexo A.

Por preparo do solo entende-se as operações de broca, aração, calagem e gradação. A broca ou desmatamento envolve a derrubada da mata propriamente dita, o encoivaramento e queima e a retirada dos tocos. A aração implica em revolver o solo e deverá ser de 30 a 35 cm de profundidade e, a gradação em aplainar o terreno. Após a aração efetua-se a calagem, ou seja, a aplicação de calcário dolomítico, que tem a finalidade de assegurar bom estado nutricional, como também, aplica-se inseticida (Aldrin, em forma de pó seco) com o objetivo de combater as formigas e cupins. Os instrumentos utilizados nesta fase são enxada, grade aradora ou arado tradicional.

* Este resumo foi elaborado conforme as informações contidas nas seguintes publicações: EMBRAPA, 1975; GIACOMELLI, 1977 e 1982; PINTO DA CUNHA, Getúlio Augusto, 1980; CHOAIKY, Salim Abreu, 1980.

A segunda fase, de preparação das mudas, consiste em selecioná-las, cevar-las, tratá-las e proceder à cura.

A seleção das mudas é indispensável, pois o sucesso da exploração agrícola depende muito da qualidade que as mudas apresentam. Devem ser sadias e de tamanho uniforme. Seu comprimento varia entre 20 a 40 cm e são enterradas por ocasião do plantio, à profundidade de 6 cm, aproximadamente.

A operação de cevar as mudas é o ato de deixá-las crescer no campo presas às plantas-mãe, mesmo depois de feita a colheita do fruto. Após atingir certo tamanho, desprendem-se, naturalmente, embora não cheguem a frutificar.

O tratamento das mudas, deve ser feito antes do plantio, para eliminar qualquer tipo de doença de que, porventura, sejam portadoras. A operação compreende a imersão, durante cinco minutos, em solução que contenha produto fosfatado.

A cura, ou o processo de colocar as mudas em exposição ao sol com as bases voltadas para cima, realiza-se antes do plantio, para evitar apodrecimento, bem como, para facilitar a eliminação de mudas condutoras de defeitos ou doenças.

A terceira fase, a do plantio, cujo período inicial mais adequado é o do início da estação chuvosa, é feita em covas, fendas ou sulcos. A abertura de covas processa-se, através do enxadeco e de fendas, feitas com instrumento próprio, e são usadas, principalmente, nas pequenas plantações.

Já o plantio efetuado em sulcos, é adotado nas grandes plantações, utilizando-se o sulcador:

Os sistemas de plantio usados são: o da "fila dupla" e o da "fila simples".

O plantio em "fila simples" obedece ao seguinte espaçamento: 70 cm x 30 cm; 80 cm x 30 cm; 80 cm x 40 cm. Isto quer dizer: 70 ou 80 cm de distância entre as filas e de 30 a 40 cm de distância entre as plantas na mesma fila. Se o plantio for feito, levando-se em conta as duas primeiras medições (70 x 30 - 80 x 30) obter-se-á 47.619 plantas/ha e, se em 80 x 40 cm ter-se-á 31.250 plantas/ha.

O plantio em "filas duplas" obedece ao seguinte espaçamento: 90 cm x 40 cm x 30 cm. A distância entre as filas deverá ser de 90 cm e entre cada fila de 40 cm; e de 30 cm entre as plantas na respectiva fila.

Se o plantio é feito em terrenos ondulados, a curva de nível é necessária, a fim de evitar-se a erosão, mas se o terreno for plano, toma-se o maior comprimento para diminuir as manobras com as máquinas e equipamentos.

A operação referente aos tratos culturais engloba a capinação, a aplicação de adubos e herbicidas, a antecipação da frutificação e o tratamento fitossanitário.

O terreno deve conservar-se sempre limpo, pois as er

vas costumam hospedar formigas e cochonilhas. A limpeza é feita através do uso de enxada e herbicida. A aplicação de herbicida é recomendável nos momentos em que o solo está úmido, e deve ser feita trinta dias após o plantio usando-se o pulverizador costal, na quantidade de 3,5 kg/ha. Mesmo, fazendo a limpeza por esse meio, deve-se fazer ainda capinas manuais, nos intervalos das plantas.

Além destes métodos utilizados, pode-se usar a cobertura morta e o plantio sobre filmes de polietileno negro.⁴ Esta técnica é muito usada no Havaí, porém no Nordeste foi aplicada só nas plantações da Maguary. Afora isso, há o emprego de palha, embora limitadamente, por exigir muita forragem e mão-de-obra exagerada.

A adubação é feita à base de nitrogênio e potássio, principalmente. Este pode ser suplementado com pulverizações de uréia e de sulfato de potássio. A mistura deverá ser aplicada nas folhas basais, não podendo, contudo, cair na roseta foliar. O instrumento que facilita tal aplicação é um funil de gargalo longo.

O uso de matéria orgânica é, também, recomendável, nos solos arenosos, para reter a umidade. As mais comuns são a torta de mamona, de oiticica, esterco de galinha e de outros animais.

(4) O filme deve ter 80 a 90 cm de largura e 0,03 a 0,04 mm de espessura e sua duração deve ser de, pelo menos, 2 anos, após aplicado no solo.

A antecipação da frutificação, faz-se, visando distribuir melhor a safra. São utilizadas várias substâncias químicas; entretanto, no Brasil, a mais comum é o carbureto de cálcio, colocado na roseta foliar, de 1 a 3 gramas por pé, dependendo de seu tamanho.

O tratamento fitossanitário visa combater as pragas como a cochonilha, o ácaro vermelho, os nematóides e a broca do fruto, que causam grandes prejuízos aos abacaxizais. Da mesma forma, as doenças que atacam a cultura do abacaxi, devem ser debeladas. As mais comuns são a fusariose e a podridão negra.

No momento da colheita, na quinta fase, geralmente toma-se por base a maturação aparente, que é reconhecida conforme a coloração da casca. Outrossim, há ainda um método mais eficiente, que é o da maturação real. Esta considera a polpa do fruto, na qual deve ser feito um corte transversal para verificar-se o percentual da área translúcida, pois quanto mais elevada for, maior será o estado de maturação.

A colheita pode ser feita através do corte ou da quebra do fruto. Se a produção destina-se ao mercado interno, cuja distância do local de produção não excede a 700 m, os frutos são quebrados, ficando as mudas. O mesmo não ocorre quando a produção destina-se a mercados mais distantes, pois os frutos são cortados cinco a seis cm abaixo destes, usando-se um facão. Assim, os frutos ficam protegidos pelas mudas, a fim de que não sofram maiores danos por ocasião do transporte.

ANEXO C

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO ESTADO DA PARAÍBA, POR VALOR, ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA, EM 1981.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (mil cruzeiros)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA	
			Ton.	1.000/frutos
Cana de açúcar	12.825.536	120.832	5.230.778	-
Mandioca	2.972.858	62.721	464.470	-
Sisal	2.409.613	115.302	80.185	-
Feijão(grão)	2.389.010	49.596	28.178	-
Abacaxi	1.703.100	7.410	-	141.930
Alg.Herbáceo (caroço)	1.276.540	202.408	25.461	-
Batata-doce	781.649	5.577	47.191	-
Milho(grão)	489.267	213.494	26.208	-
Coco-da-Baía	344.647	12.324	-	29.609
Laranja	313.274	1.808	-	212.185
Arroz(em casca)	230.533	12.444	7.912	-
Fava (grãos)	209.922	38.840	3.259	-

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico 1982 - Estado da Paraíba.
p.306, 332 e 333.

ANEXO D

RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DE ABACAXI NO BRASIL E NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES, INCLUSIVE SAPE. EM 1980 (frutos/ha)

ESTADOS PRODUTORES	ANO 1980
Brasil	14.947
Espírito Santo	22.000
São Paulo	20.182
Paraíba	18.496
Sapê*	18.000
Bahia	15.500
Alagoas	15.248
Rio de Janeiro	15.119
Minas Gerais	15.042
Pernambuco	12.314
Rio Grande do Sul	7.042

FONTE: Secretaria da Indústria e do Comércio - Perfil de Comercialização: Abacaxi. João Pessoa, 1981.

* IBGE - Produção Agrícola Municipal - 1980.

ANEXO E

QUANTIDADES EXPORTADAS DE ABACAXI, NO BRASIL E NA PARAÍBA
1975 - 1981

ANOS	BRASIL ton.	PARAÍBA ton.	PARTICIPAÇÃO (PB/BR) %
1975	7.336	4.270	58,2
1976	5.717	5.327	93,2
1977	9.703	4.277	44,1
1978	12.023	3.861	32,1
1979	19.009	2.262	11,9
1980*	23.462	1.087	4,6
1981*	16.318	389	2,4

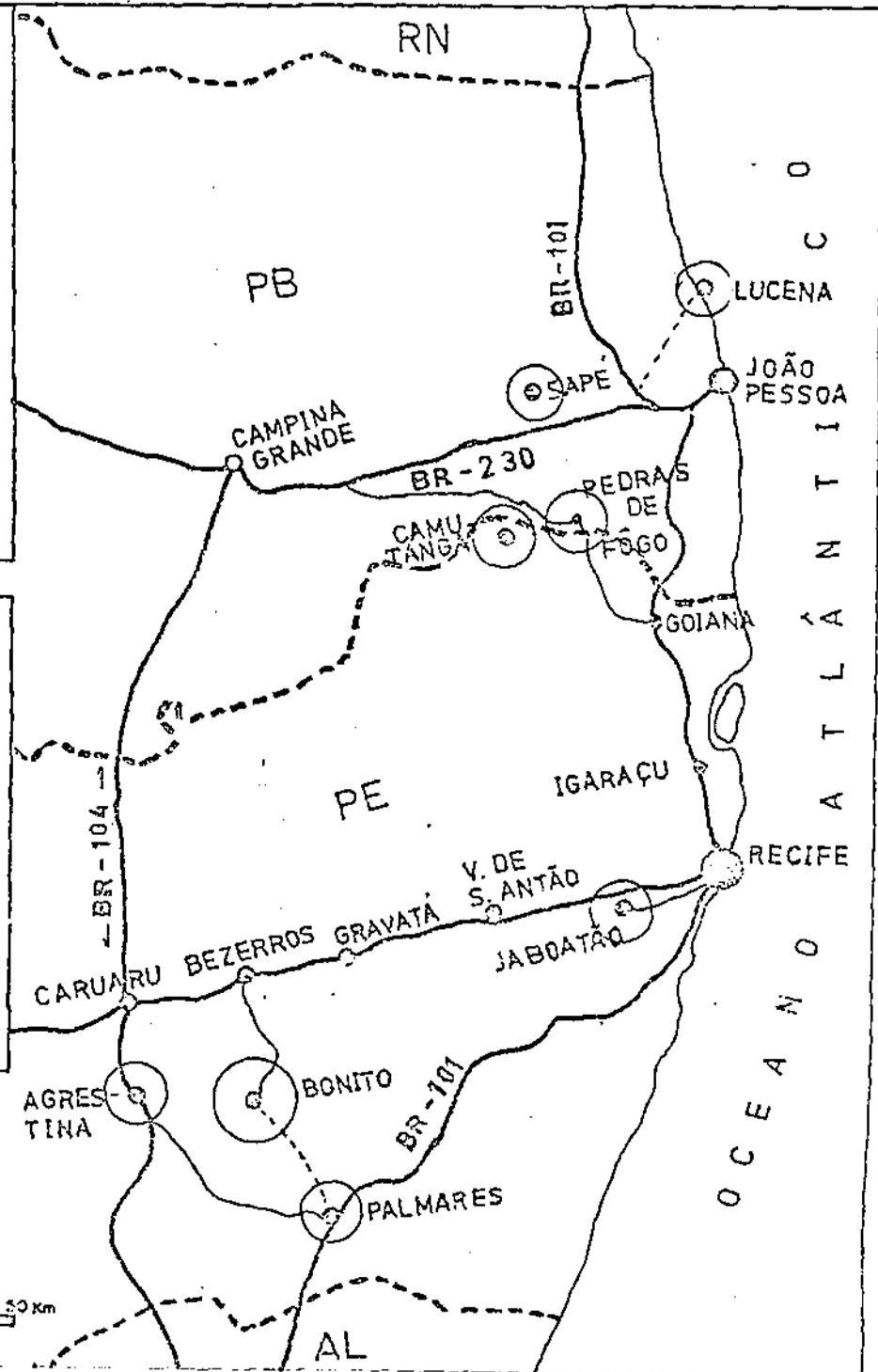
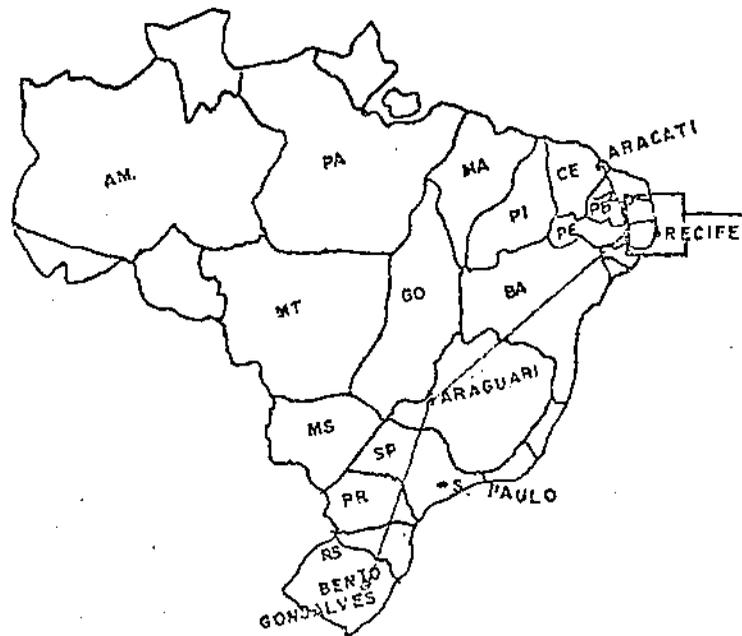
FONTE: Secretaria da Indústria e do Comércio - Perfil de Comercialização: Abacaxi. João Pessoa, 1981.

* Para estes anos os dados são de CACEX (Carteira de Comercial Exterior) Banco do Brasil S/A. João Pessoa-PB.

Observação: Os percentuais fomos nós que os calculamos.

ANEXO F
LOCALIZAÇÃO DAS FÁBRICAS DAS
INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS MAGUARY S/A.

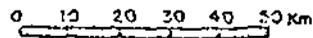
RELAÇÕES : B. GONSALVES (R.S.) - ARAGUARI (MG)
 PE/PB - ARACATI (CE)



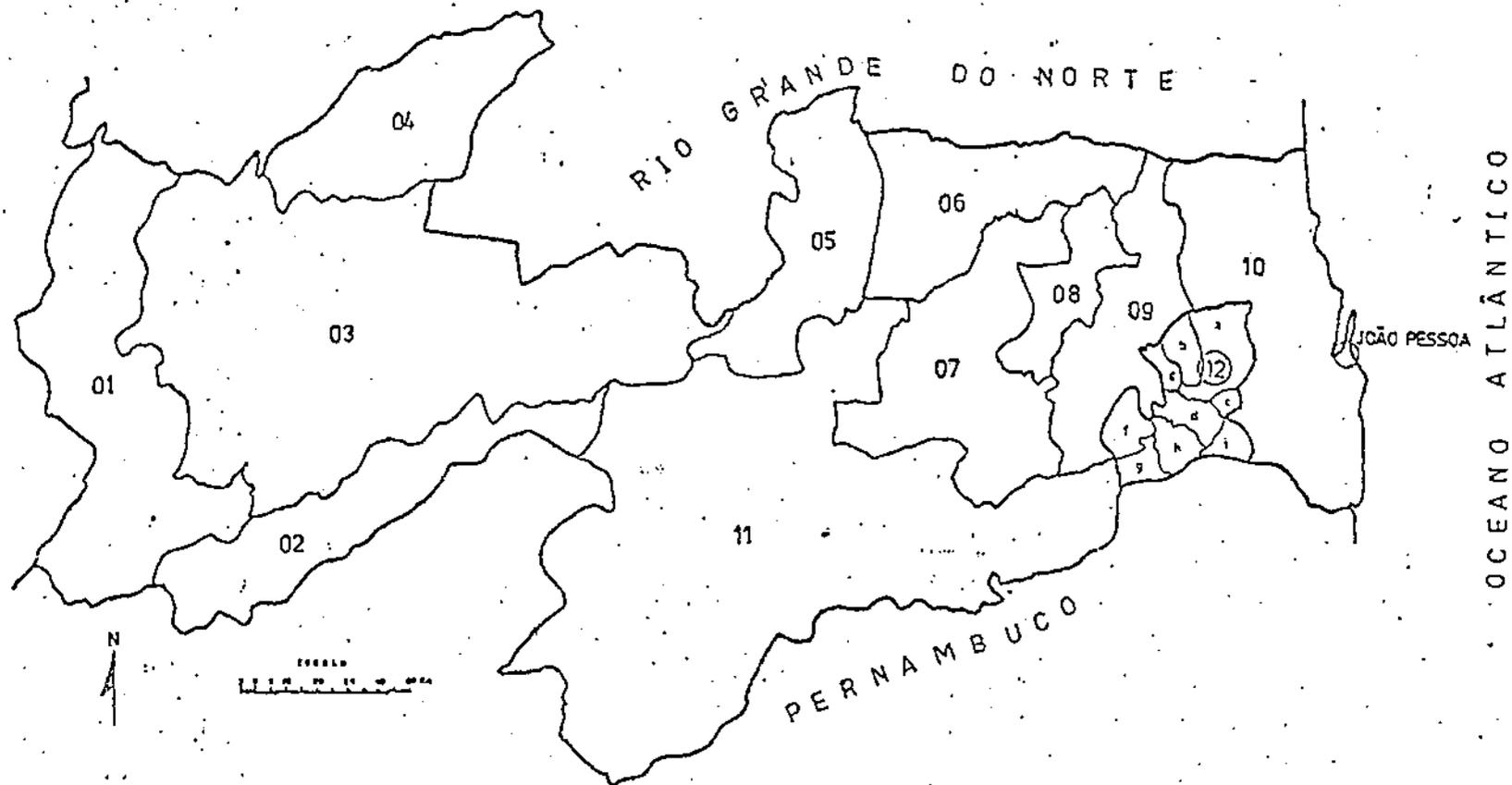
CONVENÇÕES

- BR - PAVIMENTADA
- ESTADUAL PAVIMENTADA
- ESTRADA NÃO PAVIMENTADA
- LIMITE DE ESTADOS
- FÁBRICA

ESCALA



ANEXO G - MR. AGRO-PASTORIL DO BAIXO PARAÍBA



MICRORREGIÕES DO ESTADO DA PARAÍBA

- 01 - SERTÃO DE CAJAZEIRAS
- 02 - SERRA DO TEIXEIRA
- 03 - DEPRESSÃO DO RIO PIRANHAS
- 04 - CATOLÉ DO ROCHA
- 05 - SERIDÓ PARAIBANO
- 06 - CURIMATAU
- 07 - AGRESTE DA BORBOREMA
- 08 - BREJO PARAIBANO
- 09 - PIEMONTE DA BORBOREMA
- 10 - LITORAL PARAIBANO
- 11 - CARIRIS VELHOS
- 12 - AGRO-PASTORIL DO BAIXO PARAÍBA

12 - AGRO-PASTORIL DO BAIXO PARAÍBA

MUNICÍPIOS

- a - SAPE
- b - MARI
- c - CALDAS BRANDÃO
- d - PILAR
- e - S. MIGUEL DE ITAIPU
- f - MOGEIRO
- g - SALGADO DE S. FELIX
- h - ITABAIANA
- i - JURUPIRANGA

PB: Localização no BR.

